

Dr. Cavaco trata da saúde...

Estar doente vai ser ainda mais caro

Em Portugal o Estado só assume 53% das despesas totais em saúde (em França é 75%, em Inglaterra 81%). Mas, segundo o novo Orçamento de Estado, os remédios e as consultas vão subir de preço

Nota da Comissão Política – Pág. 3



LISBOA & OS BURACOS

Reportagem de Henrique Custódio

Págs. centrais

Despedimentos ilegais nas Lajes

Pág. 12

UNIR REIVINDICAR E CONSCIENCIALIZAR



3.º Encontro Nacional de CTs

Pág. 11

Novos desafios! Novas respostas!

– artigo de
Francisco Lopes

Pág. 18

Fortalecer a organização

– artigo de
Blanqui Teixeira

Pág. 19

ARGÉLIA Fundamentalismo: raízes de uma maré

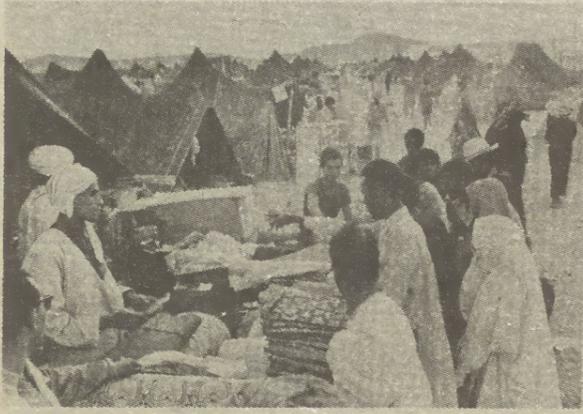
– Artigo de
Domingos Lopes

Pág. 23



EDITORIAL

O novo Estatuto da RTP e a perversão da democracia



Argélia: demissão do Chefe de Estado e anulação das eleições

RESUMO

8 Quarta-feira

Os dezasseis membros da Comissão Europeia reúnem em Portugal com os membros do Governo para definir estratégias para o exercício da presidência portuguesa da CEE. Os rios Lima e Castro Laboreiro começam a encher a barragem do Lindoso sem que as populações de três aldeias galegas, em diferendo com a EDP, abandonem as suas casas, que serão submersas pela albufeira da barragem. A CGTP considera gravíssima a situação resultante do processo de privatizações. Cavaco Silva nomeia Ramalho Eanes e Vítor Constâncio para o Conselho Directivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Regista-se uma acalorada reunião do Grupo Parlamentar do PSD a propósito das chamadas «multas» aos deputados faltosos deste. Pedro Roseta lidera os deputados que contestam aquele sistema. O presidente norte-americano, George Bush, de visita ao Japão, desmaia durante um banquete que lhe foi oferecido pelo primeiro-ministro Miyazawa.

9 Quinta-feira

A resistência timorense entrega uma cassette com uma mensagem do líder da Fretilin, Xanana Gusmão, ao presidente português, Mário Soares. Os votos do PSD aprovam na AR a proposta governamental do novo estatuto para a RTP. O CDS critica no Parlamento os indultos presidenciais que possibilitaram a libertação de elementos das FP25. A tensão sobe nas aldeias galegas de Bao e Buscalque por as águas, devido às chuvas, terem inundado mais cedo que o previsto as duas aldeias, obrigando a evacuações de emergência com a população revoltada contra a EDP. O orçamento provisório das Forças Armadas para este ano aponta um montante superior a 176 milhões de contos. Os presidentes da Rússia e Ucrânia, Boris Ieltsin e Leonid Kravtchuk, reúnem mas não chegam a acordo sobre quem tem o direito de controlar a frota militar do mar Negro da extinta União Soviética.

10 Sexta-feira

Mário Soares, de visita aos Estados Unidos, encontra-se a sós com o novo secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, para debate sobre a questão de Timor. Os habitantes das aldeias galegas afectadas pelo enchimento da barragem do Lindoso e a EDP chegam a acordo, ultrapassando o diferendo acerca da expropriação de terras. Dados do Instituto Nacional de Estatística apontam para uma inflação em 1991 de 11,4 por cento. Reúne-se o Conselho de Ministros dos Assuntos Gerais da CEE, sob presidência portuguesa, com dois temas de discussão: situação na Jugoslávia e na Comunidade de Estados Independentes. Dois agentes da PSP do Porto são condenados a sete anos de prisão por tráfico de droga. A embaixada norte-americana em Lisboa afirma que o Governo português não contestou em devido tempo a posição dos Estados Unidos sobre o despedimento de trabalhadores portugueses da base das Lajes. A violação de novo cessar-fogo na Jugoslávia põe em perigo o processo de paz.

11 Sábado

No CDS, o ex-presidente da Câmara de Lisboa, Nuno Abecasis, anuncia que tenciona candidatar-se à

liderança daquele partido. O Conselho Nacional marca o Congresso do CDS para Abril. Na homilia anual sobre o estado do Mundo, o Papa faz uma breve referência a Timor, pedindo às partes em conflito que se entendam e ponham fim à violência. O presidente argelino Chadli Benjedid demite-se do seu cargo, a cinco dias da realização da segunda volta das eleições no país. A primeira volta dava vantagem ao partido dos fundamentalistas islâmicos. É nomeado um Alto Conselho argelino e o exército patrulha as ruas de Argel.

12 Domingo

Personalidades ligadas a Timor-Leste e altos funcionários da ONU são convidados do Presidente da República português para um jantar em Washington numa acção de sensibilização para a questão. O Alto Conselho Argelino suspende as eleições. As primeiras eleições presidenciais búlgaras por sufrágio directo decorrem no país e os seus resultados obrigam à realização de uma segunda volta. Jelio Jeleu, da União das Forças Democráticas, obteve 45 por cento dos votos, e Velko Valkanov, apoiado pelo Partido Socialista Búlgaro, ocupa a segunda posição com 30 por cento.

13 Segunda-feira

Timor-Leste é a questão central da conversa de meia hora que Mário Soares tem na Casa Branca com o presidente norte-americano, George Bush. As Bolsas de Valores de Lisboa e Porto comunicam que vão transferir a partir da próxima semana 55 empresas cotadas no mercado oficial para o segundo mercado e o mercado não oficial. Basílio Horta anuncia a sua candidatura à liderança do CDS. O Vaticano reconhece a Croácia como Estado independente. Uma greve geral de protesto contra a política económica do Governo polaco regista elevados índices de adesão. Na Argélia os fundamentalistas da Frente Islâmica de Salvação reagem à decisão do Alto Conselho de Segurança de anular a segunda volta das legislativas tornando público um comunicado onde se apela aos argelinos para que estejam prontos para tudo, inclusive para responder a qualquer alerta no sentido de salvar os interesses do Islão.

14 Terça-feira

O ministro Deus Pinheiro, em conferência de imprensa, diz que a CEE está em condições de reconhecer a independência da Eslovénia e Croácia. Horas mais tarde, o presidente francês, François Mitterrand, diz que discorda por não ter garantias de a Croácia não vir a exercer responsabilidades sobre a comunidade sérvia ali residente. A comissão da Comunidade Europeia que acompanha a situação na Jugoslávia, recomendara apenas o reconhecimento da Eslovénia e da Macedónia. O bombista de direita Ramiro Moreira, responsável por diversos atentados em 1975 e 1976, entrega-se num Tribunal do Porto, para sair em liberdade graças aos termos do recente indulto presidencial. O comando militar americano reintegra 30 dos 95 trabalhadores portugueses despedidos. O PCP reúne a sua Comissão Política e anuncia que vai propor uma dotação substancial destinada a habitação social para o Orçamento de Estado de 1992. Um Conselho Permanente de Estado, de cinco membros, é criado na Argélia para substituir o presidente Benjedid, anunciando que ficará no poder até final de 1993, após o que a vida política retomará o curso normal.

O debate e as votações sobre o novo Estatuto da RTP, efectuados na passada semana na Assembleia da República, voltam a chamar a atenção para a governamentalização da comunicação social como uma das mais graves fontes de perversão da democracia no nosso país.

O poder laranja sobre grande parte da mais significativa comunicação social é hoje um império de vastas posições e diversificadas relações.

É o controlo político e administrativo instrumentalizador em que foi transformada a tutela legal sobre a RTP pelos governantes do PSD, como mais uma vez foi evidenciado na Assembleia da República, e que é exercido da mesma maneira e com os mesmos resultados sobre a RDP. É o controlo económico e político que resultou da concentração forçada (especialmente pela via de escandalosas privatizações) dos principais títulos da imprensa escrita nas mãos de escassos grupos económicos afectos ao PSD e o que resultou da entrega aos mesmos grupos ou a outros apañiguados do Governo das frequências regionais e de boa parte das frequências locais da rádio.

Apadrinhando este edifício foi colocada uma chamada Alta Autoridade para a Comunicação Social, parturejada na última revisão da Constituição com a colaboração do PS, mas que é completamente dominada pelo PSD, e que se mostra pronta a absolver os desmandos e abusos dos homens de mão do Governo, como aconteceu com o abuso do direito de resposta ao Presidente da República cometido pelo director do Primeiro Canal da RTP.

O Secretário de Estado, Marques Mendes, sabe do que fala e das facilidades que adquiriu com o desaparecimento do Conselho de Comunicação Social quando proclama alegremente, como fez no decorrer do debate na Assembleia, que «nunca como hoje a comunicação social foi tão livre em Portugal»...

Tamanho império mediático não pode deixar de ter uma profunda influência manipuladora na opinião pública, representando um dos maiores suportes políticos do Governo e contribuindo de forma muito importante para os «scores» eleitorais do PSD, particularmente nas últimas eleições legislativas.

É ainda de salientar que mesmo alguns órgãos de comunicação social que estão fora do controlo do PSD, vão na onda das grandes campanhas governamentais ou para ficarem boas graças de quem manda, ou por mani-

festa afinidade de interesses de classe, ou por comum obediência a centrais internacionais de contra-informação, como acontece com a desenfreada campanha contra o PCP, o comunismo e o socialismo.

A situação agrava-se com o sectarismo primário dos órgãos de informação afectos ao PS em relação à actividade, posições e funcionamento do PCP, com abundante ilustração nos trabalhos de «O Jornal» e da TSF, redundando em benefício da imperante homogeneidade laranja.

A homogeneização é tão cerrada que um velho leitor de jornais, que não é comunista, podia declarar há dias: «Tirando o "Avante!" são todos iguais». Esta situação tem necessárias repercussões na crise de vendas com que se debate a imprensa escrita.

A batuta do Governo impõe assim a sua música na quase totalidade da comunicação social mais significativa verificando-se raras desafinações e ainda mais raras desobediências assumidas.

Em resultado de tudo isto verifica-se uma «nítida diminuição do pluralismo na comunicação social», como assinalou o Presidente da República na sua mensagem de Ano Novo, no seguimento da mensagem que dirigiu no ano passado à Assembleia da República e de outras tomadas de posição.

A redução do pluralismo traduz-se, especialmente, na ausência de debates onde o Governo seja confrontado com a contestação da sua política, no silenciamento ou minimização das actividades, opiniões, propostas e iniciativas dos partidos da oposição (em especial do PCP) e no apagamento das lutas dos trabalhadores e das manifestações de resistência popular à política do Governo.

A suprema manipulação a que se assiste é a fingida preocupação pela pretensa inexistência de oposição ou pela alegada «crise paralisante que esta atravessa» proveniente de parte do aparelho mediático que, directa ou indirectamente influenciado pelo Governo, tudo faz para calar ou ignorar as vozes das oposições.

No vasto aparelho de propaganda governamental e de manipulação da opinião pública, a RTP ocupa um lugar central tanto pelo especial impacto da televisão como pelas formas extremas de controlo usadas pelos governantes do PSD.

A aprovação, de um novo Estatuto para a RTP, no seguimento da revisão da Constituição de 1989 e da abertura à existência de canais privados de televisão, devia ter como preocupações fundamentais garantir as condições que assegurem a alta qualidade do serviço público de televisão e «salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e demais

poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião», como estabelece o art.º 38.º da Constituição da República.

O PCP privilegiou no seu projecto de lei estas duas linhas de preocupações fundamentais apontando tanto as condições capazes de assegurar um serviço público de qualidade, como indicando a forma de se obter nas presentes circunstâncias do país uma efectiva desgovernamentalização. Quanto a este último aspecto o projecto do PCP preconiza a redução dos poderes de tutela do Governo, no essencial às questões económicas e financeiras, e propõe a constituição de um Conselho Geral da RTP, como órgão máximo da empresa, composto por 25 elementos directamente designados por entidades representativas da comunidade. Caberia a este Conselho Geral eleger 4 dos 5 membros do Conselho de Administração, enquanto o quinto seria eleito directamente pelos trabalhadores.

É claro que em matéria de governamentalização o objectivo do Governo e do PSD é o oposto do que sustentam os comunistas. Para o Governo trata-se de dar a ideia de que quer alterar alguma coisa para deixar tudo na mesma ou ainda pior.

Ao transformar a RTP, actualmente empresa pública, em sociedade anónima de capitais predominantemente públicos e cometendo à assembleia geral de accionistas a designação do Conselho de Administração, o Governo continuará a controlar a direcção da RTP controlando a sua assembleia de accionistas e abre ainda a possibilidade de novas negociações com o capital privado.

Por outro lado, ao chumbar os projectos do PCP e do PS, desmentindo a abertura com que se apresentara durante a discussão, o Governo e a sua bancada parlamentar dão um inequívoco sinal de que não querem ver minimamente perturbado o seu domínio manipulador sobre a RTP.

Há que dizer que mais uma vez os propósitos do Governo de Cavaco Silva estão a ser muito facilitados pela posição do PS, quer pela sua aproximação das soluções do PSD (abandonando as que defendera há poucos meses), quer pela forma frouxa como participou no debate deixando desaproveitada uma percentagem considerável do seu tempo de intervenção, quer pelas ilusões que apregoa sobre as televisões privadas.

Se há matéria onde as forças democráticas (e mais largamente todas as forças da oposição) têm que intervir com toda a energia e devem fazê-lo de forma convergente é, precisamente, na defesa do pluralismo e da isenção da comunicação social especialmente na do sector público.

O novo estatuto laranja para a RTP poderá passar, mas o país deve saber que vai no sentido da perversão da nossa democracia e por enquanto ainda não está aprovado.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2.º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1.º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 5.707\$50

ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00

MACAU — 50 números: 11.140\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS E TUNÍSIA) — 50 números: 13.350\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____

Morada _____ Telef. _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

Nota da Comissão Política

PCP vai propor no OE para 1992 mais verbas para habitação e saúde

I
A Comissão Política do Comité Central do PCP, na sua reunião de 13 de Janeiro de 1992, procedeu ao exame da situação política, económica e social do País.

Entre as matérias apreciadas mereceu destaque: a política governamental de rendimentos e preços que ameaça produzir um agravamento significativo das condições de vida dos portugueses; o processo de privatizações de empresas básicas e estratégicas de graves consequências para a economia e a independência nacionais; o início da presidência da CEE marcada por uma pomposidade propagandística que não se coaduna com o trabalho sério e consistente que é necessário desenvolver para salvaguardar os interesses nacionais e contribuir para as soluções dos problemas comunitários.

II
Em relação a outras questões de grande actualidade, a Comissão Política pronunciou-se, nos seguintes termos:

- Acompanha as preocupações manifestadas em relação à política económica e social do Governo de Cavaco Silva, em recentes plenários e reuniões importantes de trabalhadores (designadamente de dirigentes e delegados sindicais da Função Pública, de Comissões de Trabalhadores e de membros das Uniões e Federações Sindicais) e manifesta o apoio e a solidariedade do PCP às lutas já em curso e aos processos de luta que vão ser desencadeados contra a contenção salarial e por efectivos aumentos dos salários reais;

- Condena vivamente o propósito do Governo de proceder ao aumento brutal das propinas dos estabelecimentos públicos do ensino superior, em flagrante desrespeito pelos princípios constitucionais que incumbem o Estado de: «estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino» e de democratizar a educação;

- Denuncia o novo estatuto da RTP que o Governo quer fazer aprovar na Assembleia da República como um instrumento que não contribuirá para assegurar a qualidade do serviço público de televisão e nem para garantir o pluralismo, mas que servirá para o prosseguimento do controlo governamental deste meio privilegiado de comunicação social com objectivos manipuladores da opinião pública. Por isso mesmo, o PCP continuará a intervir para contrariar os aspectos mais negativos da proposta de lei.

III
No momento em que se anuncia a aprovação pelo Conselho de Ministros da proposta de lei do Orçamento de Estado, que depois será submetida à apreciação e votação da Assembleia da República, a Comissão Política do PCP examinou detidamente duas áreas de problemas que se encontram entre os que mais afectam e preocupam o nosso povo: a saúde e a habitação.

1. Em relação à saúde, salienta-se que num país em que o Estado só assume 53% das despesas totais em saúde (valor que, por exemplo, atinge em França 75% e em Inglaterra 81%) o Governo PSD/Cavaco Silva tem vindo a seguir continuamente uma política de saúde que se baseia fundamentalmente na apresentação de baixos orçamentos para o Ministério da Saúde e nomeação de gestores e administrações partidárias (e em muitos casos incompetentes) que visam, simultaneamente, criar uma má imagem do SNS e transferir para os utentes os custos de um direito que, de acordo com a Constituição, cabe ao Estado assegurar.

Trata-se de uma política de destruição do SNS que atingiu já níveis de extrema gravidade na degradação de serviços, diminuição do número de médicos de família, situações de conflito com fornecedores com graves custos para os utentes, aumentos do custo dos medicamentos, restrições aos receituários, entre outros.

A C. Política considera particularmente graves as mais recentes propostas do Governo Cavaco Silva/PSD que apontam no sentido do maior agravamento desta política. São particularmente gravosas as seguintes medidas em curso ou constantes do programa do Governo:

a) - **diminuição da comparticipação nos medicamentos**, o que mesmo que eventualmente acompanhado de pormenores de isenção a certos grupos sociais virá certamente agravar ainda mais as dificuldades já verificadas para a aquisição de medicamentos por largas camadas da população;

b) - **aumento das taxas moderadoras**, medida que é hipocritamente apresentada como destinada a proteger as



Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC, acompanhado de Luís Corceiro, do Gabinete de Imprensa do PCP, apresentou aos jornalistas as conclusões da reunião da Comissão Política, em conferência de imprensa realizada na Soeiro Pereira Gomes

camadas sociais mais desfavorecidas mas que virá obviamente restringir ainda mais o acesso dos utentes a consultas, meios de diagnóstico e hospitalares;

c) - **privatização e entrega da gestão de estabelecimentos oficiais a entidades privadas**, que o Governo apresenta como panaceia miraculosa, mas que virá agravar os problemas dos utentes, não só pelo estabelecimento do lucro como critério de avaliação fundamental do funcionamento dos serviços (e, portanto, redução do consumo, gastos com pessoal, etc.) como pelo abandono a que votará as actividades de saúde pública.

A C.P. ao mesmo tempo que condena veementemente tal política, apela aos trabalhadores e às populações para lutarem contra ela e anuncia desde já o seu propósito para, de acordo com os princípios consagrados na Constituição, intervir e propor dotações em concreto no sentido de serem reforçadas as verbas do Orçamento de Estado destinadas à saúde, contrariar as medidas gravosas apontadas pelo Governo e continuar a pugnar pela instituição de um verdadeiro SNS descentralizado, participado e com uma gestão democrática que garanta aos portugueses o acesso a cuidados de saúde universais, gerais e gratuitos.

2. Em relação à habitação importa salientar que o problema habitacional dos portugueses não cessa de se agravar afectando estratos sociais cada vez mais largos. As concepções liberalizadoras do sector da habitação seguidas pelo Governo de Cavaco Silva são responsáveis por este agravamento.

Incumbem ao Estado (e, no quadro institucional português, à Administração Central) importantes responsabilidades na resolução do problema habitacional. No entanto, o Governo de Cavaco Silva continua a manifestar desprezo, impotência e incompetência face à situação alarmante.

A recente reestruturação governamental não foi aproveitada sequer para a adaptação orgânica capaz de diminuir a inoperacionalidade dos departamentos e dos organismos vocacionados para a implementação duma política de habitação. A habitação continua ligada ao MOP enquanto o urbanismo esta ligado ao MPAT.

A promoção é quase toda da iniciativa privada: em 1989 esta produziu 87,3% dos fogos, contra 5,9% das cooperativas e 6,8% do Estado.

De facto, não existe uma política de habitação, apenas existem medidas dispersas que não produzem os efeitos pretendidos ou provocam mais distorções.

Um exemplo disto está patente no caso do arrendamento urbano. Cerca de um ano depois da entrada em vigor da Lei do Arrendamento Urbano pouco se alterou na situação do estrangulamento do mercado de arrendamento: em 1989 apenas 1,6% dos fogos produzidos se destinaram ao arrendamento e, em parte, por imposição do Governo a entidades e Fundos.

É evidente que as medidas no sector da habitação não surtem efeitos imediatos. O eleitoralismo do Governo de Cavaco Silva leva-o a desprezar as grandes questões de fundo desde a definição duma política de solos e de ordenamento do território, ao incentivo adequado da promoção habitacional (incluindo a pública e a cooperativa e não apenas quase exclusivamente a privada como está a acontecer), reabilitação urbana e do parque habitacional.

O Governo, ao sabor de calendários e de necessidades de propaganda, vai manipulando as taxas bonificadas e a fiscalidade com consequências no aumento dos custos e dos preços da habitação, o dispêndio e esbanjamento dos recursos públicos, restringindo o número de beneficiados e

condicionando o acesso à habitação e futuros adquirentes. E, mesmo com a aquisição da habitação feita quase só com recurso ao crédito, o número de contratos assinados foram em 1990 cerca de metade dos assinados em 1987. Números vindos a público indicam que em 1991 se verificou uma nova quebra de 20%.

Sem políticas de financiamento e fiscais ajustadas às necessidades e à realidade, sem medidas que visem o acesso à habitação das camadas mais carenciadas não se resolvem os problemas da população, nem a crise na indústria da construção civil.

No Seminário do PCP «Acesso à habitação - um direito a concretizar», realizado no Porto em Junho de 91, foi feita uma caracterização da situação e configurado um quadro e medidas para se poder enfrentar decididamente esta magna questão. Nesse sentido, o PCP irá apoiar iniciativas das entidades interessadas, designadamente na área do Poder Local e das cooperativas, e desenvolver iniciativas próprias designadamente através do seu Grupo Parlamentar.

No próximo debate do OE e das Grandes Opções, o PCP defenderá uma dotação substancial para a habitação social, muito superior ao que se tem verificado nos últimos anos e levará à Assembleia da República um conjunto de propostas, designadamente:

a) - **Definição de um Plano Nacional de Habitação**, dando aos problemas da habitação a sua importância nacional, com o levantamento das carências, conduzindo à definição de objectivos e metas e o envolvimento de todos os interessados;

b) - **Novos sistemas de financiamento às cooperativas e empresas** que pretendam construir fogos de custo controlado;

c) - **Medidas legislativas e fiscais para diminuir os custos de construção**, articuladas com a promoção pública, cooperativa e privada, proporcionando o acesso à habitação às camadas mais débeis economicamente;

d) - **Apoio à reabilitação urbana e à recuperação do parque habitacional**;

e) - **Incentivos à criação do mercado de arrendamento**;

f) - **Apoio à reestruturação e modernização das empresas de construção civil**, designadamente com o apoio de fundos da CEE;

g) - **Definição de uma política fiscal global e estrutural para a habitação**, com diminuição da carga fiscal, sem afectar as receitas autárquicas, e considerando as diferentes «classes» de habitação, isenção do imposto de selo e alargamento do âmbito de dedução no IRS.

IV

A Comissão Política apreciou o desenvolvimento da actividade partidária, chamando a atenção para o Comício de Almada, do próximo dia 17, com a participação do Secretário-Geral do Partido, Álvaro Cunhal, e para a Jornada Nacional de Informação e Esclarecimento que terá lugar nos próximos dias 6, 7, 8 e 9 de Fevereiro.

A Comissão Política apreciou também questões relativas ao plano de iniciativas que irão constituir, nos termos da Resolução do Comité Central, de 18 de Dezembro, a primeira fase de preparação do XIV Congresso e que começam já a ter concretização por parte de algumas Direcções Regionais.

Lisboa, 14 de Janeiro de 1992

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

COMUNIDADE EUROPEIA

Cooperação CEE/CEI em compasso de espera

CEE adia negociação de acordos com Estados da ex-URSS

Após as primeiras manifestações de mal disfarçado entusiasmo pela dissolução da União Soviética, a Comunidade Económica Europeia optou agora pela tática de «esperar para ver» como evoluiu a situação na ex-URSS antes de se comprometer num relacionamento mais profundo com os novos Estados que constituem a Comunidade de Estados Independentes (CEI). É o que se pode concluir da primeira reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze sob presidência portuguesa, realizada no passado dia 10 em Bruxelas, onde foi considerado «prematureo» iniciar desde já contactos exploratórios com vista à celebração de acordos com alguns dos novos países da CEI.

Na reunião, segundo informações da Lusa, os Doze decidiram aprofundar a reflexão sobre o relacionamento da CEE com a CEI, adianando o início das negociações de eventuais acordos de cooperação. Tendo como base dois documentos, um preparado pela presidência portuguesa e outro pela Comissão Europeia, o Conselho optou pela ponderação das propostas neles contidas, de forma a «aprofundá-los e possivelmente complementá-los». Na prática, e embora o ministro João de Deus Pinheiro, que presidiu aos trabalhos, tenha afirmado que ambos «mereceram o apoio generalizado das delegações», tratou-se de adiar qualquer iniciativa concreta na aproximação com a CEI, de cujo

futuro se duvida cada vez mais.

O documento português, segundo a Lusa, centra-se fundamentalmente na metodologia a adoptar pelos Doze para a definição das relações entre a Comunidade e os Estados da ex-URSS, enquanto o documento da Comissão Europeia avança com algumas propostas de relacionamento futuro. De referir que a Comissão propunha iniciar contactos exploratórios com a Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Casaquistão, com vista à negociação de acordos de cooperação, o que acabaria por ser deixado em compasso de espera.

Esta posição fica bastante longe da defendida no início do mês pela Alemanha, através do respectivo ministro dos Negócios Estrangeiros. Em entrevista à rádio «Deutsche Welle», Hans-Dietrich Genscher defendeu a criação de «tratados-leste» entre a CEI e a CEE, considerando que tal «instrumento» deveria entrar rapidamente em acção, no modelo dos tratados de membros associados da CEE. Genscher defendeu igualmente que a política de associação com a CEE estabelecida com a Polónia, Checoslováquia e Hungria deveria ser alargada à Roménia, Bulgária e Estados Bálticos, bem como aos Estados que irão surgir do desmembramento da Jugoslávia. Uma tese que parece estar longe de reunir o consenso dos Doze.

O Conselho de Ministros chegou entretanto a acordo sobre a forma de participação da Comunidade e dos Estados

membros na conferência internacional sobre a ajuda à ex-URSS, marcada para 22 e 23 deste mês, em Washington. Recordar-se que a Comunidade é actualmente responsável por cerca de 80 por cento dessa ajuda, o que justifica a decisão de os cinco grupos de trabalho da conferência serem co-presididos pela Comissão Europeia e por um Estado membro da CEE, de forma a conseguir uma «participação visível» dos Doze e da Comunidade na conferência de Washington. No topo da agenda está a questão militar, sabendo-se desde já que os EUA se preparam para recusar qualquer ajuda aos novos Estados da ex-URSS se estes não derem garantias de que vão desistir das suas armas nucleares e táticas. Na ocasião foi ainda decidido que a segunda conferência sobre a ajuda à ex-URSS será organizada pela Comunidade e realizada num dos Estados membros.

Declaração comum sobre a Jugoslávia

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze aprovaram entretanto uma declaração comum sobre a Jugoslávia, em que manifestam o seu regozijo pela decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas de enviar para aquele país um grupo de 50 oficiais de ligação. De acordo com informações prestadas pelo ministro João de Deus Pinheiro em conferência de imprensa, as forças da ONU

serão colocadas nos quartéis e outras unidades militares das partes em conflito, sendo a sua acção a de complementar a dos observadores da Comunidade que se encontram no terreno.

Na declaração, os Doze reiteram a sua condenação da «intolerável agressão» contra helicópteros de observadores da CEE que provocou a morte de cinco pessoas, exigindo o reforço da segurança dos elementos da missão.

Os Doze aprovaram ainda uma declaração em que manifestam a intenção de estender à República de Montenegro as medidas positivas dirigidas pela Comunidade a outras Repúblicas consideradas «cooperantes», alterando assim a posição tomada em Novembro passado, altura em que a Sérvia e Montenegro foram consideradas «não cooperantes» e portanto excluídas de medidas positivas e alvo de sanções. A Sérvia é agora a única República excluída do apoio comunitário.

Deus Pinheiro anunciou também que a CEE vai levantar, a 3 de Fevereiro, o embargo sobre as importações de aço, ferro e peças de ouro provenientes da África do Sul, uma vez que a Dinamarca deixou de ter reservas sobre esta matéria. Recordar-se que já em Abril de 1991 a CEE tinha decidido pôr fim ao embargo imposto em 1986 à África do Sul como forma de pressão contra a política de *apartheid*, mas o parlamento dinamarquês bloqueou a decisão. O veto dinamarquês foi levantado a semana passada.

PEV protesta

O Partido Ecologista «Os Verdes» protestou contra o facto de o Primeiro-Ministro não o ter recebido, no âmbito das recentes audições à oposição parlamentar sobre a Presidência portuguesa da Comunidade Europeia.

Em comunicado, «Os Verdes» afirmam que, como não foram convocados para as audições de Cavaco Silva, enviaram uma carta ao Primeiro-Ministro solicitando a correcção desta situação.

No documento, citado pela Lusa, os ecologistas dizem que não receberam qualquer resposta e que na terça-feira, dia 7, pediram uma audiência urgente ao chefe do Governo para o cumprimento do seu inquestionável direito de terem informação sobre a Presidência portuguesa da CEE.

«A não ser corrigida a actuação do Governo, este está a incorrer na violação do direito da oposição consagrado na Constituição», diz o comunicado.

Doze diferentes

A CEE ainda está longe da almejada convergência económica, imprescindível para a implementação da União Económica e Monetária, revela um estudo divulgado pelo jornal alemão «Handelsblatt» na semana passada.

Segundo os autores do estudo, com incidência em 1990, os produtos nacionais brutos por habitante dos doze países da CEE registam grandes variações, oscilando entre 25 500 dólares (cerca de 3825 contos) na Dinamarca e os 5700 dólares (855 contos) em Portugal.

Delors quer reforço da CSCE

O presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, instou hoje a CEE a ter consciência das suas limitações face às tensões na Europa de Leste, apelando a um reforço da Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa.

A CSCE, que agrupa todos os países europeus, os Estados Unidos e o Canadá, «encontra-se em estado embrionário» e é «a única instituição que deve ser reforçada actualmente», sublinhou, intervindo em Paris no primeiro dia dos «Encontros Nacionais para a Europa», que ali terminaram no sábado.

Igreja e adesão na Noruega

O bispo de Oslo (igreja, luterana), Per Loenning, apareceu na televisão nacional para assegurar aos noruegueses que o apoio à adesão à CEE não os levará à condenação eterna. Loenning contrariava declarações de dois fundamentalistas — ao antigo jornalista Arthur Berg e o escritor Thoralf Gilbrand — segundo as quais a Comunidade Europeia representa «a besta» profetizada no Livro de Revelações da Bíblia, que precede a chegada do Anti-Cristo e o Armagedão.

Regiões defendem financiamentos

As regiões em declínio industrial solicitaram à Comissão Europeia a manutenção dos financiamentos comunitários de que beneficiam, face ao aumento previsto dos créditos para o sector agrícola.

Segundo uma fonte próxima da Comissão em Bruxelas, referida pela Lusa, os representantes das regiões de oito estados da CEE (todos à excepção de Portugal, Grécia, Irlanda e Luxemburgo) exprimiram o receio de se verem preteridos relativamente às regiões agrícolas.

Os Doze devem chegar a acordo este ano sobre as perspectivas financeiras da Comunidade para o período 1994-1998, que incluem créditos suplementares importantes necessários à concretização da reforma da política agrícola comum (PAC).

Na cimeira europeia de Maastricht, em Dezembro último, os Estados da CEE comprometeram-se a aumentar as ajudas aos países menos desenvolvidos da Comunidade (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), em nome da coesão económica e social.

Mas, segundo uma fonte da comissão, o comissário responsável pela política regional da CEE, Bruce Millan, também defende o aumento das subvenções europeias às regiões em declínio industrial.

Desacordo no GATT

As negociações sobre a revisão do Acordo Geral sobre Comércio e Pautas Aduaneiras (GATT) começaram no início da semana, em Genebra, num clima nada propício à aproximação das posições antagónicas defendidas pela CEE e pelos Estados Unidos, embora se continue a admitir a hipótese de conseguir um acordo global até à Páscoa.

As recentes afirmações do presidente George Bush, na Austrália, responsabilizando a CEE pelo impasse nas negociações, e reforçadas no passado fim-de-semana num discurso em Kansas City em que afirmou que os EUA não aceitarão qualquer acordo que não contemple uma redução dos subsídios agrícolas por parte da CEE, provocaram de imediato reacções na Comunidade, com o presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors, a afirmar que «este tipo de atitude não facilita a aproximação dos pontos de vista».

E a verdade é que ainda no passado sábado, no final de uma reunião dos ministros da Agricultura e do Comércio, em Bruxelas, estes voltaram a reafirmar as suas discordâncias com o documento apresentado pelo director-geral do GATT, Arthur Dunkel, que tem servido de base às negociações. Os ministros classificam-no como «apenas a base para a continuação das negociações do Uruguai Round», rejeitando designadamente o capítulo dedicado à agricultura, que propõe reduções de 20 por cento dos apoios domésticos, de 36 por cento nas medidas proteccionistas nas fronteiras, de 24 por cento nos subsídios à exportação e de 36 por cento nos montantes destinados aos subsídios das exportações agrícolas durante seis anos, a partir de 1993. Para o ministro francês da Agricultura, Louis Mernaz, a «aprovação do documento Dunkel seria a ruína da agricultura europeia».

No recomeço das negociações, em Genebra, Dunkel informou as delegações dos 108 países participantes que não tinha «novas ou melhores soluções a propor» e deu um prazo, até 17 de Abril, para que as negociações sejam concluídas, de forma a que o acordo seja aprovado pelo Congresso norte-americano antes das eleições presidenciais nos EUA, agendadas para Novembro. Acontece que essas eleições estão já a marcar as posições da administração Bush, como o demonstram as afirmações de Bush no passado domingo de que se recusará a apresentar ao Congresso, para ratificação, «um acordo que não seja favorável aos agricultores americanos».

E o impasse mantém-se. O representante da CEE, Tran Van Thinh, disse em Genebra que as propostas de Dunkel respeitantes à redução das subvenções agrícolas terão

de ser «seriamente melhoradas» para que a Comunidade possa aceitá-las. Por seu lado, o representante dos EUA, Rufus Yerxa, considerou que o projecto de acordo contém «os ingredientes básicos para que as negociações sejam concluídas», ainda que não vá tão longe como os norte-americanos desejariam na redução das barreiras alfandegárias. Quanto ao Japão, considera que os planos para alterar todas as barreiras à importação e estabelecer uma quota mínima de importações lhe «colocam graves dificuldades». Finalmente, os países em vias de desenvolvimento produtores agrícolas, favoráveis à eliminação total dos subsídios à agricultura para poderem exportar os seus produtos, recusam-se a aceitar um acordo que os não favoreça neste domínio, dado já terem feito concessões na área dos serviços, que interessam particularmente aos países desenvolvidos.

Deputados do PCP
comentam a presidência portuguesa da CEE

Indispensável a decidida defesa dos interesses nacionais

Os deputados comunistas portugueses no Parlamento Europeu apontam a defesa dos interesses nacionais como linha fundamental da acção que o Governo português deve ter neste semestre de presidência da CEE. Para o PCP são prioritárias as matérias relacionadas com a coesão económica e social, a reforma da política agrícola comum, as relações Norte-Sul e a situação em Timor-Leste

«O exercício da presidência por Portugal, neste momento e pelos temas que durante ela serão - ou poderão ser - privilegiados, torna indispensável a decidida defesa dos interesses nacionais, não se podendo aceitar que, a pretexto ou com o argumento de se tratar de questões particularmente importantes para Portugal, não devam elas ser tratadas durante a nossa presidência, afirma-se numa declaração lida à comunicação social por Joaquim Miranda da Silva, numa conferência de imprensa realizada no passado dia 9 e em que participaram também Sérgio Ribeiro e Rogério de Brito.

«Será até, a nosso ver, o momento oportuno de, sem qualquer ambiguidade, tornar claro que algumas dessas questões, se particularmente importantes para os países periféricos e as economias mais débeis, são questões inequivocamente comunitárias» sublinham os eurodeputados comunistas.

Para os eleitos do PCP «a ausência de iniciativa própria é, numa situação como a presente, tão criticável quanto um protagonismo excessivo e impraticável». «Não pode faltar em afirmação, ao nível comunitário, o que já sobra em termos de propaganda para efeitos internos» - alertam.

De entre os temas e objectivos, que sendo comunitários, tocam de forma particular Portugal, os eurodeputados do PCP destacam «alguns que nos são sensíveis por razões que decorrem do nosso atraso relativo e da preocupação de o superar».

Coesão económica...

Deve ser garantida a apresentação, a curto prazo, do pacote Delors II sobre o quadro financeiro futuro da Comunidade, e a sua discussão e adopção devem ser aceleradas, «assegurando-se que os futuros recursos da Comunidade se alicercem na riqueza relativa dos países e que a sua aplicação privilegie de forma sensível os fundos estruturais».

Os deputados comunistas entendem que «o lançamento de bases financeiras adequadas a uma convergência real em termos de desenvolvimento, particularmente num momento em que se lança a União Económica e Monetária, é uma questão essencial e prioritária para países periféricos como o nosso».

Deverá dar-se concretização aos princípios da concen-

tração e da flexibilização, com vista a permitir uma maior aplicação dos fundos estruturais nas regiões de menor desenvolvimento e num maior leque de objectivos - que abrangia, entre outros, a educação, a saúde e a habitação e permita a reestruturação do sector produtivo.

Para os eurodeputados do PCP «é fundamental que se adoptem, como sempre preconizámos (mesmo quando nos apelidavam de irrealistas...), participações comunitárias mais elevadas, de forma a permitir menores participações nacionais e, consequentemente, uma menor pressão sobre o Orçamento do Estado».

A confirmação de tais princípios e objectivos e, em geral, a implementação positiva do Protocolo sobre a coesão económica e social e o Fundo de coesão acordados em Maastricht, reclamam uma forte e permanente atenção por parte de Portugal e exigem, por outro lado, que não só se evitem clivagens como se procurem e alcancem formas de concertação entre os países de menor desenvolvimento.

... e social

Embora reconhecendo os aspectos económicos como um dos fundamentos mais importantes da coesão, os eurodeputados do PCP afirmam que ela «não se esgota» neles, e chamam a atenção para a vertente social e os atrasos que neste campo subsistem: «Bastará recordar - e para não referir já os aspectos remuneratórios ou relativos à segurança social - que em Portugal o número máximo legal de horas de trabalho por semana (45) é, de longe, o maior da Comunidade (40 horas para a Espanha, Grécia e Irlanda; menor ainda para todos os restantes) e que também o número de dias de férias por ano é, no nosso país, o menor (22 dias, a par com a Grécia; 24 na Irlanda; 25 na Espanha, na Bélgica, na França, e mais nos outros países da Comunidade)».

Entre os temas sociais que a presidência portuguesa «não pode deixar de inscrever» na ordem de trabalhos destes seis meses, os comunistas apontam, em termos gerais, a concretização da Carta Social Europeia; em particular, referem *dossiers* como os da igualdade entre homens e mulheres, a situação das mulheres grávidas, a higiene e segurança no trabalho, o tempo de trabalho e de férias.

Reforma da PAC

Outro tema a merecer particular atenção é, igualmente, a reforma da política agrícola comum, agendada para os primeiros meses deste ano.

«Tendo presente as propostas formuladas pela Comissão - em particular a brutal baixa de preços preconizada - importa, em especial, assegurar o reconhecimento da especificidade da nossa agricultura (que ainda em 1991 passou à 2ª fase do período de transição), que viabilize uma economia agro-alimentar no País e impedir a estrita articulação que vem sendo estabelecida entre tal reforma e as negociações GATT, determinante, aliás, de tal proposta sobre os preços agrícolas» - defendem os eurodeputados comunistas, para quem a PAC deve ser «um instrumento de convergência real das economias e não factor de acentuação de assimetrias e de desertificação das periferias ao nível rural».

Neste sentido, entendem indispensável ainda - e para além da regionalização da PAC e da aplicação de fortes modulações regionais e por exploração - «que a PAC, no quadro orçamental futuro, não continue a deter o forte peso relativo orçamental que hoje dispõe (mais de 50% do orçamento), em benefício particular de alguns países e de alguns agricultores».

Egon Klepsch na presidência do Parlamento Europeu

O democrata-cristão alemão Egon Klepsch, foi antontem eleito, à primeira volta, em Estrasburgo, presidente do Parlamento Europeu (PE).

Egon Klepsch foi eleito com 253 votos, mais 29 do que o mínimo necessário para obter a maioria absoluta, na sequência de um acordo parlamentar entre o Partido Popular Europeu (PPE) e os Socialistas europeus, os dois maiores grupos do PE.

Klepsch sucede ao socialista espanhol Baron Crespo, que ocupou a presidência do Parlamento durante os primeiros dois anos do presente mandato de quatro anos, cedendo agora o lugar aos democratas-cristãos, como estabelece o acordo.

Com 61 anos, nascido na ex-RDA de onde fugiu para a



Os deputados do PCP no Parlamento Europeu, Rogério de Brito, Joaquim Miranda e Sérgio Ribeiro, na conferência de imprensa no Centro Jean Monet

Política externa

Outros assuntos, embora não directamente ligados ao atraso relativo de Portugal na Comunidade e à preocupação de o superar, «não deverão deixar de se inscrever entre as prioridades» da presidência portuguesa, «porque, também eles, podem e devem ser uma marca» desta. Duas matérias de política externa foram destacadas pelos eurodeputados do PCP:

- a relevância a dar às *relações Norte/Sul*, em especial à África e à América Latina, particularmente esquecidas nos últimos tempos, face à prioridade concedida aos assuntos relacionados com o Centro e Leste europeus;
- a situação em *Timor-Leste*, território sob administração de Portugal (Estado

membro da Comunidade) e ocupado pela Indonésia (país com que a Comunidade mantém fortes relações de cooperação). Os eleitos comunistas no PE sublinham que este problema não deverá ser considerado exclusivamente numa perspectiva dos direitos do homem e à luz dos dramáticos acontecimentos de 12 de Novembro, sublinhando que «a questão central do direito à autodeterminação e à independência do povo de Timor-Leste não pode ser subalternizada».

Cooperação institucional

Na declaração à comunicação social os eurodeputados comunistas afirmam que a presidência portuguesa das Comunidades «não respeita apenas ao Governo e exige

mesmo que dela se tenha uma perspectiva nacional», o que pressupõe «não uma governamentalização, como a que se vem desenhando, mas uma profunda cooperação inter institucional». Assim, manifestam a sua «inteira disponibilidade para uma cooperação profícua, nomeadamente quanto aos temas e objectivos que atrás referimos».

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu afirmam que tudo farão «para que a presidência portuguesa resulte a salvaguarda desses interesses e o prestígio do País». Neste sentido, revelaram que em Estrasburgo, quer no plenário, quer nas comissões, irão tomar iniciativas, nomeadamente em relação às questões da coesão económica e social, da carta social e da cooperação com os países da ACP.

Grupo Socialista, o francês Jean-Pierre Cot, que o qualificou como um «militante europeu de longa data».

À presidência do PE candidataram-se ainda dois belgas e um italiano.

O italiano Roberto Barzanti, candidato do Grupo da Esquerda Unitária Europeia, classificou-se em segundo lugar com 105 votos.

O terceiro lugar foi obtido pelo candidato do Grupo Liberal, Defraigne, com 72 votos, enquanto o candidato da direita europeia (RDE), Karel Dillen, apenas recolheu 16 votos.

Entretanto, na sessão do PE a decorrer esta semana, os eurodeputados vão ainda apreciar o programa da presidência portuguesa da CEE.

Agendada para hoje de manhã, a apresentação do programa está a cargo do ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, a que se seguirá um debate. No final, Deus Pinheiro responderá às perguntas e críticas dos parlamentares europeus.

Da agenda de trabalhos da sessão do PE consta ainda, entre outras coisas, a apreciação de uma série de relatórios sobre os protocolos de cooperação financeira entre a CEE e vários países (Israel, Síria, Argélia, Egipto, Jordânia, Marrocos e Líbano), bem como a apresentação de um relatório respeitante à proposta de directiva sobre a proibição total da publicidade ao tabaco e outros dois referentes ao imposto sobre bebidas alcoólicas.

Actividade diplomática intensifica-se

Encontros de Soares com Bush e Butros Ghali e iniciativas políticas da resistência timorense

Os encontros de Mário Soares, durante a visita que esta semana concluiu aos Estados Unidos da América, com o seu congénere norte-americano George Bush (que segundo o relato das agências noticiosas terá dito ao presidente português estar «preocupado» com a situação dos direitos humanos em Timor-Leste) e o novo secretário-geral da ONU, Butros Ghali, motivaram já a resistência timorense no interior do território a aplaudir as conversações mantidas por Soares, esperando que delas saiam resultados concretos, nomeadamente a con-

Negociação sem condições

Outro dirigente da Fretilin, Comandante Má Huno, enviou uma carta a Mário Soares dizendo que a organização está disposta a negociar com o invasor indonésio sem condições prévias. Este dirigente do movimento maubere na Austrália assinara um comunicado à imprensa em Novembro passado contestando algumas intervenções públicas do administrador apostólico de Díli, D. Ximenes Belo: «Tem demonstrado, não poucas vezes, falta de firmeza e inconsequência nas suas posturas», diz Má Huno

«Por um Timor-Leste Livre» entregou uma carta ao presidente norte-americano, instando-o a discutir a questão com o primeiro-ministro japonês, o que não veio a acontecer. Entretanto, o Ministério japonês dos Negócios Estrangeiros, através de um porta-voz questionado a semana passada por jornalistas estrangeiros, louvaria o relatório preliminar indonésio aos acontecimentos de 12 de Novembro em Timor, qualificando-o de «objectivo e frontal».

Papa fala de Timor

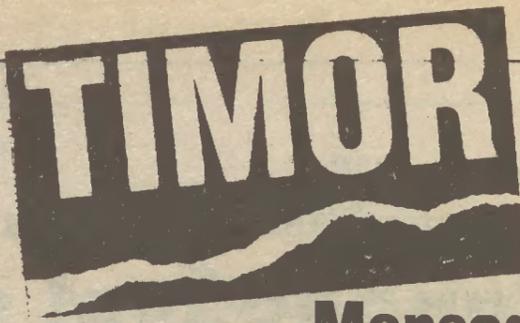
Também o governo alemão diz aceitar o relatório

de Santa Cruz. A Alemanha, no entanto, insistiu esta semana para que os responsáveis pelo massacre de 12 de Novembro em Díli sejam julgados, segundo afirmações à imprensa da secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros, Ursula Seiler-Albring, durante uma visita de seis dias à Indonésia. Para a governante alemã, se o relatório definitivo (que deve estar pronto dentro de um mês) for considerado positivo «a cooperação entre a Alemanha e a Indonésia continuará como no passado».

Na sexta-feira passada, o Papa João Paulo II referiu-se à situação de Timor, convidando os responsáveis do território a entenderem-se para pôr fim à violência e às divergências no território. Tratou-se de uma breve passagem do discurso anual do sumo-pontífice sobre o estado do mundo, mas de qualquer modo foi a primeira vez que o Papa João Paulo II se referiu à questão publicamente, desde o massacre do passado dia 12 de Novembro.

A resistência timorense saudou as palavras do Papa, tendo Abílio Araújo, na conferência de imprensa atrás referida, afirmado que a Santa Sé deve «desenvolver uma política de neutralidade activa, encorajando as partes envolvidas no conflito a buscarem pela via do diálogo, sob os auspícios da ONU, uma via conducente à realização da consulta popular de autodeterminação».

Para este referendo ser possível, Abílio Araújo apontou a necessidade de «pacificação, desmilitarização e reconciliação dos timorenses no território».



Mensagens de Xanana Gusmão

Vai ser constituída uma comissão de apoio aos presos políticos timorenses segundo anunciou esta semana a «Comissão de Defesa dos Direitos do Povo Maubere» através de Luísa Teotónio Pereira que em nome da organização entregou segunda-feira passada uma mensagem do líder da Fretilin, Xanana Gusmão, ao primeiro-ministro português, Cavaco Silva, similar à que na semana passada fora entregue ao presidente Mário Soares. Luísa Teotónio Pereira anunciou ainda que em Março próximo vai realizar-se em Lisboa uma convenção com a participação dos grupos e organizações que têm participado recentemente na defesa de Timor-Leste.

As cartas de Xanana Gusmão insistem na necessidade da realização de um inquérito internacional para investigação do massacre de Díli e de exercício de formas de pressão sobre os governos para que reconsiderem a política complacente em relação à Indonésia e apliquem cortes de ajudas económicas.

Indiferença internacional

Ao recordar a indiferença da comunidade internacional no passado em relação a Timor-Leste, Xanana Gusmão refere-se em particular à Austrália: «Casos houve, como o da Austrália, que a cada acusação mais flagrante dos direitos humanos, imediatamente mandava o seu embaixador Philip Flood para vir conversar com o fantoche governador (Mário Carrascalão) e com as autoridades militares e regressar, afirmando que não viu evidências», diz o líder da Fretilin numa mensagem áudio dirigida a todas as organizações de solidariedade com Timor-Leste gravada na véspera de Natal mas só agora chegada a Portugal.

Na mesma mensagem, Xanana diz que repara que o massacre de 12 de Novembro não teria tanta repercussão se não fosse o filme que um jornalista britânico conseguiu levar para fora do território e que muitos governos «só se pronunciaram decididamente depois de terem ouvido falar do filme». Xanana anota que o filme «tornou-se assim o catalisador da reacção internacional, inicialmente céptica, como já se tornou hábito da política».

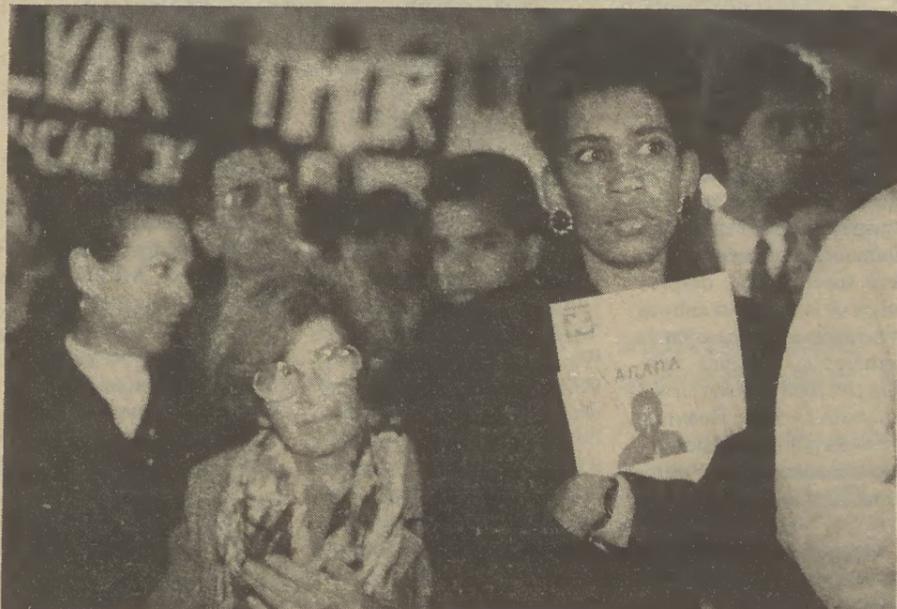
Repressão sobre presos

Entretanto, as autoridades indonésias proibiram a recepção de uma visita de uma delegação humanitária a 25 presos políticos timorenses em Djakarta, sem apresentar qualquer tipo de justificação para a recusa.

Neste momento, somam-se cerca de 70 presos políticos timorenses em prisões de Djakarta, Bali e Díli tendo a Amnistia Internacional emitido em Londres um apelo para a libertação de todos eles, fazendo o relato de torturas que levaram um dos presos, Pompeia Saldanha, a perder o andar e a ficar com o rosto irreconhecível.

Na semana passada, o novo comandante militar de Timor-Leste, Theo Syafei, é citado por um jornal indonésio como tendo afirmado que actuará com dureza sobre todos aqueles que contestem o regime e que não toleraria nada que pusesse em causa a estabilidade no território.

«Não sou tão paciente como Waeoun», disse o brigadeiro-general referindo-se ao seu antecessor no comando militar de Timor-Leste.



Cartas e mensagens gravadas de Xanana Gusmão, líder da Fretilin em Timor, chegaram agora a Lisboa. O comandante da guerrilha timorense solicita a todas as organizações e pessoas que têm, depois do massacre de 12 de Novembro, manifestado solidariedade com a causa do povo maubere, para agora não permitirem à comunidade internacional condições para um novo período de esquecimento e para um aumento de pressão sobre a Indonésia. Na foto (de arquivo) uma das manifestações de solidariedade que se têm realizado em Portugal para com os timorenses

vocação do Conselho de Segurança da ONU para análise desta questão.

Em Lisboa, Abílio Araújo, da Fretilin, saudaria na terça-feira a iniciativa presidencial bem como outras levadas a cabo pelos restantes órgãos de soberania portugueses. Na altura, o chefe da delegação externa da Fretilin anunciara que a sua organização iria propor o alargamento da Convergência Nacionalista (que integra também a UDT) a outras organizações timorenses «a começar por membros da antiga Apodeti», um partido timorense que defendia na altura do processo de descolonização a integração do território na Indonésia.

A ideia é alargar a Convergência a todas as figuras que entretanto se destacaram «pela sua postura nacionalista nestes anos de resistência» e ultrapassar «a crise de identidade que afecta o sistema partidário timorense, resultante de 17 longos anos de guerra», segundo palavras de Abílio Araújo numa conferência de imprensa em Lisboa.

ao refutar afirmações do bispo que acusava a Fretilin de «movimento esquerdista» e de ser a única organização responsável pelas acções anti-indonésias.

Alguns dias antes da ida do Presidente da República aos Estados Unidos, em mensagens enviadas a Mário Soares e ao primeiro-ministro português, Cavaco Silva, o líder da resistência timorense, Xanana Gusmão, havia apelado a Portugal para que defendesse junto da comunidade internacional a imposição de sanções económicas à Indonésia e a ida de uma missão internacional a Timor-Leste, sob os auspícios da ONU. Xanana adianta mesmo alguns nomes que poderiam integrar essa comissão: o ex-presidente norte-americano Jimmy Carter, o bispo sul-africano Desmond Tutu e Danielle Mitterrand, mulher do presidente francês.

No entanto, as posições até agora tomadas por algumas das principais potências ocidentais não parecem vir ao encontro dos anseios da resistência timorense. Quando Bush ainda se encontrava no Japão, a coligação japonesa

oficial indonésio, que restringe a 50 mortos e 90 desaparecidos o número de vítimas no incidente do cemitério de Santa Cruz.

Dois meses depois

Para que o massacre não se repita

Dois meses depois do massacre de Díli, a Juventude Comunista Portuguesa e a Juventude da Fretilin assinam um comunicado conjunto intitulado «Para que o massacre não se repita! Para que se acabe com o sofrimento do povo de Timor» que transcrevemos na íntegra.

«A 12 de Janeiro passam dois meses sobre o massacre de cerca de 100 jovens timorenses pelo exército indonésio no cemitério de Díli.

O filme de um operador de câmara de uma das principais estações televisivas norte-americanas correu mundo, provocando reacções de repúdio pelo sucedido, exigindo que os culpados fossem punidos e se de-

volva ao povo timorense o direito inabalável à sua autodeterminação e independência.»

«Passaram dois meses e não se registaram alterações a uma situação que dura há 16 anos. Enquanto isso, o governo indonésio, sob o olhar concordante dos Estados Unidos, prossegue a sua política de ocupação do território e de perseguição ao povo de Timor-Leste.»

«O governo indonésio, tem feito uma ginástica medonha para amortizar os efeitos desses acontecimentos, declarando números de mortos e desaparecidos como se estivesse a referir-se a objectos, mostrando bem a responsabilidade que tem sobre o ocorrido e a necessidade de pôr termo à

contestação internacional.»

«Serão necessários mais 16 anos debaixo de um regime que vai eliminando impiedosamente o povo timorense para que este, enfim, respire a liberdade?»

«Assinalar esta data exige, uma vez mais, que se tomem medidas concretas que devolvam ao povo timorense o seu direito à liberdade e autodeterminação, exige que se reforcem as acções de solidariedade. Exige que aqueles que se assumem como verdadeiros defensores da liberdade e da solidariedade não fiquem por meras declarações de preocupação ou até mesmo de concordância, mas assumam uma postura coerente e responsável, nomeadamente os EUA e o Vaticano. Exige que o go-

verno português assumam as suas responsabilidades e adopte medidas concretas que visem pressionar as estruturas internacionais onde intervém para pôr fim a esta situação calamitosa, designadamente nas Nações Unidas, usando da sua influência enquanto assume a Presidência das Comunidades Europeias para pressionar os seus parceiros a tomarem atitudes de pressão sobre a Indonésia, a fim de assegurar ao povo Maubere a possibilidade de escolher o seu destino e a aceitar os representantes do povo de Timor no encontrar da solução do problema timorense.»

Lisboa, 10 de Janeiro de 1992.

PCP

DORP alerta para o esvaziamento do Poder Local democrático

A meio do mandato autárquico, a DORP do PCP avalia a actuação das diversas forças políticas e define acções prioritárias para o período que precede as próximas eleições

A DORP do PCP considera com preocupação «o desenvolvimento de tendências que podem esvaziar o Poder Local democrático de algumas das suas características fundamentais». A afirmação foi feita em conferência de imprensa, na passada sexta-feira, em que participaram Avelino Gonçalves, da Comissão Executiva da DORP e suplente do CC, Ilda Figueiredo, Joaquim Nascimento, presidente da Junta de Freguesia de Miragaia, e Luís Oliveira Dias, vereador da CM do Porto e suplente do CC do PCP.

«A concentração de poderes nas mãos do presidente em prejuízo do órgão executivo colegial; a transferência de poderes das assembleias para os executivos; a tentativa de transferir, na prática, poderes de decisão das câmaras para instâncias não eleitas e o condicionamento real da acção dos municípios pela manipulação dos fundos comunitários e das verbas do Orçamento de Estado» são para os comunistas aspectos que «criam um défice democrático real que pode adular profundamente a arquitectura democrática do Poder Local».

Esta comunicação surgiu depois da realização de um encontro de quadros comunistas sobre questões autárquicas do distrito. No documento divulgado, realça-se a «participação empenhada da CDU em todas as assembleias municipais dos 17 municípios do distrito, em cinco câmaras municipais, em 90 assembleias de freguesia e em 31 juntas de freguesia, em sete das quais detém a presidência».

O trabalho dos eleitos CDU

A participação dos eleitos autárquicos da CDU tem par-

tecular destaque nas câmaras municipais da Área Metropolitana do Porto, onde são responsáveis por pelouros. É o caso da CM do Porto, Gondomar, Valongo e Matosinhos, embora neste último caso a CDU não tenha sido atribuído o regime de permanência, o que dificulta a acção da vereadora.

Em Vila Nova de Gaia, a posição da actual maioria PS impediu que a CDU continuasse o importante trabalho desenvolvido em anteriores mandatos, designadamente na área do Ambiente e Desporto e Tempos Livres. O PCP denunciou o sectarismo do PS, aliado à má gestão municipal, que «tem gerado um descontentamento generalizado na população que vê sucessivamente adiada a resolução dos seus problemas».

Os comunistas chamam à atenção para vários aspectos relativos à actuação dos órgãos autárquicos, reclamando nomeadamente «que sejam cumpridas as promessas feitas em campanha eleitoral, pelo PS e PSD, que detêm a maioria dos mandatos das câmaras municipais do distrito do Porto», para assim ser dada prioridade à resolução dos problemas de saneamento básico, da rede viária, do trânsito e dos transportes.

O combate à poluição, o ordenamento do território e a construção dos equipamentos colectivos são igualmente medidas consideradas indispensáveis à melhoria das condições de vida das populações. O documento sublinha também a necessidade de aumentar a capacidade reivindicativa junto do Poder Central, designadamente de «meios financeiros adequados ao exercício das competências do Poder Local, da consagração do regime de permanência para os autarcas

das freguesias, do reforço das competências e dos meios financeiros conferidos às juntas».

Especial atenção deveria ser dada, segundo o PCP, ao «desenvolvimento do distrito do Porto, exigindo os necessários investimentos na habitação social, nas vias de comunicação e nos transportes públicos, no ambiente e nas instalações e equipamentos para a saúde, educação e cultura».

A DORP reivindica ainda o aumento de verbas provenientes dos fundos comunitários para os investimentos municipais e intermunicipais bem como a comparticipação de verbas do Orçamento do Estado designadamente para um programa de emergência de saneamento básico.

Mais à frente o texto reclama «uma maior participação das autarquias na elaboração do Novo Plano de Desenvolvimento Regional, que terá lugar após a aprovação do 2º Quadro Comunitário de Apoio a Portugal, que vigorará a partir de 1994, factor desprezado na elaboração do actual PDR, o que contribuiu para a reduzida taxa de execução dos programas comunitários».

Por outro lado, deve ser garantido um maior apoio à intensa actividade das inúmeras colectividades de cultura, recreio e desporto que cumprem uma importantíssima função social e pública, tentando suprir as carências que existem. Para os comunistas é ainda necessário «reforçar a democraticidade do funcionamento dos órgãos autárquicos e assegurar a máxima transparência nas decisões, dar combate à corrupção, desburocratizar o funcionamento dos serviços e garantir maior abertura às populações».



Área Metropolitana do Porto deve avançar rapidamente

Na conferência de imprensa sobre questões autárquicas no distrito do Porto, a DORP do PCP congratulou-se com as decisões já tomadas pelas Assembleias Municipais que permitem a institucionalização em concreto da Área Metropolitana do Porto. Foi contudo salientado que se «impõe agora que avance rapidamente o processo de marcação de eleições e de constituição dos órgãos de forma a garantir que a curto prazo possam entrar em funcionamento».

Na reunião plenária, em que foram debatidos os problemas do Poder Local, e que precedeu o encontro com os jornalistas, consideraram-se os vários aspectos do trabalho dos comunistas nesta frente. Nomeadamente, concluiu-se «a necessidade de adoptar medidas que permitam melhorar o acompanhamento dos problemas autárquicos, dinamizar a intervenção das organizações do Partido, reforçar a ligação

às populações, assegurar um contacto mais regular com a comunicação social e garantir aos militantes do Partido e ao eleitorado em geral uma informação regular sobre a actividade dos eleitos e sobre as propostas e opiniões do Partido relativas ao Poder Local».

No que respeita à política de alianças, a DORP do PCP reafirmou a «vocação dos comunistas para assumir com lealdade as responsabilidades em que sejam investidos e, ao mesmo tempo, preservar a sua independência política e exercer o seu inalienável direito de criticar actuações que consideram erradas, insatisfatórias ou antidemocráticas».

Finalmente foi anunciado o início imediato da preparação das próximas eleições autárquicas, nas quais a DORP do PCP apresentará listas concorrentes a todos os órgãos de Poder Local do distrito.

JCP diz não ao pacote autárquico

A JCP divulgou um comunicado em que exige a revogação do pacote legislativo «que acarreta para as autarquias e para os trabalhadores contratados, e em particular aos jovens, graves problemas que comprometem o seu futuro». Os jovens trabalhadores comunistas do distrito de Lisboa repudiam igualmente a «inqualificável ingerência do Governo na autonomia do poder local democrático e na gestão dos autarcas eleitos pelas populações» e solidarizam-se com os jovens abrangidos por tais medidas, apelando à acção e à luta reivindicativa para preservar os postos de trabalho.

A legislação estabelece que os contratos a prazo passem a ter a duração máxima de um ano, obrigando ao despedimento sem justa causa, após o seu termo, dos trabalhadores já ao serviço.

Por outro lado, o Governo pretende precarizar ainda mais o emprego com a introdução abusiva de tarefeiros e avançados.

Os contratados a prazo com mais de 3 anos verão os seus contratos alterados unilateralmente pela autarquia, sem serem consultados e ficam sujeitos a concurso. Em caso de reprovação serão despedidos.

A JCP sublinha ainda que «este pacote vem pôr em risco os postos de trabalho de milhares de jovens, em particular, e interfere na gestão das autarquias, constituindo uma grave ingerência do Governo no poder local democrático».

1º Encontro Internacional

Terminou no passado do-

mingo o 1º Encontro Internacional da Juventude, que decorreu no Vimieiro por iniciativa do Conselho Nacional da Juventude.

A JCP, na qualidade de membro da CNJ, congratulou-se com a realização deste Encontro que reuniu jovens de toda a Europa Comunitária e teve como objectivos fazer o levantamento dos problemas da juventude nos mais variados campos e apontar medidas para a sua resolução. A participação dos jovens comunistas portugueses pautou-se por uma intervenção empenhada sobre a situação da juventude nos países da CEE e, em particular, em Portugal, procurando definir orientações para a defesa intransigente dos seus direitos e aspirações.

Situação internacional debatida em Castelo Branco

Miguel Urbano Rodrigues participou no passado fim-de-semana numa série de debates sobre a situação internacional, promovidos pelo PCP no distrito de Castelo Branco.

A crise do capitalismo, a desagregação da União Soviética e o Terceiro Mundo, bem como aspectos da política portuguesa, estiveram em foco nas iniciativas que tiveram lugar na sexta-feira, em Castelo Branco e no sábado, em Tortosendo e na Covilhã. No conjunto dos três encontros conduzidos pelo jornalista, escritor e deputado do PCP, participaram mais de 170 pessoas, registando-se a presença de não militantes do Partido e de bastantes jovens.

Miguel Urbano expôs os grandes traços que marcam a crise do capitalismo - a recessão nos EUA, na Inglaterra, França e noutros países, onde o desemprego, as falências, o endividamento externo, a fome e a criminalidade são fenómenos em crescimento. A situação aterra-

dora do Terceiro Mundo foi igualmente analisada, ressaltando os problemas da fome, atraso e pilhagem por parte doutros países mais industrializados.

Um outro ponto que mereceu grande atenção dos participantes foi a derrocada do socialismo e a desagregação da União Soviética. Miguel Urbano afirmou, numa interessante explicação, que «além de ser uma derrota do socialismo, é uma situação que encerra muitos perigos para a paz, sendo de prever que os povos da ex-URSS e dos outros países ex-socialistas irão enfrentar problemas muito difíceis». Apesar da derrota, dos recuos e atrasos, o orador mostrou-se convicto de que os trabalhadores e os povos em geral encontrarão o seu caminho e que a luta pela emancipação social continuará. A visita do deputado comunista foi seguida de perto pelas rádios locais de Castelo Branco, às quais concedeu várias entrevistas.

DORBraga reuniu

Crise no sector têxtil deixou rasto negro no final de 91

No ano de 1991 encerraram no distrito de Braga mais de 100 empresas que empregavam mais de 30 mil trabalhadores. Mantém-se os baixos salários e agravam-se as chagas dos pagamentos em atraso, do trabalho infantil, etc.

Reunida no passado sábado, a DORBraga do PCP fez a análise da situação política e social e definiu as direcções, linhas de orientações e o plano de trabalho dos comunistas no distrito, para o ano que se inicia.

Para a DORBraga, o programa e as primeiras decisões do Governo do PSD para o ano de 1992 «confirmam as análises e preocupações anteriormente expressas pelo PCP: 1992 vai ser um ano difícil para os trabalhadores e camadas médias da população, para a economia nacional e para o regime democrático».

Com forte incidência no distrito, a crise do sector têxtil deixa um rasto negro no final do ano 91: encerraram mais de 100 empresas que empregavam quase 30 mil trabalhadores, mantendo-se os baixos salários e agravando-se as chagas dos salários em atraso, trabalho infantil, etc.

Face a este quadro, a DORBraga considerou a necessidade imperiosa da luta organizada dos trabalhadores, dos democratas e das massas populares para fazer frente à ofensiva global do Governo, defender os seus interesses, defender o regime democrático e preparar as condições sociais e políticas para uma saída democrática para a situação nacional.

A DORBraga do PCP manifesta o seu total apoio a todos os trabalhadores do Distrito envolvidos na luta e empenhados em fomentar, nas empresas e nos sectores, a resistência à política do governo e às ofensivas patronais e aponta a outros sectores e camadas (agricultores, jovens estu-

dantes e trabalhadores, reformados...) os caminhos da luta em defesa dos respectivos interesses.

Iniciativas em 92

A DORBraga do PCP procedeu à discussão das principais direcções e orientações do trabalho para o ano de 92, tendo como objectivo **alargar a influência social do Partido e melhorar o papel dos comunistas na luta social e de massas, aprofundar o conhecimento e intervenção sobre os problemas do Distrito, promover o reforço do Partido e estimular a participação dos militantes nos trabalhos preparatórios do XIV Congresso, a realizar no final do ano.**

Considerando as resoluções do Comité Central de 17 Dez. p.p. e as prioridades definidas, foram aprovadas as seguintes linhas de acção e iniciativas:

- Reuniões e plenários para debate das questões de organização e actividade dos comunistas no Distrito. (Foi marcada uma Reunião Distrital de Quadros para o dia 1 de Fevereiro);

- Realizar, no 1.º trimestre, Assembleias de Organização, na maior parte das organizações do Distrito. (Já estão marcadas as Assembleias Concelhias de V. N. Famalicão, Guimarães, Barcelos e Braga);

- Realizar, conjuntamente com a JCP, uma Assembleia Regional de jovens comunistas, no mês de Março;

- Marcar para 10 de Maio a Assembleia da Organização Regional de Braga;

- Promover a difusão do «Avante!» e «Militante» nas organizações;

- Levar a cabo Encontros, Debates e iniciativas de diverso tipo e âmbito, sobre problemas regionais, nacionais e internacionais, estando já agendados um debate sobre a evolução da situação mundial nos dias de hoje, em 29/Fevereiro; um Encontro sobre as questões sociais do Distrito; uma iniciativa sobre a agricultura no distrito, política do Governo e reforma da PAC, em Fev. ou Março; um Encontro dos metalúr-

gicos comunistas sobre a situação do sector no Distrito, em 14/Março; uma iniciativa sobre as questões do Ambiente e Património, em Junho;

- Realizar encontros sobre as questões autárquicas e a acção dos eleitos e activistas do PCP e da CDU, nos próximos dois anos de mandato. (Já marcado para o dia 18/Janeiro um Encontro concelhio em V. N. Famalicão);

- Comemorar o 71.º Aniversário do PCP com um Comício distrital em Março;

A demagogia do Governo, os lucros dos empresários e os trabalhadores

O caso da Coelima e a forma como se pretende resolver a sua viabilização, encerrando 900 postos de trabalho sem deixar outras perspectivas a estes trabalhadores, é exemplar da forma como o capital acaba por passar a crise, salvando sempre os seus interesses à custa dos trabalhadores.

O poder de compra, o nível e qualidade de vida da maioria dos portugueses serão seriamente afectados se o Governo conseguir impor o programa de «rigor» e contenção salarial de Braga de Macedo, o tecto de 6,5% e o aumento dos impostos.

O custo de vida será agravado acima dos 9,5% da taxa de inflação anunciada pelo Governo: o aumento geral dos impostos, a aplicação do IVA sobre muitos bens essenciais que não eram tributados — livros, jornais e produtos alimentares — e o agravamento das suas taxas sobre numerosos outros bens de consumo generalizado — açúcar, café, água, electricidade, combustíveis, etc. — recairão pesadamente sobre os bolsos dos portugueses.

A política de restrições orçamentais proposta para 92 levará à degradação ainda maior de áreas como a Saúde e Segurança Social, Educação, Transportes, Habitação e outras.

Os míseros aumentos das pensões e reformas do mês de Dezembro distanciam ainda mais os reformados e pensionistas de condições de vida digna e de bem-estar mínimo a que têm direito; o aumento brutal das propinas para os estudantes do Ensino Superior Oficial e o agravamento de outros preços (cantinas, livros escolares...) tornam este grau de ensino um luxo, dentro em pouco só acessível a uma minoria privilegiada.

A política económica, subordinada à lógica da reconstrução monopolista, onde sobressai a estratégia das privatizações e desmantelamento das empresas públicas, debilita e é prejudicial à nossa economia, à população e aos trabalhadores: o desmembramento da EDP, RN e outras, acarretará, no futuro, mais altos preços dos seus serviços e põe em risco muitos postos de trabalho.

O caso da Coelima e a forma como se pretende resolver a sua viabilização, encerrando 900 postos de trabalho sem deixar outras perspectivas a estes trabalhadores, é exemplar da forma como o capital acaba por passar a crise, salvando sempre os seus interesses à custa dos trabalhadores.

Continuam a ser estes (e o desenvolvimento regional) os grandes prejudicados desta crise que o Governo é incapaz de estancar. O Vale do Ave não pode continuar a ser, no ano de 1992, uma mera bandeira para a demagogia do Governo, baseada na propaganda de fundos e programas que nada resolvem, um pretexto para a obtenção de sobrelucros por parte de muitos empresários oportunistas e sem escrúpulos e um vale de lágrimas para os trabalhadores. São necessárias e possíveis medidas coerentes para a resolução deste grave problema económico e social.

O PCP, perante a gravidade da situação, requereu já este ano na AR a constituição de uma Comissão Eventual para acompanhar a situação no Vale do Ave. Os trabalhadores, o movimento sindical, a população da região, devem pressionar o Poder e dar força à proposta do PCP.

Noutros sectores industriais — metalurgia, electrónica, químico etc., — empresas em risco de encerramento e a ofensiva do patronato para a retirada de direitos e o bloqueamento da contratação colectiva promovem mais instabilidade no emprego e maior precarização nas relações de trabalho.

- Assinalar o 25 de Abril, juntamente com outros democratas.

Para o 2.º semestre, além da continuação da preparação do XIV Congresso, ficou decidido preparar a participação da DORBraga na Festa do «Avante!», a realizar nos dias 4, 5 e 6 de Setembro.

As dificuldades políticas e ideológicas do momento e a grande ofensiva que de diversos quadrantes é movida contra o PCP, não tolgem, como se vê, a actividade dos comunistas.

A DORBraga do PCP realça mais uma vez a elevada consciência militante e serenidade de que continuam a

dar provas os comunistas do Distrito. Atentos à complexidade da situação e firmemente voltados para as grandes tarefas que mais uma vez serão chamados a desempenhar, na luta contra a política de direita e em defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, os comunistas não esmorecem a sua confiança no futuro nem escondem o seu orgulho de ser comunistas, hoje. Militantes de um Partido revolucionário, não cruzam os braços, não abdicam dos seus ideais de transformação social, nem dos deveres da luta quotidiana por uma sociedade mais justa e um Portugal melhor.

Ruína chega aos campos

Nos campos, a lavoura definha, arrastando muitos pequenos e médios agricultores para uma situação próxima da ruína. As novas regras para a reforma da PAC, sem terem em conta as condições específicas da agricultura portuguesa, e a política interna do Governo, ameaçam o agravamento da crise que já se vive no distrito.

As gritantes desigualdades sociais não cessaram de agravar-se em 1991.

As autarquias do Distrito, nomeadamente as Câmaras Municipais, dominadas pelo PS e o PSD, sentem crescentes limitações financeiras pela política do Governo (o PCP já reclamou o reforço das transferências financeiras do Estado e apoia a reivindicação da ANM para que este ano sejam transferidos 200 milhões de contos do FEF para as autarquias), mas continuam a marcar as suas gestões por uma forte centralização, não libertando verbas suficientes para as Juntas de Freguesia, e muita demagogia, que se revela na significativa percentagem dos Planos de Actividade anual que sucessivamente fica por cumprir.

Filhas enteadas das políticas governamental e local, áreas como a Cultura, o Desporto popular e de massas e outras, caem numa paralisia letal, deixando a população e sobretudo os estratos mais jovens sem alternativa para os seus tempos de lazer. (O encerramento do Estúdio do Teatro-Circo, em Braga, dando lugar a mais uma discoteca, é sintomático.)

A recente greve parcial na Grundig/Blaupunkt, contra as intenções patronais de redução dos postos de trabalho e despedimentos, retirada de direitos e discriminação salarial; a disposição de luta dos trabalhadores da Função Pública contra os 6,5% e a ameaça governamental de suprimir 100 mil trabalhadores do seu efectivo; as decisões do Movimento Sindical Unitário de desenvolver a luta pelas reivindicações de aumento do salário mínimo para 50 mil escudos, redução imediata do horário de trabalho e recusa do tecto salarial; a luta nacional dos Bombeiros Sapadores, são factos que comprovam uma firme vontade de luta neste início do ano 1992.

A luta de todos os democratas contra a ofensiva anunciada por Cavaco Silva, para a revisão de toda a legislação eleitoral e da Constituição, é outra frente importante para a defesa do regime e da democracia contra a «maré laranja» que a quer sufocar. A DORBraga do PCP alerta: o PSD, através das suas alterações, pretende obter um seguro vitalício que o perpetue no governo do País e governamentalizar e «péssedizar» todo o Estado — conquistar a Presidência da República, assegurar a maioria absoluta na AR e o Governo, dominar a maioria dos órgãos autárquicos.

A todos os democratas, e em especial ao PS, que na AR pode impedir, com o seu voto, o sucesso deste plano do PSD, a DORBraga do PCP declara que a vontade de entendimento e convergência é, uma vez mais, neste ano de 92, uma questão decisiva para a defesa do regime pluralista e democrático consagrado na Constituição.

CAMARADAS FALECIDOS

SAMUEL SILVA

Faleceu recentemente Samuel Martins Silva, com 71 anos de idade. Militante do Partido desde a clandestinidade, Samuel Silva residia na freguesia de Santa Marinha, em Vila Nova de Gaia.

ANTÓNIA SANTOS

Faleceu, depois de prolongada doença, no passado dia 20 de Dezembro, Antónia Maria Rosário Santos. Militante do PCP, contava 64 anos de idade e estava organizada na Freguesia de Paço de Arcos.

LEONEL TRINDADE

Faleceu aos 88 anos Leonel Freitas Sampaio Trindade. Membro do Partido desde 1978, residia na freguesia de S. Pedro, em Torres Vedras, onde era director do Museu Municipal. Leonel Trindade pertencia ainda ao Instituto Arqueológico Alemão e à Associação dos Arqueólogos Portugueses.

CASEMIRO REI

Faleceu no passado dia 11 de Janeiro, na Póvoa de Santa Iria, Casemiro Rei que militava na Célula da ARGIBAI, em Alverca.

MANUEL PAULINO

Faleceu Manuel dos Reis Mendes Paulino que pertencia à Organização da freguesia do Alto do Seixalinho, Célula do Bairro 2.

MANUEL SEIXO

Faleceu recentemente Manuel Seixo, antigo militante do Partido, que estava organizado na Freguesia do Alto Seixalinho e desempenhava tarefas no Centro de Trabalho concelhio. Esteve sempre muito ligado aos jornais e rádios locais, sendo um amador de poesia e da animação cultural.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Tribunal de Contas recusou visto à CM de Espinho

Em sessão de subsecção realizada no passado mês de Dezembro, o Tribunal de Contas recusou o visto à minuta de contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Espinho e a GSE — Engenharías, Lda, contrato que visava a elaboração do projecto da obra de reconversão da piscina e talassoterapia naquele concelho.

A decisão do Tribunal reside nos factos que apurou, entre eles o de ter existido «insuficiência de fundamentação do acto de adjudicação» e a alteração pelo presidente de «uma deliberação da Câmara sem posterior ratificação por parte desta».

Desta forma, foi dada razão à CDU que, em conferência de imprensa realizada em 2 de Agosto do ano passado, anunciou que tinha enviado à Alta Autoridade Contra a Corrupção, ao Tribunal de Contas, à Procuradoria Geral da República, ao Provedor de Justiça, a denúncia de irregularidades e ilegalidades diversas, praticadas pela Câmara Municipal de Espinho e pelo seu presidente (Romeu Vitó — PSD) em diversos processos, entre os quais o das piscinas.

Um negócio rocambolesco

Na referida Conferência de Imprensa, disseram os elementos da CDU que, no anterior mandato, pela mão de um dirigente local do PSD, foram levados à CM

Espinho uns franceses apresentados como especialistas em Centros Lúdico-Aquáticos, que convidaram três vereadores a visitarem, em França, empreendimentos seus. Convide aceite e lá foram os três, um dos quais continua no executivo camarário.

Passado algum tempo, aparece no município de Espinho um estudo, vindo de França, sobre a reconversão da Piscina Municipal Solário Atlântico em Centro Lúdico e de Talassoterapia e uma conta de 25 000 contos, sem qualquer deliberação camarária que o tivesse encomendado.

Para não ficar mal visto, o município de Espinho, sem descobrir quem efectuou tal encomenda, resolveu pagar a quantia pedida e decide incluir nas contrapartidas do jogo um projecto que abrange a Piscina/Talassoterapia, num valor total de 1 660 000 contos.

A Assembleia Municipal, em Junho de 1990 (ainda não tinham sido aprovadas as contrapartidas), recomendou, apenas com dois votos contra, a renovação da Piscina mantendo as suas características actuais, com equipamento acessível a toda a população e a possibilidade de outro local ser construído um Centro Aquático como complemento.

Em Setembro do mesmo ano foi publicado um despacho do secretário de Estado do Turismo, sobre as contrapartidas do jogo, onde é incluído o subsídio

fixo de 1 162 390 contos para a Piscina/Talassoterapia.

Os jornais de 20/12/1990 referenciaram uma Conferência de Imprensa, da já referida empresa francesa — a JAPAC — em que foi afirmado que a «anterior presidente da Câmara de Espinho, D. Elsa Tavares, teria assumido o compromisso de entregar à JAPAC a reabilitação da Piscina» garantindo ainda, que já com Romeu Vitó como presidente da Câmara, foram recebidas em França comunicações, segundo as quais a obra seria entregue àquele empresa.

Ainda segundo os jornais, «antes da conferência de imprensa, responsáveis da JAPAC reuniram-se com o presidente da edilidade e aquele ter-se-ia comprometido a encontrar uma solução legal».

Em Fevereiro de 1991, a CME deliberou proceder aos estudos necessários à elaboração do programa, de acordo com a recomendação da AM.

O programa do concurso público, em nítido desvio do poder, é elaborado à exacta medida do estudo feito pela JAPAC. Não foi dada aos vereadores possibilidade de o analisarem, e foi votado, em 14/03/91, imediatamente sem leitura ou análise, motivo por que o vereador da CDU e um vereador do PS recusaram votar.

A 14/03/91, é publicado no DR o aviso do concurso (com um programa que ainda não tinha sido aprovado) e, volvido menos de um mês, a 6 de Abril, é publicada no DR uma rectificação que veio alterar os documentos de candidatura, bem como os critérios de apreciação das propostas (tal rectificação, decidida pelo presidente, não foi aprovada pela Câmara).

Não se corrigiu qualquer erro no primeiro anúncio, pois o mesmo foi correcto. O que se alterou foram as «regras do jogo» publica-

mente anunciadas para que a GSE — a empresa testade-ferro da JAPAC — não tivesse que declarar o volume de negócios do último ano, nem a lista dos trabalhos em curso ou realizados, nos últimos dois anos, nem a sua dimensão e efectivos. Por outro lado, introduziam-se novos critérios abstractos (criatividade) e em vez do currículo dos concorrentes pretendia-se a constituição da equipa técnica.

Ora, a empresa GSE, então de constituição recente, não tinha qualquer arquitecto, nunca tinha projectado qualquer piscina, pois era formada por dois jovens engenheiros electrotécnicos voltados para projectos de sistemas anti-roubo e anti-fogo.

A Câmara, em 7/05/91, designa um júri, constituído por número par de elementos, de que faziam parte Romeu Vitó e Elsa Tavares (os dois nomes citados pela JAPAC na conferência de imprensa atrás referida, de 19/12/90, como tendo assumido o compromisso com a firma francesa) e dois engenheiros técnicos, funcionários da Câmara. Um júri sem experiência, capacidade técnica, isenção e liberdade para apreciar as propostas.

Em 23/05/91, o júri atribui à GSE/JAPAC o primeiro lugar entre seis concorrentes, sem fundamentação nem explicitação de como foram interpretados os critérios usados.

A adjudicação foi aprovada posteriormente na CM com três votos favoráveis (os dois elementos que a JAPAC disse estarem comprometidos e o vereador que foi a França a convite da JAPAC) e três votos contra, entre os quais o da CDU, sendo necessário o voto de qualidade do presidente da Câmara.

Foram estes factos, então denunciados pela CDU, que o Tribunal de Contas agora veio confirmar.

■ A. Salavessa

Encontro de quadros da ORL a 25 de Janeiro

Melhorar a actividade do Partido e a ligação às massas

No próximo dia 25 vai ter lugar na Voz do Operário um encontro de quadros da Organização Regional de Lisboa do PCP, promovido com o objectivo de definir propostas concretas para melhorar e intensificar a actividade do Partido e a sua ligação às massas

A comissão distrital que está a coordenar a realização do encontro elaborou um documento com alguns tópicos para discussão nas células, nas freguesias e nos concelhos. Está já confirmado que o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal, participará na iniciativa.

Dificuldades e potencialidades

Nos tópicos actualmente em discussão sublinha-se que «é indispensável termos uma noção clara das enormes e múltiplas dificuldades que temos à nossa frente» e que também «é indispensável termos uma noção clara das múltiplas potencialidades com que contamos». Assim, à luz da situação actual no distrito, a ORL pretende que os comunistas de Lisboa procedam a um debate amplo, procurando colectivamente «as formas de aproveitar ao máximo as muitas possibilidades» de intervenção do Partido.

Os trabalhos do encontro vão decorrer em plenário e em duas secções, que focarão a **acção junto dos trabalhadores e a acção junto das populações**.

«O quadro em que desenvolvemos a nossa actividade é hoje consideravelmente diferente e agravado em relação à situação existente aquando da realização do encontro de quadros de 1987 e da própria 2ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa» - afirma-se no documento de tópicos, referindo as alterações verificadas a nível internacional e no País. «Por outro lado, os problemas e dificuldades acrescidos dos trabalhadores e de amplos sectores da população abrem a possibilidade de uma intervenção do Partido passível de alcançar bons resultados, especialmente se soubermos detectar os problemas resultantes da política de direita e assumirmo-nos claramente como partido dos trabalhadores e do povo».

Excluindo que do encontro de dia 25 resultem quaisquer receitas milagrosas «capazes de nos permitir ultrapassar todos os problemas e dificuldades», os tópicos apontam para a busca de medidas concretas e direcções de trabalho adequadas à realidade e que «tenham em conta que, quanto mais sólida e estreita for a ligação do Partido às massas e aos seus problemas, melhor contribuiremos para o reforço do Partido e da sua influência social, política e eleitoral». Regista-se ainda a necessidade de estudar e ter em consideração «as profundas mutações sociais verificadas nos últimos anos».

Para o debate na 1ª secção (a acção junto dos trabalhadores), os tópicos incluem o trabalho das células de empresa do Partido, o trabalho sindical e das comissões de trabalhadores, e a luta de massas. Na 2ª secção (acção junto das populações) deverão ser discutidos temas ligados ao trabalho autárquico, às eleições de 1993 para os órgãos do poder local e à intervenção do PCP, não apenas no plano eleitoral, mas no quadro do necessário reforço da ligação às populações e aos seus problemas.

Opinião pública preocupada

Refira-se que, ao mesmo tempo, são grandes as preocupações dos Espinhenses relativamente ao conteúdo dos projectos.

O que é pretendido pela população e pela Assembleia Municipal é a «renovação da Piscina mantendo as suas características actuais com equipamento acessível a toda a população». Ora os projectos em questão apontam para soluções que não se enquadram neste entendimento.

Uma comissão especial da Assembleia Municipal, em que a CDU está representada, tem vindo a sensibilizar a opinião pública sobre esta matéria, já que se pretende a salvaguarda do que se considera um dos poucos *ex-libris* do Concelho.

Um abaixo-assinado, defendendo esta posição circulou entre a população recolhendo mais de 2 mil assinaturas, que já foram entregues à Câmara Municipal.

Perante o Acórdão do Tribunal de Contas e perante a situação que ele veio a criar, o presidente da Câmara de Espinho, em vez de acatar a decisão e começar a enfrentar as consequências, decidiu-se pela fuga para a frente, propondo à Câmara o recurso judicial para o Pleno da Secção daquele Tribunal.

Com esta «solução» — que contou com a oposição do vereador da CDU (e também do PS) —, corroborada pela maioria da Câmara, Romeu Vitó espera o milagre, e, se ele não surgir, terá ganho algum tempo para ir reflectindo no que haverá a fazer para corrigir a situação.

DORPOR saúda aumentos na Hoechst

O recente aumento conseguido pelos trabalhadores da Hoechst em Portalegre é referido pelo executivo da Direcção da Organização Regional do PCP como «um exemplo de que a firmeza na perspectiva da luta pela obtenção de melhores salários e regalias sociais é a única forma de resistir a uma política de desastre e de agravamento do custo de vida». Na revisão do acordo de empresa para 1992 os trabalhadores da Hoechst obtiveram um aumento global de 13 por cento.

O executivo da DORPOR, que reuniu no passado dia 10, decidiu saudar os trabalhadores e outras camadas sociais em luta, e manifestar-lhes a solidariedade do PCP, exortando-os a prosseguir o combate pelos seus legítimos direitos e manifestando-lhes a «firme disposição de tudo fazer para que as suas esperanças não sejam defraudadas».

O contraste entre a propaganda do Governo e do PSD no período pré-eleitoral e a política que o executivo de Cavaco Silva tem praticado desde a tomada de posse é destacado numa nota à imprensa sobre a reunião da passada sexta-feira. A

DORPOR denuncia o facto de o Governo pretender que sejam os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas a pagar os custos de uma política «que visa favorecer a especulação financeira e imobiliária, em prejuízo da actividade produtiva e da sua modernização». Os comunistas de Portalegre recusam a contenção salarial que o Governo tenta impor, e alerta para o agravamento das condições de vida de vastas camadas da população em consequência de medidas preconizadas por Cavaco Silva e seus ministros.

Às promessas eleitorais que o PSD «esquece», o executivo da DORPOR contrapõe a actividade do Grupo Parlamentar do PCP, que apresentou já na AR um vasto conjunto de propostas de lei procurando responder a problemas muito sentidos dos trabalhadores e de outros estratos (revogação dos aspectos mais negativos do pacote laboral, redução do horário máximo de trabalho semanal, aumentos das pensões e reformas, medicamentos gratuitos para reformados, extinção da prova geral de acesso ao Ensino Superior).

Direitos dos trabalhadores Prática sistemática de violação repudiada no Parlamento

A violação de direitos dos trabalhadores face aos processos das privatizações em curso voltou a estar em foco na Assembleia da República no decorrer de uma das sessões plenárias da semana finda, inteiramente preenchida na sua ordem do dia com a discussão de várias petições subscritas por trabalhadores e por estruturas sindicais.

Para primeiro plano, no caso da petição apresentada pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Sector Bancário, foi chamada a forma como o Governo tem omitido e violado sistematicamente todos os comandos constitucionais e legais neste domínio.

Com efeito, como salientou o deputado comunista Jerónimo de Sousa, apesar de existir uma Lei da República que salvaguarda os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores face à Lei-Quadro das Privatizações, a verdade é que no processo em curso de privatização e alteração estatutárias das empresas do sector bancário não tem sido reconhecido o direito de emissão de parecer prévio das CTs nem o direito de participação nos órgãos de fiscalização e de gestão dessas empresas.

«Para o Governo do PSD, a efectivação de tais direitos são meros impecilhos à sua febre privatizadora entendendo que no segredo é que está a alma do negócio», sublinhou a pro-

pósito o deputado comunista, antes de assinalar que as CTs dos bancários «começam a sentir no exercício dos seus direitos os efeitos das privatizações». Violações que neste ou naquele banco atingem já direitos individuais ou regalias adquiridas como sejam refeitórios, creches ou o acesso ao crédito.

Da violação de outros direitos dos trabalhadores se falou ainda na apreciação de uma outra petição, esta subscrita por cerca de oito mil trabalhadores e entregue há cerca de um ano no Parlamento pela Federação dos Sindicatos de Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal.

Em causa, no caso vertente, está a desregulamentação completa das relações de trabalho autorizada pelo Governo anterior, a partir de múltiplas alterações nas leis laborais, cujos efeitos são já hoje sentidos por muitos trabalhadores nos mais variados ramos de actividade.

A essas consequências se referiu com detalhe Odete Santos ao recordar nomeadamente perante a Câmara os despedimentos por inadaptação, os despedimentos motivados por falta de confiança política, as semanas de 50 horas de trabalho, os períodos experimentais alargados, a venda forçada do direito a férias ou ainda as pré-reformas com graves atentados a regalias sociais.

Uma realidade que contrasta com as promessas

eleitorais que antecederam o sufrágio de Outubro último e que, afinal, se insere numa estratégia de precarização dos vínculos laborais, «na perspectiva de novas crises geradas pelo modelo de industrialização que já provou o seu falhanço e em que se reincide, apesar do recente exemplo do Vale do Ave».

Analisadas pelo deputa-

dos foram também as petições apresentadas pela Federação dos Ferroviários (degradação das pensões nos últimos anos), por trabalhadores da Sociedade Geral de Metalomecânica (liquidação de 600 postos de trabalho) e uma última relacionada com as condições em que foram atribuídos alvarás locais e regionais de rádio.

Clarificar em 1992 as posições sobre Timor-Leste

No primeiro semestre de 1992, que coincide com a Presidência portuguesa da CEE, estão criadas condições mais favoráveis para clarificar posições face aos problemas internacionais e humanos resultantes da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia - defendeu, numa declaração política feita no plenário parlamentar de dia 9, Miguel Urbano Rodrigues, que retomou a proposta do PCP (apresentada há dois meses por Octávio Teixeira) de realização em Lisboa, a breve prazo, de uma reunião internacional de parlamentares dos doze, de outros países da Nato, da Austrália, do Japão e dos Palops, como forma de sensibilizar a opinião pública mundial e tornar mais ampla a solidariedade ao povo maubere.

Considerando o massacre de 12 de Novembro, em Dili, e as reacções que provocou na comunidade internacional como factos que tornaram inevitável o descongelamento do *dossier* timorense, o deputado comunista (que integra a comissão parlamentar de acompanhamento da questão maubere) afirmou que a presidência da CEE por Portugal «abre oportunidade a iniciativas justas e necessárias, que deveriam, aliás, ter sido assumidas por presidências anteriores».

Miguel Urbano Rodrigues responsabiliza, em particular, os responsáveis holandeses, que exerciam a presidência da Comunidade na altura do massacre e «fizeram tudo o que estava ao seu alcance para neutralizar e travar e sabotar as iniciativas susceptíveis de elevar a um nível superior a solidariedade ao povo maubere e o desmascaramento da política das autoridades indonésias». Embora aceite que os consensos na CEE não são fáceis de obter, o deputado do PCP contrapõe às reticências face a Timor-Leste a pronta solidariedade moral prestada ao Reino Unido na guerra das Malvinas.

Estas observações são feitas tendo em conta que «a intransigência indonésia não seria sustentável se o apoio de Washington fosse suspenso», mas também considerando que «é ilusório esperar uma guinada da estratégia dos EUA na região motivada pelo respeito aos direitos do povo maubere».

Sabroso de Aguiar

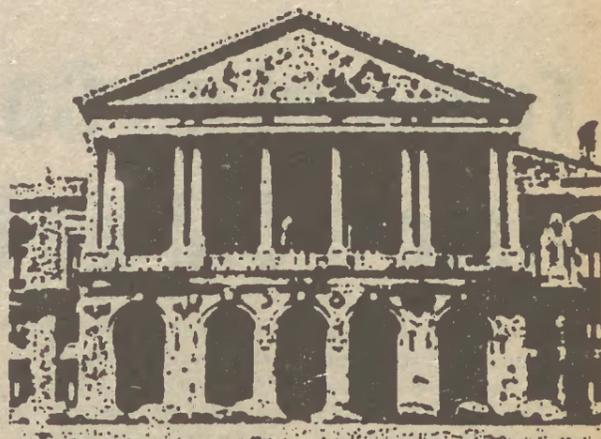
PCP propõe elevação a freguesia

Correspondendo aos repetidos anseios da população de Sabroso de Aguiar, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, o Partido Comunista Português, através do seu grupo parlamentar, apresentou a proposta de criação desta freguesia.

Já na anterior legislatura o PCP tinha tomado idêntica iniciativa que no entanto não foi sujeita a deliberação, devido ao sistemático boicote realizado pelo PSD, quer a nível dos órgãos autárquicos quer na própria Assembleia da República, obstaculizando a sua discussão e votação. Recorde-se que na anterior legislatura os órgãos autár-

quicos, Câmara e Assembleia Municipal, em que o PSD tem a maioria, não deram o parecer oficial sobre a mesma, apesar de terem sido solicitados a nível oficial pela própria Assembleia da República e apesar de como tal ser obrigatório fazerem-no.

O projecto de lei apresentado pelo PCP é subscrito pelos deputados Agostinho Lopes, Luís Sá, Jerónimo de Sousa e Lino de Carvalho. O PCP reafirma que está aberto à discussão do mesmo e a eventuais alterações, sempre com a preocupação de corresponder aos legítimos anseios e aspirações desta populosa localidade.



Desastre ecológico do Maranhão



O processo de vazamento da Albufeira do Maranhão, de tão graves consequências para a região envolvente dos municípios de Avis e Mora, constitui um dos pontos da agenda que preenche a sessão plenária de hoje.

Trata-se de um pedido de inquérito parlamentar, da iniciativa do Partido Ecologista «Os Verdes», o primeiro a ser apreciado na presente Legislatura, cujo principal objectivo reside no apuramento das responsabilidades por aquela decisão, cujos impactes do ponto de vista ecológico foram classificados como uma verdadeira catástrofe.

Durante os trabalhos do dia de hoje, os deputados serão também chamados a participar na eleição do Provedor de Justiça, cargo em aberto desde a recente demissão de Mário Raposo, estando igualmente prevista a eleição dos representantes da Assembleia da República para o Conselho Superior de Defesa Nacional e para o Conselho Nacional de Educação.

Palácio de S. Bento à espera de classificação



O Conselho de Administração da Assembleia da República decidiu na passada semana solicitar ao Instituto Português do Património Cultural (IPPC) que classifique o edifício da Assembleia da República.

O Palácio de S. Bento, onde funciona a Assembleia da República, não está inscrito naquele organismo como património cultural, pelo que quaisquer obras no seu interior, como as actualmente em curso nas instalações onde funcionou o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, não necessitam de autorização do IPPC.

Antigo Mosteiro de S. Bento e residência dos frades beneditinos, a sua construção remonta a finais do século XVI, num terreno abrangendo uma vasta área, cujos limites chegavam à Estrela.

Moradia religiosa até 1834, altura em que passa para a posse do Estado em resultado da extinção das ordens monásticas, o edifício passa a partir dessa data a funcionar como sede do Parlamento com o nome de «Palácio das Cortes».

No seu passado, recorde-se, o Mosteiro de S. Bento foi ainda cenário para as utilizações mais diversificadas: prisão, hospedaria, sepultura de estranhos, depósito de destroços regimentais, Academia Militar e até Patriarcal.

Atraso no OE suscita críticas



A não apresentação, até ao momento, pelo Governo, do Orçamento do Estado para 1992 foi já objecto, em várias ocasiões, de críticas por parte dos partidos da oposição que entendem que a situação decorrente desse atraso, com o conseqüente recurso aos duodécimos, está a afectar vários agentes económicos e entidades, designadamente cidadãos e autarquias, professores e funcionários administrativos, fornecedores e credores.

Esta questão foi levantada no decorrer da reunião da Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, tendo igualmente sido abordada no decorrer da sessão plenária realizada faz hoje oito dias.

Gasóleo para a agricultura



A implantação do novo regime de gasóleo subsidiado para a agricultura foi um dos temas suscitados na sessão de perguntas ao Governo realizada no final da passada semana, sessão onde outros assuntos foram também chamados para primeiro plano como sejam a crise financeira das Universidades públicas, o caso dos hemofílicos tratados com sangue contaminado ou ainda as consequências para o nosso país do programa nuclear espanhol.

Colocada pelo deputado comunista Lino de Carvalho, a questão do novo sistema de subsídios de gasóleo à agricultura, nomeadamente os problemas que têm emergido do novo regime, mereceu uma resposta claramente insatisfatória por parte do secretário de Estado, Álvaro Amaro, que se limitou a afirmar ser cedo para avaliar o novo esquema, porquanto, disse, não está ainda a ser totalmente executado.

Estatuto da RTP PSD recusa todas as sugestões da oposição

A proposta governamental de alteração aos estatutos da RTP foi a única que acabou por ser aprovada faz hoje oito dias com os votos do PSD, CDS e PSN. Chumbados pela maioria foram os projectos de lei do PCP e do PS, resultado que contrariou porventura a grande maioria das previsões feitas praticamente até à última hora por diversos observadores, dando como praticamente certa a passagem à comissão especializada do diploma subscrito pela bancada socialista.

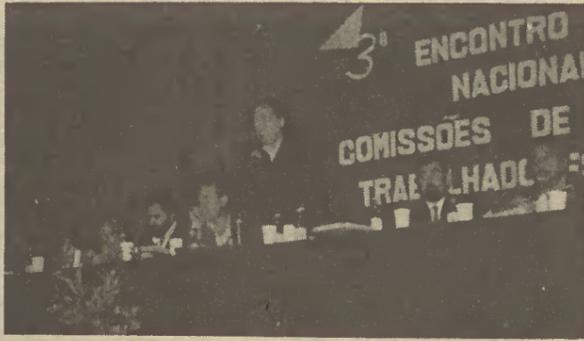
Apesar da cedência do PS relativamente a algumas das suas posições iniciais e de este se ter aproximado da lógica do PSD — sobreposição dos interesses económicos privados aos do interesse público subjacente à actividade da RTP —, a maioria mostrou uma vez mais não estar disposta a abdicar da sua vocação hegemónica, relevando simultaneamente a sua incapacidade para incorporar qualquer contributo ou proposta que não tenha a chancela laranja.

Uma postura tanto mais grave quanto é certo que em causa está uma matéria da maior importância que se prende com a defesa de um direito fundamental dos cidadãos. Referimo-nos concretamente ao papel e formas de funcionamento de um serviço público de televisão independente e pluralista, capaz de responder à nova situação criada pelo licenciamento de canais privados, liberto de qualquer acção instrumentalizadora.

3º Encontro Nacional de CTs dá prioridade à acção nas empresas

O 3º Encontro Nacional de Comissões de Trabalhadores, realizado no dia 10 em Lisboa, aprovou uma plataforma de acção para o movimento das CTs onde é dada prioridade à acção nas empresas e se define a defesa dos direitos concretos dos trabalhadores como «motor e ponto de partida para unir, reivindicar e consciencializar». Nesse documento, as CTs afirmam o seu papel de «complementaridade insubstituível» do movimento sindical.

O encontro, promovido pelas coordenadoras de CTs das regiões de Lisboa, Porto, Braga e Setúbal e dos sectores da Banca, Indústria Naval e Transportes, reuniu cerca de 500 representantes eleitos em 114 empresas por mais de 170 mil trabalhadores, o que fez dele um dos mais participados de sempre na vida do movimento das comissões de trabalhadores - como refere a



O encontro nacional de CTs foi dos mais participados de sempre

comissão organizadora numa nota que fez chegar à nossa redacção.

Foram ainda aprovados no encontro outros documentos: uma saudação aos protagonistas do 18 de Janeiro de 1934, uma moção de solidariedade com o povo de Timor-Leste, e um parecer colectivo das CTs (a enviar à Assembleia da República) apoiando na generalidade os projectos de lei do PCP sobre redução da semana de trabal-

ho para o máximo de 40 horas e sobre a revogação das normas mais gravosas do pacote laboral. Foi também decidido elaborar um dossier, a entregar aos órgãos de soberania, demonstrando a existência de violações e limitações aos direitos dos trabalhadores. A comissão organizadora enviou um protesto formal à direcção da RTP por, apesar de contactada previamente, não ter assegurado a cobertura noticiosa da iniciativa.



Negociar solução para o bairro da Liberdade

O PCP defende uma solução negociada entre a Câmara Municipal de Lisboa e os moradores do Bairro da Liberdade que na sequência da construção do eixo Norte/Sul terão de ser realojados.

Num comunicado à população, o PCP afirma que «o município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campolide podem falar claro porque a

sua acção tem sido de defesa dos interesses da população do bairro que não foram salvaguardados pela anterior câmara».

Sublinhando que a obra prevista é necessária à cidade e ao país, o PCP afirma que «falar à população com clareza é próprio de quem quer agir na defesa dos seus interesses», defendendo a reali-

zação na Junta de Freguesia de Campolide de uma reunião aberta aos residentes sobre a construção do projecto e o realojamento das famílias afectadas.

Para os comunistas, a reinstalação definitiva dos moradores deve ser feita preferencialmente na área da freguesia. Neste sentido, a Câmara Municipal deu um

passo positivo em relação ao que estava previsto pelo anterior executivo PSD/CDS, que propunha o realojamento no bairro Padre Cruz. Hoje, a edilidade lisboeta prevê a construção de 300 fogos no bairro da Liberdade.

Por outro lado, «a confirmar-se a impossibilidade material de construir todos os fogos necessários nesta zona,

a CML deverá divulgar publicamente os critérios de selecção das famílias a realojar no bairro».

No texto distribuído aos municípios, salienta-se ainda que a Junta de Freguesia de Campolide interveio no sentido de os prazos dos despejos dos comerciantes serem prorrogados até ao início das

obras, o que foi concedido pela CML.

O PCP reafirma ainda «serem o diálogo e a cooperação entre a CML, a Junta de Freguesia, as instituições e as estruturas representativas da população a via para se vencer o desafio de construir o eixo Norte/Sul acautelando os interesses dos moradores do Bairro da Liberdade».

Jornadas autárquicas em Cascais

A situação autárquica é social no concelho de Cascais foi debatida recentemente pela Comissão Concelhia local do PCP, numa reunião que sublinhou a «importância do próximo encontro de quadros da ORL e da participação e intervenção dos militantes do Partido» e anunciou para Março, a realização das «Jornadas Autárquicas».

O PCP fez balanço do trabalho nas várias freguesias e aprovou medidas e planos de actividade com vista às próximas eleições autárquicas de 1993. As «Jornadas Autárquicas» do concelho têm em vista apreciar a actividade em curso e permitir uma maior intervenção das organizações e dos militantes, independentes e simpatizantes na definição das orientações de trabalho para o concelho. Neste sentido, foi constituído um grupo de trabalho para preparar esta iniciativa.

A Comissão Concelhia decidiu divulgar as posições tomadas sobre o Plano e Orçamento para 1992 da CM de Cascais, denunciando a gravidade para as populações das propostas aprovadas pelo PSD, com os votos contra da CDU, sobre os aumentos e criação de taxas a aplicar aos cidadãos e aos pequenos e médios comerciantes.

No trabalho partidário, a reunião constatou que praticamente todas as organizações têm iniciativas marcadas para a entrega de cartões para o biénio de 92/93, tal como estão já marcadas iniciativas para assinalar o 71º aniversário do PCP.

Aumentos das propinas Estudantes fazem perguntas ao Governo

Cinquenta e três Associações de Estudantes representadas no último Encontro Nacional de Direcções Associativas aprovaram por unanimidade o envio de «67 perguntas ao ministro Durão» sobre o aumento das propinas. No documento, aprovado sábado passado no Porto, as Federações e Associações de Estudantes questionam o ministro da Educação, Diamantino Durão, sobre se «o aumento das propinas significa o abandono completo do Estado das suas responsabilidades constitucionais perante o Ensino Superior».

Os estudantes perguntam também se o aumento das propinas «vai ajudar a colo-

car o ensino superior português ao nível do europeu», «aumentar a qualidade da formação fornecida», «significar aumentos nas bolsas» e «mais residências universitárias» ou será antes «um presente envenenado aos serviços sociais?»

O aumento das propinas «vai criar formas de avaliar a capacidade pedagógica dos docentes?», «permitirá a conclusão das obras há muito paradas?», «vai mercantilizar o ensino superior?», «impedirá as desistências de estudantes por questões económicas?», «vai acabar com o «*numerus clausus*»?», «vai diminuir o absentismo?», e «acabará com as «*faculdades de papel e lápis*?», são outras questões.

Nesta reunião foram também aprovados por unanimidade documentos relativos às rádios universitárias e ao apoio ao associativismo juvenil.

Destruição chama-se na CP «reestruturação»

Reunida em plenário no passado dia 11 de Janeiro, a célula do PCP/Porto na CP, analisou a situação política/social na empresa e concluiu que prossegue na CP uma política inadequada ao progresso e desenvolvimento da mesma por parte do Conselho de Gerência, gerando um agravamento de instabilidade social.

A política de baixos salários que tem colocado os ferroviários na posição de inferioridade com outros grupos profissionais, quando aos membros do CG são concedidos aumentos e benefícios escandalosos; a forma intimidatória, como o CG está a convidar as guardas de Passagem de Nível (PN) a rescindirem «amigavelmente» os contratos individuais de trabalho, são apenas alguns exemplos referidos.

A destruição em curso na CP a que chamam «reestruturação» tem-se traduzido não no aproveitamento dos técnicos mais competentes para os lugares de chefia, mas antes, no servir a clientela do PSD, o que demonstra bem, na opinião dos ferroviários comunistas, a incompetência e a falta de transparência na Gestão por parte do Conselho de Gerência da CP.

É também com grande preocupação que se assiste à tentativa de centralização dos órgãos executivos em Lisboa, e que pressupõe a liquidação da DO Norte, significando um grande retrocesso e contrário ao desenvolvimento da CP no Norte e prejuízos para os trabalhadores aqui agregados, demonstra bem quer a política de gestão deste CG, quer a política de desenvolvimento e descentralização do governo do PSD.

A célula do PCP/Porto na CP repudia o comportamento da empresa, exige que se lhe ponha cobro imediatamente, alerta e apela aos trabalhadores que não se deixem intimidar e se unam com confiança em torno das suas ORTs.

à venda
Proletários de todos os países: UNI-VOS!
O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

TRABALHADORES

Melhores salários e emprego na origem de várias greves

Os sindicatos referem elevadas percentagens de adesão

Empresas de vulto e grandes serviços, com relevo para sectores da Administração Pública (texto nestas páginas), deixam deteriorar os conflitos de trabalho obrigando os trabalhadores e as organizações sindicais a recorrer a formas de luta onde ultimamente tem predominado a greve. É o caso das três empresas abastecedoras de aeronaves, da Mague, Sorefame, Soares da Costa, Soponata e Torralta. Na raiz dos conflitos é relevante a questão dos aumentos salariais para 1992 e o nível do emprego que o grande patronato continua a querer baixar.

Precarização e fuga a compromissos com pessoal efectivo levam milhares de trabalhadores a temer pela estabilidade e a adoptar posições de defesa da viabilidade das empresas, protestando contra as alegadas reestruturações que descapitalizam unidades produtivas e acabam por ter expressão prática apenas na redução dos postos de trabalho.

Para obterem um acordo sobre a revisão salarial (16 por cento de aumento pretendiam os sindicatos, contra os 11 por cento da proposta patronal), os trabalhadores da Caterer, Sociedade Abastecedora de Aeronaves (SAAL) e Costa Campos iniciaram em 9 do corrente uma greve de 72 horas que terminou no domingo passado.

Segundo declarações, obtidas pela Lusa, de Maria das Dores Gomes, da direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, a greve nas três empresas abastecedoras de aeronaves teve uma adesão «de mais de 90 por cento» nas 72 horas de greve.

No sábado e no domingo «não foi abastecido com refeições qualquer avião que escalou aeroportos portugueses», disse à Lusa aquela dirigente sindical.

Os sindicatos da Hotelaria e a Federação do sector (FESHOT) recusam-se a aceitar o reenquadramento de categorias profissionais proposto pelas administrações, bem como as disposições do pacote laboral, de-

signadamente as que têm a ver com a flexibilização dos horários de trabalho.

Na Mague e na Sorefame foram decididas paralisações para esta semana. Reclamam-se aumentos salariais de 18 por cento. As greves parciais estão previstas para quarta e sexta-feira desta semana e devem somar duas horas por dia.

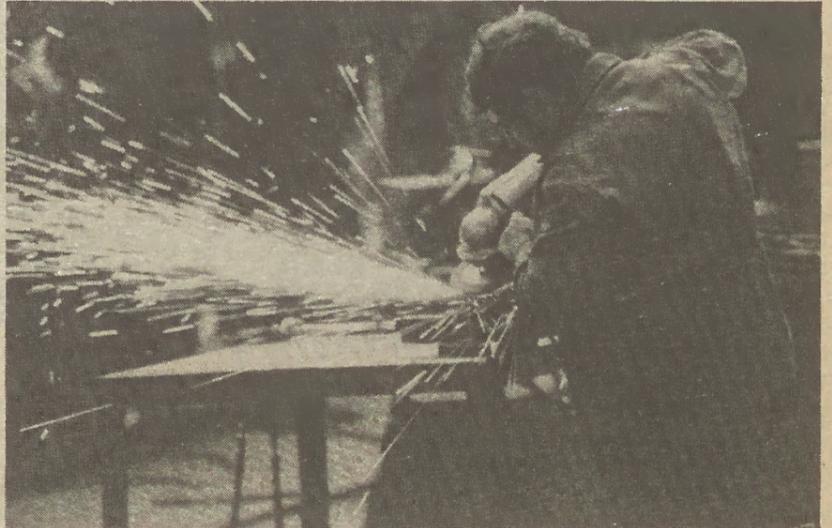
Na Mague de Setúbal, a forma de luta adoptada foi a greve às horas extraordinárias, a partir da passada segunda-feira.

O patronato (grupo Senete) mantém os 9 por cento de aumento para 1992.

Na Soares da Costa, os mais de 6000 trabalhadores cumpriram «com êxito», afirma a Federação sindical, a greve de 24 horas em defesa do caderno reivindicativo.

Nesta grande unidade da construção civil, a Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras e Mármore menciona as seguintes reivindicações defendidas na greve de sexta-feira passada:

- Um aumento de 10 mil escudos mensais para todos os trabalhadores, a partir de 1 de Janeiro corrente;
- Uniformização de regalias sociais, dado que na empresa há vários ramos de actividade;



Patronato metalúrgico em sintonia com o Governo

Atrasos nos salários e falta de pagamentos à EDP são alguns dos factos que caracterizam a situação muito difícil do sector metalúrgico de Braga. O executivo do comité dos metalúrgicos do PCP no distrito, que convocou um encontro em 14 do corrente, acusa o patronato de adoptar «a mesma política do Governo»: uns escassos 8 por cento de aumento salarial; uns míseros 20 escudos de aumento no subsídio de refeição; recusa em reduzir para 43 horas o horário máximo de trabalho semanal; e a pretensão de alterar 40 cláusulas do CCTV (contrato de trabalho) e de nele incluir todo o pacote laboral.

- Classificação dos condutores manobreadores no nível III;
- Redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, a partir de 1 de Janeiro de 1992;
- Que sejam pagos transportes a todos os trabalha-

dores deslocados, quanto a pequenas e grandes distâncias;

- Que sejam criadas cantinas em todas as obras que o justifiquem;
- Passagem ao quadro de todos os trabalhadores contratados a prazo;

• Pagamento a todos os trabalhadores vítimas de acidente até ao limite de 30 dias da diferença entre o vencimento e o subsídio pago pelo Seguro;

• Instituição de diuturnidades;

• Pagamento de um subsídio de ferramentas a todos os trabalhadores que utilizem ferramentas próprias;

• Fornecimento de ferramentas, vestuário e calçado a todos os trabalhadores electricistas.

Segundo os sindicatos, a greve na Soares da Costa teve uma adesão de 75 por cento. De acordo com a Lusa, o patronato reduz esse índice a 15 por cento.

Entretanto, na Torralta, os trabalhadores decidiam quinta-feira passada recorrer à greve a nível de toda a empresa. Em causa está a garantia dos postos de trabalho e a revisão salarial. A empresa tem salários em atraso e pretende efectuar despedimentos.

Na Soponata, foi decidida uma greve de 24 horas para 15 do corrente. Os trabalhadores defendem regalias e aumentos salariais.

Despedimentos ilegais nas Lajes Norte-americanos substituem portugueses sem acordo do Governo

Segundo Joseph Sala, o Governo de Cavaco não contestou os despedimentos. Pediu apenas que fossem adiados para depois das eleições

Os portugueses despedidos na base americana das Lajes, nos Açores, estão a ser substituídos por norte-americanos, com vencimentos superiores, disse Costa Neves, secretário da Administração Interna no

Governo daquela Região Autónoma.

Além disso, refere a Lusa, em serviço de 13 do corrente, aquele membro do Executivo regional acrescentou que não faz sentido despedir trabalhadores

efectivos quando se mantêm contratados a prazo.

Entretanto, pela voz do mesmo governante açoriano, o Governo da Região acusava segunda-feira, 13, o emissário da embaixada norte-americana em Lisboa, que se deslocou a semana passada a Angra do Heroísmo para intervir no caso dos 95 despedimentos ilegais na base, de «tentar dividir» as entidades portuguesas envolvidas no caso.

O secretário de Estado açoriano voltou a insistir no argumento, afirma a Lusa, de que o despedimento dos 95 civis portugueses, pretendido pelas autoridades norte-americanas nas Lajes, é «ilegal» e contrário ao acordo estabelecido entre Portugal e os Estados Unidos.

Para o mesmo governante, os despedimentos nada têm a ver com cortes de despesas, alegadamente necessárias.

Sexta-feira passada, o adido do pessoal da embaixada norte-americana em Lisboa, Joseph Sala, disse aos jornalistas em Angra do Heroísmo que o Governo português não contestou, em devido tempo, refere a Lusa, a posição dos Estados Unidos sobre o despedimento de trabalhadores portugueses na base.

Para Sala, a atitude das autoridades do seu país não necessita de acordo prévio do Comando Aéreo dos Açores. O comando das Forças Armadas dos EUA nos Açores tem, na opinião de Sala, a legitimidade necessária para proceder a despedimentos.

O adido norte-americano sublinhou, por outro lado, que o Governo português foi informado acerca destes despedimentos pelos americanos em meados de 1991, sem que na altura os tivesse contestado.

Joseph Sala acrescentou, segundo a Lusa, que o Governo de Lisboa apenas solicitou que os despedimentos não se concretizassem «antes das eleições de 6 de Outubro».

O Sindicato dos Empregados de Escritório de Angra do Heroísmo já pediu explicações ao Governo central. Este deve garantir, nomeadamente, os salários dos trabalhadores despedidos da base americana dos Açores.

Mota Amaral pronuncia-se

Questão «melindrosa» foi como o presidente do Governo Regional dos Açores classificou segunda-feira passada o despedimento na Base americana das Lajes. Segundo a Lusa, Mota Amaral disse que o problema de fundo é a falta de cumprimento por parte dos americanos do acordo firmado entre Portugal e os Estados Unidos. O governante açoriano, que lamentou o diferendo entre «dois países amigos», tinha um encontro marcado para anteontem com o ministro da Defesa, Fernando Nogueira. Entretanto, disse à Imprensa que há «perfeita sintonia de posições entre os governos central e regional» nesta matéria em que «Portugal deve proceder com toda a firmeza».

Morreu Ruben Rolo

Ao assinalar publicamente o falecimento de Ruben Rolo, que «representa uma grande perda para o movimento sindical, pois foi inegável o seu contributo para a luta dos trabalhadores e para a unidade sindical», a CGTP-IN acrescenta que aquele malogrado membro da sua Comissão Executiva foi vítima de acidente em exercício da actividade sindical, tendo acabado por sucumbir após coma prolongado. O falecido era oficial da Marinha Mercante e desempenhava outros cargos sindicais, como o de coordenador da direcção do Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Radio-Técnicos da Marinha Mercante, o de coordenador do secretariado da Federação dos Sindicatos do Mar e o de secretário da Secção de Marítimos da Federação Internacional dos Trabalhadores de Transportes.

TRABALHADORES

Aumentos salariais

Contratos bloqueados na negociação colectiva

Organizações sindicais protestam e consideram de extrema gravidade o facto de o Governo falar já de um tecto salarial declarado e, inclusive, em sanções

A marcação de várias acções de luta por parte das organizações sindicais representativas dos trabalhadores da Administração Pública, incluindo a Local, assinalou na semana passada as crescentes manifestações de protesto e luta contra os baixos salários que o Governo pretende não só manter mas mesmo agravar.

Na reunião de segunda-feira passada, o Conselho Permanente de Concertação Social nada adiantou sobre a política global de rendimentos para este ano. Embora se tenha discutido novamente a inflação e as questões salariais, no entender da CGTP não se registaram avanços.

Além disso, o Governo não apresentou naquela reunião do CPCS qualquer proposta de aumento do salário mínimo nacional.

Reunidas, entretanto, as federações e uniões no âmbito da CGTP-IN em 11 do corrente na sede daquela central sindical, decidiram:

- Protestar contra o bloqueio da negociação colectiva verificado na generalidade dos sectores e empre-

sas, tanto no sector público como no privado;

- Denunciar a particular responsabilidade do Governo, que procura fixar baixos valores salariais na Administração Pública, bem como nas empresas públicas, como referenciais de contenção salarial;

- Considerar de extrema gravidade que o Governo fale já num tecto salarial declarado, com sanções às empresas que o ultrapassem;

- Repudiar a ofensiva patronal contra os direitos dos trabalhadores e, particularmente, contra a intenção de incluir o conteúdo do pacote laboral nas convenções colectivas;

- Denunciar os aumentos de preços verificados ou

agendados, que afectam fortemente o poder de compra dos trabalhadores e da população com mais baixos rendimentos;

- Denunciar o miserabilismo dos valores propostos pelo Governo para a Função Pública e das contrapropostas patronais, que estão muito abaixo dos 14,5 por cento previstos pela CEE e que obviamente se fundamenta em dados fornecidos pela Administração portuguesa;

- Salientar que esta previsão confirma a justeza das reivindicações salariais apresentadas nos vários contratos pelas organizações presentes (federações e uniões reunidas em 11 do corrente) e da exigência da rápida aprovação de um **salário mínimo nacional de 50 mil escudos**, manifestando a sua total concordância com a posição dos representantes da CGTP-IN no CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social) de oposição a qualquer limitação dos au-

mentos salariais e do próprio direito de negociação.

Para pôr cobro a estas situações, as federações e uniões da CGTP requerem do Governo e do patronato «**uma atitude negocial séria**»; um salário mínimo revisto, que «**já deveria estar em vigor**»; a redução imediata do horário de trabalho, a **revogação das «normas mais gravosas»** do pacote laboral.

Entretanto, a Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN exprime publicamente «o seu frontal desacordo» com a transferência para o Ministério do Emprego e Segurança Social da tutela da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, que considera «no mínimo desajustada», pelo que irá desenvolver «uma série de acções» contra essa decisão.

A Frente Sindical da Administração Pública (Fesap) recusava, entretanto, a contraproposta salarial do Governo. Por seu turno, os sindicatos que integram a **Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública** decidiram, sexta-feira passada, promover uma «**jornada nacional de luta**» em 23 do corrente, devendo incluir uma concentração em frente ao Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Os trabalhadores da Direcção-Geral da Inspeção Económica decidiram entretanto entrar em greve entre 11 e 14 do corrente.

Estes trabalhadores da FP reclamam uma lei orgânica, pela qual se têm batido já por várias vezes recorrendo à greve.

Lei contestada nos Açores

Estão em risco cerca de 400 contratos a prazo

A renovação no Arquipélago de cerca de 400 contratos a prazo preocupa a Associação de Municípios dos Açores. Por outro lado, no Continente, dirigentes da Associação Industrial do Distrito de Aveiro manifestam também, segundo a Lusa, a sua preocupação pela possibilidade de a taxa de desemprego subir consideravelmente a curto prazo na região.

Subjacente a esta questão está, segundo a mesma fonte, a incapacidade dos industriais para enfrentar os juros elevados que a banca cobra sobre os empréstimos.

Numa reunião com responsáveis locais da UDP e

Vária

Atrasados. Há salários em atraso na Favorita, Metalminer e Biofranco. Nestas empresas do grupo EAT mais de 350 trabalhadores recebem apenas 10 mil escudos por semana. O administrador do grupo é Omar Karim, ex-vice-presidente da Associação Industrial Portuguesa.

Seguradoras. Para conter a actual «onda de despedimentos», o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte solicitou a semana passada ao Ministério das Finanças uma «vigilância apertada» às seguradoras estrangeiras que actuam em Portugal.

Comerciantes apagam as luzes. Quinta-feira passada, parte dos estabelecimentos comerciais de Coimbra apagaram as luzes em protesto contra a — como dizem — «imposição da perda da semana inglesa». A mesma forma de protesto estava prevista também para o dia seguinte. A liberalização dos horários do comércio tem suscitado viva contestação, designadamente da parte do Movimento contra a Liberalização dos Horários.

«Cercos» aos músicos. A delegação do Sul do Sindicato dos Músicos propõe-se exercer uma «intensa fiscalização» sobre as unidades hoteleiras algarvias que normalmente organizam espectáculos com músicos estrangeiros, sobretudo no sentido de conhecer as qualificações profissionais dos referidos músicos e defender os interesses dos artistas que actuam no Algarve.

Ruptura no hospital. O Sindicato dos Médicos da Zona Centro revelou a semana passada que existe uma «situação de ruptura» no serviço de urgência do Hospital Distrital da Figueira da Foz. A directora e os chefes da equipa do serviço demitiram-se por considerarem que não podem assumir responsabilidades com «uma equipa gravemente amputada».

Ordem. Duas centenas e meia de enfermeiros de todo o País defenderam, a semana passada numa reunião, no Porto, a criação de uma Ordem dos Enfermeiros. Estes profissionais são cerca de 25 mil em Portugal. A iniciativa da reunião foi da Escola Superior de Enfermagem da cidade do Porto.



Pescadores. Vários sindicatos do sector da pesca decidiram, segunda-feira passada em Angra do Heroísmo, pedir a intervenção do Provedor de Justiça, no sentido de ser declarada a «inconstitucionalidade por omissão» de um regime jurídico do trabalho a bordo das embarcações pesqueiras.

Vestuário. Ainda estão por negociar os novos salários deste sector. A Federação sindical (Fesete) protesta e recorda que o contrato anterior já vigora há quinze meses. Os trabalhadores e os sindicatos não aceitam os 10 por cento de aumentos que o patronato propôs.

Trabalho infantil Tristes fenómenos

Mais de cem crianças abandonaram a escola no primeiro trimestre deste ano escolar no distrito de Braga

Para o caso de hoje, trata-se do distrito de Braga. Mas «o número de crianças a trabalhar para empresários sem escrúpulos, antes de atingirem a idade legal, continua a ser assustador, sobretudo no Norte», reafirma mais uma vez a CGTP que associa naturalmente o flagelo ao abandono escolar.

Este último «continua a verificar-se em ritmos que devem preocupar toda a sociedade portuguesa», lê-se numa nota da Confederação sindical datada de sexta-feira passada. Mais de uma centena de crianças, entre os 11 e os 14 anos, abandonaram a escola, só nos primeiros três meses

deste ano escolar, no distrito de Braga.

Todas essas crianças frequentavam o 5.º ano de escolaridade obrigatória em localidades como Amares, Guimarães, Vizela, Vila Verde, Tadam, Maximinos e outras. Os casos mais graves verificaram em Tadam e Vizela. Deixaram de frequentar a escola 30 e 21 crianças, respectivamente.

Quase todos os dias os sindicatos se referem a casos destes. As situações têm vindo a público, mas os tristes fenómenos do abandono escolar e do aumento do trabalho infantil parecem cair em saco roto.

Para a CGTP-IN, essa realidade assustadora é resul-

tado da «profunda injustiça social que existe na sociedade portuguesa, onde os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Continua, por isso, o movimento sindical a estudar e a denunciar as causas destes problemas e a propor medidas para a sua definitiva erradicação».

É nesse quadro de procedimentos que o coordenador da Central, Manuel Carvalho da Silva, se desloca esta semana ao distrito de Braga para verificação e análise da realidade actual do trabalho infantil. Aquele dirigente terá reuniões com responsáveis sindicais, escolares, sanitários e da Segurança Social.

Menores de 15 anos

A partir de antontem a idade mínima de admissão no trabalho passa a ser de 15 anos. O ministro do Emprego e Segurança Social assina sobre o assunto uma portaria. Segundo a Lusa, a Lei permitia até agora que menores de 14 anos pudessem trabalhar.

Além disso, entrou em vigor antontem o Decreto-Lei 396/91, segundo o qual a entidade empregadora deve proporcionar aos menores (com 15 anos pelo menos) «condições de trabalho adequadas à sua idade, prevenindo, de modo especial, qualquer risco para a sua segurança, saúde e educação, e evitando dano ao seu desenvolvimento físico, mental e moral».

Argélia

Tensão e incerteza marcam momento político

Hoje e amanhã poderão ser dias de escalada de tensão na Argélia, pois o fim-de-semana muçulmano (quinta e sexta-feira) deverá ser utilizado pelos fundamentalistas da FIS para uma mobilização popular em seu apoio.

Depois da primeira volta das eleições legislativas, dia 26 de Dezembro, em que a FIS conquistou 188 dos 430 lugares no Parlamento, a situação política evoluiu muito rapidamente no país, culminando com a demissão

do presidente Chadli Bendjedid, a dissolução do Parlamento, o cancelamento do processo eleitoral. Neste momento, o poder é de facto controlado pelo Alto Conselho de Segurança, órgão constituído pelos principais responsáveis militares e civis. Os tanques estão novamente nas ruas e as perspectivas imediatas são particularmente incertas.

Ao voto massivo na FIS — que assume o carácter de voto de protesto contra a política seguida pela FLN e

a degradação da situação socioeconómica de amplas camadas da população — seguem-se algumas reacções de forças democráticas e sindicais, no sentido de tentar contrariar a imposição de um Estado islâmico na Argélia.

Em vésperas da demissão do presidente, trabalhadoras argelinas realizaram paralisações de trabalho em defesa da República, contra o domínio da Frente Islâmica. Milhares de mulheres realizaram uma manifesta-

ção em Argel, contra a possibilidade de, com a vitória da FIS, ser imposta a lei islâmica, que põe em causa a igualdade no ensino e advoga, nomeadamente, o despedimento das mulheres casadas.

Face à actual evolução política na Argélia, que na prática corresponde à imposição do poder militar, as reacções são díspares.

No mundo árabe oscila-se entre um apoio declarado aos fundamentalistas is-

lâmicos (como é o caso da Líbia, do Irão ou do Paquistão) e uma expectativa que passa pela compreensão das medidas tomadas.

Na imprensa argelina sublinha-se a necessidade de evitar a guerra civil. O diário independente «El Watan» critica violentamente o Irão pelas suas posições oficiais depois da demissão do presidente Chadli Bendjedid. «É forçoso constatar que alguns brincam com o fogo e querem dar lições de democracia, quando estão

mal colocados para o fazer» — sublinha-se neste quotidiano.

«A FIS quer levar o país à guerra civil. É preciso levantar uma barreira republicana» — é o título do «Alger Republicain» (próximo do Partido Comunista). «O perigo está iminente, é preciso primeiro afastá-lo. Os partidos que baseiam a sua existência e acção na religião devem ser afastados. Agora, decididamente», escreve em comentário.

EUA-Japão

Interesses comerciais em jogo

O presidente norte-americano regressou da sua digressão de dez dias pelo continente asiático — de que a última etapa foi, significativamente, o Japão — com a promessa do governo japonês de uma maior abertura aos interesses comerciais norte-americanos, e nomeadamente a duplicação das aquisições de componentes para automóveis fabricados nos Estados Unidos.

A visita de Bush ao continente asiático — não menosprezando elementos políticos e militares — terá tido sobretudo na sua base preocupações de ordem económica. A verdade é que a quebra de popularidade do presidente é uma realidade confirmada em todas as sondagens. Já este mês de Janeiro uma sondagem de opinião indicava que dois terços dos americanos não estão satisfeitos com a política económica de Bush.

Entretanto a taxa de desemprego tem vindo a aumentar, ultrapassando agora ligeiramente os 7%. A Reserva federal anunciava recentemente uma quebra de 2,1% na construção de habitações. Desde o mês de Outubro que em cada dia é anunciada pelas empresas a supressão de uma média de 2600 postos de trabalho. Depois da Pan Am e da IBM, é agora a vez da General Motors preparar um vasto programa de reestruturação, com a consequente supressão em massa de postos de trabalho.

Mesmo os relativos acordos alcançados pela delegação americana em Tóquio — que mais parecia uma delegação de Detroit, com os presidentes das «três grandes» do sector automóvel dos Estados Unidos, General Motors, Chrysler e Ford — estão já a ser criticados no Japão. O jornal «Nihon Keizai», o mais im-

portante diário económico do Japão, sublinha que «a transferência parcial de riqueza do Japão para os Estados Unidos através de um método semelhante ao do comércio estatal está em oposição total à ideia de um comércio livre».

A realidade actual é de um enorme excedente comercial do Japão em relação aos Estados Unidos — 41 mil milhões de dólares o ano passado, dois terços dos quais no sector automóvel.

Na prática isto significa, por exemplo, que a General Motors (o primeiro grupo capitalista do mundo) tenha avançado numa reestruturação que se traduziu no despedimento de 74 000 trabalhadores e que as vendas da Chrysler e da Ford tenham diminuído de 15% no mercado americano, também em 91.

Ao mesmo tempo, Toyota, Mitsubishi e outras empresas automobilísticas japonesas detêm 30% do mercado automobilístico norte-americano.

A crise financeira dos Estados Unidos tem vindo em grande medida a ser subsidiada pelo Japão que, durante anos, foi na prática o banqueiro do mundo. Todos os meses, um terço das obrigações emitidas pelo Tesouro americano têm vindo a ser subscritas pelas instituições financeiras japonesas.

Hoje, a crise é também uma realidade no Japão. Todas as estimativas apontam para uma sensível redução do crescimento económico no Japão, que registou uma quebra de 50% em 1991. Quebra simultânea com um sobredesenvolvimento do sector financeiro que há três anos para cá tem vindo a alimentar sucessivos escândalos.

Uma situação propícia a confrontos de interesses entre diferentes sectores do capital.

Iraque

A guerra continua a matar

As sequelas da guerra do Golfo — já depois de ter sido proclamada a paz — mataram mais de 70 mil iraquianos. Números dramáticos divulgados por William Arkin, antigo oficial norte-americano que trabalha para a organização ambientalista Greenpeace, que passou várias semanas no Iraque, entre Agosto e Setembro, inventariando os estragos e o número de vítimas da guerra.

As informações recolhidas por Arkin permitem afirmar que, entre civis e

militares, a guerra no Golfo matou durante e depois do conflito um total estimado entre 177 500 e 243 000 civis e militares iraquianos.

Arkin sublinhou, em conferência de imprensa, que a guerra no Golfo não foi diferente das demais e denunciou a ideia de que a ofensiva militar anti-iraquiana foi «limpa».

Arkin afirmou ter viajado pelo Iraque sem qualquer restrição das autoridades de Bagdad que lhe forneceram informações sobre

baixas da guerra e das consequências que se lhe seguiram.

O representante do Greenpeace referiu que os bombardeamentos destruíram o sistema de abastecimento de electricidade do Iraque e que estes danos tiveram consequências dramáticas no funcionamento dos serviços de saneamento e dos hospitais.

Segundo Arkin, as bombas aliadas mataram mais de 2500 civis e entre 50 000 e 80 000 soldados iraquianos.

Disse também que a ofensiva terrestre aliada matou nos últimos dias do conflito entre 20 000 a 35 000 soldados iraquianos.

Os serviços secretos do exército norte-americano revelaram em Maio que os seus cálculos apontavam para um número próximo dos 100 000 soldados iraquianos mortos durante o conflito, mas não adiantaram estimativas para as baixas civis.

Lutas na Europa Oriental

Manifestações na Rússia

As manifestações de domingo passado em Moscovo, Sampetersburgo, Tcheliabinsk e outras importantes cidades da Rússia são uma primeira resposta popular, organizada, face à brutal degradação da situação socioeconómica, na sequência do aumento de preços decretado por Ieltsin, que na prática torna impossível a simples sobrevivência de grande parte da população.

Estas manifestações (a de Moscovo juntou cinquenta mil pessoas) ocorrem em simultâneo com acções de desespero, como os assaltos a lojas na semana anterior ao Natal.

Os protestos contra a política económica de Ieltsin deverão prosseguir, estando já marcada uma marcha popular à Casa Branca, sede do governo russo, para 9 de Fevereiro.

Entretanto, e segundo as estatísticas divulgadas pelo Instituto de Pesquisa Sociológica de Moscovo, a confiança no êxito das reformas decresce rapidamente entre a população. Na primeira semana deste ano, 52 por cento da população acreditava em tal êxito. Menos de duas semanas depois este índice descia para 30 por cento.

Os aumentos vertiginosos de preços têm vindo a ser criticados por alguns dos actuais dirigentes russos, como é o caso do presidente do Parlamento russo, Ruslan Khas-

bulatov, e Aleksei Emelianov, membro do Conselho presidencial.

Também no Cazaquistão a liberalização dos preços gerou protestos populares. Os mineiros entraram em greve, reclamando aumentos salariais e a melhoria das condições de vida. Os trabalhadores de empresas industriais da capital cazaque, Alma Ata, entraram em greve no dia 6, o primeiro da liberalização dos preços nesta República.

Greve geral na Polónia

Centenas de milhar de trabalhadores polacos aderiram ao apelo da central sindical Solidariedade para a realização de uma greve geral de uma hora de protesto contra a política económica do governo. É a primeira grande mobilização nacional contra a política económica de austeridade imposta ao país. A central Solidariedade exigiu a mudança da estratégia económica e a imediata anulação da subida de preços decretada no início do ano, que encareceu a energia, nomeadamente o aquecimento central, entre 20 e 80 por cento.

Em causa também, neste processo de luta, o desemprego, que afecta mais de dois milhões de trabalhadores, a corrupção e os escândalos financeiros que proliferaram durante os dois últimos governos e que envolveram nomeadamente homens saídos do sindicato.

O Solidariedade exige igual-

mente medidas que ajudem a indústria estatal a superar as actuais dificuldades e a combater a recessão que nos últimos dois anos causou um decréscimo de quase 35 por cento na produção.

Bulgária — lutas e eleições

As eleições presidenciais búlgaras vão ter uma segunda volta no próximo domingo. Jelio Jelevo não obteve a maioria absoluta, ficando-se pelos 45 por cento, enquanto Velko Valkanov, apoiado pelo Partido Socialista Búlgaro, recolheu 30 por cento dos votos.

Em vésperas das eleições, realizaram-se várias acções populares contra a política económica e social do governo.

Mais de 270 mil trabalhadores efectuaram uma paralisação de várias horas, em resposta a um apelo dos sindicatos independentes. Outros 500 mil exprimiram o seu apoio à greve usando uma braçadeira azul.

Os grevistas reclamam um aumento de 70 por cento do salário mínimo, da reforma mínima e dos abonos de família.

Cerca de 20 mil reformados manifestaram-se frente à sede do governo e do Parlamento, para lembrar as miseráveis condições em que vivem.

O Partido Socialista, actualmente na oposição, apoiou a greve.

África do Sul

ANC – 80 anos de luta

«Celebramos hoje o nosso 80.º aniversário após a adopção (pela CODESA) de uma Declaração de intenções contendo princípios constitucionais que rejeitam as políticas e práticas de apartheid e dominação racial» — sublinhou Nelson Mandela perante dezenas de milhares de pessoas reunidas no Estádio de Râguebi do Estado livre de Orange para assinalar o aniversário do ANC.

Mandela divulgou a estratégia do principal movimento anti-apartheid sul-africano e destacou, na abordagem dos problemas mundiais, a solidariedade com a luta do povo de Timor-Leste pela autodeterminação.

Na sua intervenção, o dirigente anti-apartheid reconheceu «progresso notáveis» nas reformas políticas na África do Sul e afirmou que a África do Sul «está agora firmemente no caminho da democracia», para frisar entretanto os obstáculos que há ainda a superar, nomeadamente por parte do actual governo.

«As suas meias-medidas e a recusa em ultrapassar outros obstáculos demonstram que os governantes do apartheid não estão dispo-

deste ano e eleições para uma Assembleia Constituinte em Dezembro de 1992», frisou. «A África do Sul poderá assim, pela pri-

advogados por De Klerk, Nelson Mandela incluiu, entre as tarefas do governo transitório, a integração das alas militares do ANC, PAC e AZAPO na política e exército sul-africanos.

«O ANC e outras forças democráticas exigem um governo interino multipartidário, de composição a negociar na CODESA, dispondo de controlo soberano sobre as forças de segurança, o processo eleitoral, orçamento e finanças, imprensa estatal e outras áreas identificadas», prosseguiu.

Nelson Mandela rejeitou depois o anúncio propôsido do presidente Frederik De Klerk de submeter a referendo prévio da população branca o projecto constitucional saído das negociações multipartidárias já encetadas.

«Ter um referendo onde a única voz que conta é a dos brancos é perpetuar o sistema criminoso de apartheid», frisou Mandela antes de atribuir a Pretória o «propósito sinistro» de «legitimar uma Constituição, Parlamento e regime não-democráticos, prolongando a transição por mais de 10 anos».

O presidente do ANC exortou, neste contexto, todas as forças e etnias do país a conjugarem esforços no processo de negociações pacíficas e de erradicação dos confrontos sangrentos que marcam a actualidade da África do Sul.

«Dirigimos em particular o nosso apelo aos sectores da comunidade afrikander, como os agricultores, historicamente iludidos por políticos defensores de uma causa sem futuro», sublinhou Mandela. «É chegado tempo de dar um passo decisivo no sentido de uma sociedade sul-africana alargada e democrática».

Saudação

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Executivo do Congresso Nacional Africano a saudação que transcrevemos.

Queridos Camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Português saudou os 80 anos de luta heróica e gloriosa do CNA e confirma a solidariedade dos comunistas portugueses à luta do povo sul-africano pela liquidação do racismo e do apartheid e pelo estabelecimento de um regime democrático na África do Sul. Fazendo votos para que o CNA obtenha os maiores êxitos, o PCP expressa a sua vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade e solidariedade entre as nossas organizações.

tos ou aptos a estabelecer a liberdade política», sustentou Mandela para reiterar a urgência de um executivo interino.

«O ANC lutará pelo estabelecimento de um governo interino na primeira metade

meira vez na sua história, ter um governo democrático num futuro imediato».

Após defender o mandato deste executivo num período drasticamente inferior aos «10 ou 15 anos»



A luta contra o apartheid regista hoje êxitos decisivos abrindo caminho a uma nova etapa da vida política na África do Sul

África do Sul em notícias

• As três primeiras escolas primárias «totalmente integradas», que admitem alunos de todas as raças, abriram as suas portas em bairros brancos de Joanesburgo, mas apenas os estudantes negros compareceram à abertura das aulas.

A abertura das novas escolas faz parte do novo programa educativo, aprovado a 22 de Novembro de 1991 pelos ministérios encarregados da Educação da comunidade branca e da comunidade negra, e visa a transformação das escolas brancas em «escolas não raciais».

Diversas escolas destinadas unicamente a estudantes foram «integradas» em 1991, mas em circunstâncias diferentes. Essas escolas não encerraram mas tiveram de respeitar o requisito exigido pelo governo de que pelo menos 72% dos pais dos alunos teriam de aprovar as alterações.

• O exército sul-africano forneceu treino paramilitar a dirigentes do Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, segundo afirmações de um antigo responsável do partido, citado pelo semanário sul-africano «Weekly Mail».

Mbongeni Khumalo, que foi responsável nacional

do movimento de juventude do Inkatha, disse ao jornal que abandonou o partido em Março de 1991 por verificar que este incitava à violência contra os jovens negros.

«Juntei-me às fileiras do Inkatha porque queria trabalhar em favor da liberdade dos negros. Deixei o partido porque compreendi que ele não era mais do que um agente das forças de defesa sul-africanas», afirmou.

Khumalo, que foi igualmente membro do Comité Central do Inkatha, declarou que os serviços de informação do exército treinaram responsáveis do Inkatha antes da campanha de recrutamento desencadeada pelo partido na província do Transval, em Setembro de 1990, que desencadeou uma onda de violência nos ghettos negros nos arredores de Joanesburgo.

Em Julho de 1991, o «Weekly Mail» revelou a concessão de fundos ao Inkatha por parte do governo e, em Dezembro, afirmou que os serviços de informação do exército tinham financiado a criação e o treino de esquadrões da morte para o partido de Buthelezi.

Alemanha

A zona ocidental da Alemanha registou em 1991 a maior taxa de inflação desde 1982, com um aumento médio de 3,5 por cento, informou o gabinete federal de estatísticas.

Depois de ter conseguido ultrapassar o impacto da união com a antiga Alemanha Democrática com uma taxa de 2,7 por cento em 1990 (2,8 por cento em 1989), a Alemanha deixou agora de ser o país da CEE com melhores resultados na luta contra a inflação.

Em 1991, os preços passaram a aumentar mais e mais rapidamente na Alemanha que na França, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca ou Irlanda.

A última vez que a taxa de inflação na Alemanha ultrapassou os 2,7 por cento foi em 1982, ano em que se registou um nível recorde de 5,3 por cento.

Coreia

• contingente americano na Coreia do Sul, actualmente de 39 mil homens, será «mais depressa do que o previsto» reduzido no espaço de dez anos a menos de uma brigada de infantaria ligeira, ou seja, menos de cinco mil soldados, prevê o relatório anual do governo de Seul.

O documento, da autoria do Ministério sul-coreano dos Negócios Estrangeiros, refere que enquanto a influência americana se vai reduzir, aumenta por seu turno a posição dominante do Japão na Ásia do Norte.

O efectivo americano deverá ser reduzido para 36 mil homens no final de 1992. No final de 1993, ele deverá ser da ordem dos trinta mil soldados.

Conferência

• chefe de Estado cubano, Fidel Castro, presidiu à sessão inaugural da Conferência sobre a crise dos mísseis de Outubro de 1962, iniciada em Havana na presença de delegações de Cuba, Estados Unidos e Rússia.

O presidente cubano afirmou que a posição do seu país sobre o sucedido em 1962 é a de contribuir para o conhecimento cabal da verdade dessa crise que, segundo peritos, pôs o mundo à beira de uma guerra nuclear.

Pelos Estados Unidos interveio na Conferência o líder da sua delegação, Robert McNamara, que no momento da crise era o chefe do Pentágono do governo presidido por John Kennedy.

Pela Rússia falou Oleg Troyanovsky que, no ano da crise, era embaixador da antiga União Soviética nas Nações Unidas.

Troyanovsky deu importância política à reunião devido à presença de Fidel Castro, único protagonista da crise ainda na política activa, e congratulou-se pelo facto de os dirigentes dessa época terem recuado quando se encontravam à beira da guerra.

Haiti

• deposto presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide aceitou formalmente em Caracas a nomeação para novo primeiro-ministro do Haiti de um dos seus mais duros críticos, o líder comunista Rene Theodore, anunciou a Organização de Estados Americanos (OEA).

A decisão constitui, segundo os observadores, «um importante passo» para o regresso ao Haiti do presidente Jean-Bertrand Aristide, que foi deposto pelos militares em 30 de Setembro e se encontra actualmente exilado na Venezuela.

O acordo alcançado em Caracas «deverá preparar o caminho para o regresso do presidente Aristide ao Haiti de forma pacífica, sem qualquer vingança nem ódio, sem um banho de sangue», disse Augusto Ramirez Ocampo, líder de uma delegação da OEA que tem estado a participar nas conversações entre Jean-Bertrand Aristide e os deputados haitianos.

Neonazis

A polícia austríaca encontrou um banco de dados em que estão reflectidas as estruturas de uma rede internacional nacional-socialista com membros na Europa, Estados Unidos e América Latina, e deteve dois neonazis austríacos.

O diário «Kurier» de Viena informa que o ficheiro, gravado em disquetes de computador, foi encontrado em casa de Gottfried Kuessel, comandante de um grupo ilegal paramilitar da Baixa Áustria, e que os dados permitem acções criminais a nível internacional contra os neonazis.

Kuessel foi recentemente detido juntamente com o correligionário Klaus Peter Kopanski Fischer, devido a entrevistas que concederam a duas televisões americanas em que glorificaram Adolfo Hitler e o Terceiro Reich.

■ Henrique Custódio

Lisboa sonha, os buracos crescem, a obra nasce!

Buracos não faltam, neste País de auto-estradas feitas à pressa para eleitorado ver, de centros culturais que se erguem ao lado de patrimónios a cair aos bocados, de histórias de pontes e aeroportos que andam rio acima e rio abaixo ao empurrão de interesses que ninguém conhece mas que se sabe que existem, como as crateras da Lua.

Lisboa é naturalmente o espelho desta Nação onde o buraco continua a ser, em primeiro lugar, uma instituição governamental, com perfurações que vão dos Orçamentos mal explicados aos gastos sem explicação nenhuma, ou os abismos duma Administração que some anualmente milhões atrás de milhões para montar o espectáculo do poder, nele se perpetuando com malaba-

risimos e ouropéis que a plateia, atónita e pagante, vai aplaudindo de olho arregalado e a olhar para os pés, pois pode-se não se acreditar em buracos, mas lá que os há, há.

Os buracos da capital são, por assim dizer, paradigmáticos. «Mostra-me o buraco que fazes, que eu digo-te o poder que és». Em Belém, a mina a céu aberto onde cresceu a mastaba do Centro Cultural diz tudo do Governo que o ordenou: é desenquadrado, dispensável, superlativo, mastodónico, perdulário, exibicionista, ostensivo, caríssimo e, até agora, maciçamente inútil. Para ser membro do Executivo só lhe falta a gravata de seda Pierre Cardin e o *after-shave* da *boutique* de Paris, que sapato italiano já tem, pese embora o couro, que é português. É verdade que o

tempo lhe há-de dar mérito artístico e funcionalidade pública, como acontece a tudo - até a esse brutal monumento à inutilidade que é o convento de Mafra. Cavaco Silva quis, certamente, com ele passar à História, mas há-de ir para lá pendurado duma responsabilidade: a de sacrificar dezenas de milhões de contos numa megalomania cuja ostentação maior foi o que não deixou fazer. Seja a preservação de tanto património que por aí está não apenas a desaproveitar-se mas a ruir, seja o miserável desprezo pelas urgências culturais deste País, onde o drama não é a falta de salas de concertos mas de orquestras nacionais, de palcos de dança mas de escolas de bailado, de salas de teatro mas de produção teatral, de clubes de futebol mas de instalações e prática desportivas, de pianos de cauda mas de escolas de música, de *soirées* de fraque mas de hábitos culturais de um povo. Se se quer erguer uma catedral à Cultura, há que primeiro amá-la no concreto, dando-lhe condições, meios, estruturas, apoios para que ela viva, se reproduza e, sobretudo, se pratique. É farisaico erguer templos aos deuses enquanto se despreza o culto.

O outro lado da Lua

Mas não é só o Governo que intervém na capital, o Poder Local também. A Câmara Municipal de Lisboa sempre teve os seus buracos que foi abrindo ou deixou abrir, sendo célebres os que a gestão Abecasis multiplicou da cabeça aos pés da cidade, que é como quem diz das torres amoreiras ao asfalto das ruas. Desses, restam muitas cicatrizes e má memória. Doutras, os que hoje a Câmara abre empatando o tráfego, há que falar para saber que poder é este pelos buracos que faz.

Rui Godinho, vereador substituído do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, é quem aqui ao lado nos explica o que faz o executivo da Coligação Por Lisboa no meio dos enormes buracos que anda a abrir pela cidade, contrapondo à admitida evidência dos transtornos das obras a importância fulcral dos seus resultados para a preservação, desenvolvimento e qualidade de vida da capital.

São buracos caros, estes que a Coligação anda a abrir por Lisboa. Só os que estão à conta de Rui Godinho vão engolir quatro milhões de

contos em 18 meses, o que faz das suas crateras uma mera ponta de *iceberg*. Mas o que fica enterrado, sendo gigantesco como qualquer *iceberg* que custe quatro milhões de contos, não tem nada de escondido apesar de quase não se ver. Mas há-de ver-se. E sobretudo sentir-se na forma, nem mais nem menos, da despoluição do Tejo entre o Cais de Sodré e Algés - o que, para quem não saiba, corresponde ao essencial do es-

tuário - servindo uma população equivalente a 750 000 habitantes e tendo no horizonte a regressão da poluição do velho rio aos níveis do princípio deste século.

Se nos lembramos que o Centro Cultural de Belém foi orçamentado pelo Governo em também quatro milhões de contos e já vai a caminho dos 30 milhões e compararmos a importância para a cidade e o País que têm, dum lado a saúde de Lisboa, do

outro as réditas de Belém, teremos uma ideia do que valem os buracos do Governo e os da Câmara: os primeiros são aldrabões até no orçamento e crescem numa espécie de aluamento, com a cara mentirosa toda virada para uma exibição estéril; os segundos labutam com rigor contra problemas de fundo que os governos do País e da capital sempre desprezaram, remetendo-os para a face oculta da lua deles...



Rua das Portas de Santo Antão: aqui o novo colector das águas pluviais vai ter o quádruplo da capacidade

As inundações crónicas

Já se morreu na *baixa* por causa das chuvas. Temporais e inverniais entupidos por dificuldades de escoamento pluvial têm acentuado a degradação de casas velhas, ameaçando vidas e bens. Daí as obras em curso nas ruas das Portas de Santo Antão, do Arco do Carvalhão e de Santa Marta, num programa de intervenção nos pontos críticos

da cidade no sentido de se salvaguardarem vidas e bens. Os transtornos destas obras - que no Arco de Carvalhão já substituíram um colector de águas pluviais para outro com o quádruplo da capacidade de escoamento - serão largamente recompensados pelo facto de as pessoas passarem ali a viver e a trabalhar em segurança. As inundações

crónicas da cidade já têm os dias contados. Entretanto, o subsolo de Lisboa continua a ser um mistério, surgindo regularmente novidades em cada nova escavação, sejam canalizações antigas, cabos de telecomunicações ou supresas de natureza arqueológica. Consequências da desactualização do cadastro do subsolo da cidade...

O problema dos outros

Para além das crateras que as grandes obras inevitavelmente abrem na cidade, outros buracos há, mais miúdos e multiplicados, que em Lisboa nos torpedeiam o andar. São os que resultam das intermináveis obras de empresas como a EDP, a EPAL, o Gás de Portugal e o TLP, com quem, aliás, a Câmara Municipal de Lisboa (que, no desagrado dos utentes da via pública, paga sempre as «favas» dos desabafos) formou um grupo de trabalho, por si presidido e que tem por objectivo coordenar as diversas acções destas entidades entre si e com a autarquia, de modo a rentabilizar ao máximo as intervenções e reduzir ao mínimo os inconvenientes.

Todavia nem tudo corre sempre pelo

melhor. Referiu-nos Rui Godinho que, na altura do lançamento das obras do seu pelouro que temos vindo a relatar, ele próprio oficiou as administrações de todos os concessionários do subsolo «no sentido de que também programassem todas as suas intervenções em coordenação com as nossas», mas as coisas não se passaram bem assim: «Há aqui tuteladas diferentes - explicou. - Estas entidades estão sempre tuteladas por ministérios (pelo facto de serem empresas públicas e sociedades anónimas) e, apesar dos nossos esforços e dos técnicos dessas empresas, tem havido situações de alguma descoordenação. É o caso paradigmático da Rua da Junqueira, que tem provocado alguns transtornos».

NACIONAL



Da esquerda para a direita: o pandemónio da Avenida 24 de Julho; a conservação dos prédios periclitantes na zona das obras e que a Câmara assumiu; os trabalhos que libertarão a zona das Portas de Santo Antão do seu calvário de inundações



Entrevista com Rui Godinho

O vereador comunista Rui Godinho, segunda figura do executivo da Câmara Municipal de Lisboa como substituto legal do presidente, é um homem absorvido pelo trabalho o que, extraordinariamente, não lhe restringe a afabilidade. Além de vereador substituído, é igualmente responsável pelos pelouros de Higiene Urbana, Limpeza e Saneamento e Reabilitação Urbana das Zonas Históricas de Lisboa.

Recebeu-nos no seu gabinete, onde a entrevista fluiu entre duas marcações que, a seu pedido, a sua secretária gentilmente «desencostou». Valeu-nos a fluência com que Rui Godinho trata e exprime as questões, senão ficaríamos enovelados nos telefonemas e assinaturas que se foram metendo na conversa.

E a conversa tinha a ver com o seu pelouro de Higiene Urbana, Limpeza e Saneamento, responsável por vários estardalhaços nas avenidas da cidade, nomeadamente a 24 de Julho - que parece em situação de manobras - ou em algumas ruas da *baixa*, para só darmos uns exemplos. A explicação veio célere:

A situação na 24 de Julho (e não só...) tem a ver com uma grande obra de saneamento, dividida em duas empreitadas, com o custo global de quatro milhões de contos e uma duração de 18 meses. Trata-se da implantação dos interceptores de esgotos Cais-do-Sodré-Alcântara e Alcântara-Algés. Caracterizam estas obras pelo seu objectivo, que é a despoluição do estuário do Tejo

entre Cais-do-Sodré e Algés. Depois de concluídas, todos os esgotos desta zona serão conduzidos à ETAR de Alcântara, onde serão tratados e só depois rejeitados no estuário, indo servir uma população equivalente a 750 000 habitantes e todas as bacias de Lisboa desde a linha de água da Avenida da Liberdade para Ocidente, além de apanhar ainda esgotos da Amadora e, na parte terminal, esgotos de Algés.

E o resto da cidade, a parte que fica a Leste da tal linha de água da Avenida da Liberdade, será que não precisa de cuidados despoluidores? A resposta também não demorou:

Essa parte já está cober-



Esta estação elevatória de esgotos para servir o Centro Cultural de Belém foi terminada a tempo pela Câmara e o Governo nem agradeceu

ta com as estações de Chelas e Beirolos, onde, de resto, continuámos a trabalhar, ao substituímos todo o colector da Madre de Deus, ou com as obras que estamos a fazer na plataforma de Beirolos; quanto aos esgotos das pequenas bacias da *baixa* estão servidos por um sistema de gradagem que remove os sólidos de grandes dimensões, a que se vai acrescen-

tar um triturador, sendo depois os efluentes dessas pequenas bacias descarregados no estuário através de um grande emissário com 250 m de comprimento, munido de um dispersor na parte terminal, permitindo assim uma elevada diluição na zona profunda do rio. Sublinhe-se que o objectivo global deste sistema de interceptção e tratamento de esgotos na cidade (com o que está feito, o que se está a fazer e o que ainda se fará) é devolver ao estuário os níveis de poluição do início do século.

CEE financia, Governo não

E os financiamentos? Quatro milhões de contos é

de apoio e a cuja unidade de gestão a CML pertence, através da minha representação. Os outros 50% são verbas do orçamento municipal, tendo nós recentemente negociado com a Caixa Geral de Depósitos e o Banco Europeu de Investimento um empréstimo de um milhão e 200 000 contos com taxas altamente bonificadas.

Explicado isto, Rui Godinho voltou à questão do saneamento básico:

Entretanto não temos descurado as zonas social e urbanisticamente degradadas, e também desde o princípio deste mandato já metemos esgotos em vários bairros degradados e clandestinos da cidade. É o caso dos bairros das Galinheiras, Torrinhã e Grafanil, nas Freguesias da Ameixoeira e da Charneca, do bairro da Quinta do Alto, na Freguesia de S. João de Brito, do bairro da Quinta do Zé Pinto, na Freguesia

de Campolide e outro na zona da Ajuda. E outros se seguirão.

Mas havia ainda outra questão que Rui Godinho não quis deixar de referir, apesar do tempo apertar. Tem a ver com viadutos:

Para minorar os transtornos na Avenida da Índia provocados pelas obras do interceptor Algés-Alcântara, a Câmara promoveu a construção de dois viadutos em Pedrouços, que entrarão em funcionamento no próximo dia 22, e que permitirão ao tráfego de saída e entrada na cidade ser desviado para a Avenida Brasília, no outro lado do caminho-de-ferro, fugindo assim aos transtornos. Estes viadutos beneficiarão também de uma forma notória os acessos e saídas ao Centro Cultural de Belém durante a presidência portuguesa e fora dela, minimizando assim os transtornos em matéria de tráfego que aquele equipa-



mento provocará na sua zona envolvente.

Por isso mesmo não será de estranhar que eu afirme que deveria haver uma comparticipação por parte do Governo nos custos de investimento dos referidos viadutos, o que até ao momento não aconteceu. E estamos a falar de custos na ordem de um milhão de contos... Entretanto realce-se que o Governo fez lá uma obra daquelas sem prever a questão dos acessos (a que estes viadutos respon-

Uma leitura a fazer

«Há uma leitura a fazer de todo este trabalho», individualizou a certa altura o nosso entrevistado. «Em primeiro lugar, os enormes benefícios dele decorrentes, cujos alcances têm a dimensão da despoluição do Tejo no que a Lisboa diz respeito ou a importância da resolução de problemas crónicos como as inundações, isto referenciando apenas a actividade deste pelouro. Em segundo lugar, o apelo às populações para que compreen-

dam a necessidade destas obras - de resto feitas para seu proveito e da cidade - pedindo-lhes que colaborem e enquadrem os incómodos de momento nas vantagens do futuro. É preciso considerar que estamos a reorganizar uma cidade que padece de enormes estrangulamentos, decorrentes de uma ausência de investimento público durante anos e anos».

«Naturalmente que pedimos desculpa pelos incómodos, tal como recordamos

que estas obras eram compromissos assumidos no nosso programa eleitoral, que estamos escrupulosamente a cumprir neste mandato conferido por Lisboa».

Um mandato que meteu mãos à obra necessária sem se preocupar com a do «fogo de vista» nem, muito menos, a que faz que anda e não anda ou, pura e simplesmente, finge que existe e não existe, como o povo de Lisboa bem se lembra no seu passado recente.

O puxar do autoclismo

A cidade de Lisboa tem para cima de um milhão de habitantes e um universo de serviços que pesa outro tanto, do ponto de vista da poluição. É ao Tejo que vão parar todas as defecções da capital, até agora apenas parcialmente recicladas. Trata-se de uma descomunial agressão ao ambiente e à saúde pública, há anos e anos denunciada pelos comunistas. Pois esse problema vai ser resolvido: a partir do final deste ano qualquer lisboeta pode puxar o autoclismo ou rejeitar efluentes poluídos na certeza de que não está a contribuir para matar o rio. Talvez assim se avalie melhor a importância que estas obras em curso terão na melhoria da saúde pública e da sua significativa contribuição para o aumento da qualidade de vida das populações.

Refira-se que esta obra, depois de estar em funcionamento, colocará Lisboa a par dos países mais evoluídos em matéria de defesa do meio ambiente.

Não molhar os deputados

* Perguntarão os leitores o que têm a ver as torres das Amoreiras com as inundações na Assembleia da República. Têm, e muito, apesar de a obra faraónica de Taveira não andar propriamente a desparar enxurros na cabeça dos deputados. Acontece que as torres, mais «o erro clamoroso que foi o arranjo do Largo do Rato», no dizer do vereador Rui Godinho, impermeabilizaram de tal modo aquela bacia de recepção, que as águas das chuvas escorrem superficial e abundantemente para a Rua de S. Bento, inundando-a em níveis catastróficos. Daí a intervenção da Câmara, tendo-nos dito Rui Godinho que vai em breve escrever ao Presidente da Assembleia da República e aos Grupos Parlamentares, explicando-lhes que se irão fazer obras na rua para substituição do colector de águas pluviais, de modo a acabar com o crónico pandemónio.

Mais uma nota: os comerciantes e a população da zona também foram avisados, o que não aconteceu por arrastamento dos cuidados com a ilustre vizinhança parlamentar nem é novidade nos métodos de funcionamento da gestão da Coligação Por Lisboa onde, para os comunistas e como nos frisou Rui Godinho, o diálogo com as populações é uma maneira de estar na Câmara.

Novos Desafios! Novas Respostas! Com coerência e convicções

As profundas derrotas do socialismo na Europa de Leste a culminar com o colapso da URSS e a sua liquidação formal conduzem a uma alteração radical da situação mundial e das perspectivas da sua evolução que não podem deixar de criar inquietações, dúvidas e interrogações em todos aqueles que se empenham na luta por uma nova sociedade.

Entrámos numa nova fase histórica no final do século XX em que o imperialismo procura aproveitar as derrotas do socialismo e os reflexos profundamente negativos destas na correlação mundial de forças, para impor a sua nova, velha ordem mundial, de exploração, opressão e dependência.

Mas, contrariando os desejos dos que profeticamente vêem nestes acontecimentos a consagração eterna de um mundo de exploração e dominação, a história não acabou, o homem, com os seus problemas, características, exigências e aspirações continua, e com ele tecem-se novas e velhas contradições sociais e desenvolvem-se anseios duma marcha histórica orientada para patamares mais elevados de justiça, liberdade e desenvolvimento. Uma marcha cujo sentido as tendências de evolução actual não propiciam mas que é um apelo à intervenção confiante e determinada dos comunistas e de todos os que lutam pelo progresso social.



1 - A evolução da Europa do leste e da URSS, comprovando o fracasso de um modelo que em aspectos fundamentais se afastou do ideal comunista, em vez da necessária renovação e reestruturação da sociedade socialista, marca o caminho de uma progressiva restauração do capitalismo, que se está a traduzir em gravíssimos prejuízos para os cidadãos desses países: estão a adoptar-se modelos ditatoriais; intensifica-se o nacionalismo; promove-se a perseguição aos comunistas e a todos os que se opõem ao curso da política actual; degrada-se brutalmente o nível de vida; rompem-se sistemas de abastecimento; depauperam-se amplos sectores da população; destroem-se conquistas sociais, económicas e culturais; eleva-se assustadoramente a criminalidade; desenvolvem-se mafias do mais diverso tipo; nascem novas classes parasitárias e crescem os laços de dependência e submissão em relação ao imperialismo.

A campanha de identificação desta evolução com a melhoria dos direitos e condições de vida dos povos respectivos, com a vitória da liberdade e da democracia e com o advento duma era de paz e fraternidade, num mundo idílico está a ser dolorosamente desmentida pelos factos.

E não é só a evolução no leste que o comprova.

No mundo capitalista os problemas continuam e agravam-se: compromete-se o desenvolvimento e acentuam-se os atrasos dos países do Terceiro Mundo estrangulados pelo monstruoso mecanismo de dependência e rapina dos seus recursos que constitui a dívida externa; assiste-se em África, do Chade à África Austral, da Somália à Mauritânia, a graves conflitos em muitos países e mesmo a desagregação de alguns deles com trágicas consequências económicas e sociais; milhões de pessoas morrem de fome ou de doenças cujas curas são conhecidas há dezenas de anos; agravam-se tensões e conflitos; mantêm-se absurdas situações de comprometimento dos direitos dos povos como os da Palestina, Timor-Leste e África do Sul; manifestam-se gravíssimos problemas ambientais; desenvolvem-se tentativas de imposição da hegemonia mundial pelo imperialismo - com instrumentalização da ONU - que se

propõe determinar as soluções válidas para este ou aquele povo, as formas aceitáveis ou não aceitáveis de organização deste ou daquele país promovendo a teorização e acentuando mecanismos de intervenção e ingerência.

Nos próprios países capitalistas mais desenvolvidos as injustiças e os factores de crise são notórios: os principais benefícios do progresso técnico-científico revertem a favor de uma minoria; agravam-se as desigualdades sociais; alarga-se o desemprego; centenas de milhar de pessoas vivem nas ruas das grandes cidades por falta de abrigo; os direitos económico-sociais são atacados; cresce o racismo e a violência para com os estrangeiros e com ela a expressão política, organizativa e eleitoral da extrema direita e do neofascismo; o sistema político é cada vez mais uma máscara de democracia sob a qual se escondem os interesses do grande capital, nomeadamente do complexo militar-industrial, as sociedades secretas, o mundo do crime e do tráfico de influências e a poderosa máquina de comunicação social, instrumento de manipulação psicológica que constituem autênticos mecanismos do poder real, tudo isto com o desinteresse e alheamento de parte crescente da população.

Este quadro breve das consequências da aplicação das receitas capitalistas na Europa de leste e das profundas contradições e injustiças do capitalismo não traduz o panorama da vitória da liberdade e da democracia e da concretização de um mundo melhor - por muito que alguns proclamassem e proclamem o contrário - traduz sim retrocessos e perigos que impõem novas análises e propostas para resistir e inverter a tendência predominante da evolução actual.

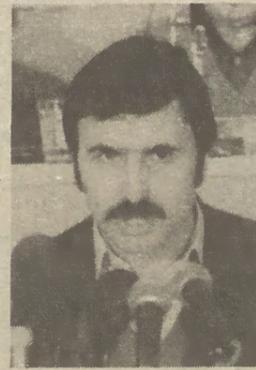


2 - Mas há quem, em torno da situação que vivemos, lance grandes campanhas de condicionamento da opinião para intimidar, desmobilizar, desprestigiar e isolar as forças políticas mais activas e consequentes. Há aqueles que a partir da evolução da Europa de Leste fazem campanha sobre campanha insistindo e matraqueando que o ideal comunista acabou, que os partidos comunistas e a acção dos comunistas deixaram de ter sentido e procurando, uns de forma clara, outros de maneira mais disfarçada, apresentar o capitalismo como a sociedade com que nos teríamos de conformar.

Rejeitamos tais campanhas!

O ideal comunista, a luta pelo socialismo, a acção dos comunistas não surgiu a partir do momento em que em alguns países se empreendeu a construção do socialismo, antes resulta das contradições do capitalismo e da sua natureza exploradora e opressora. Sujeito a alterações resultantes da evolução económico-social, particularmente dos progressos técnico-científicos, obrigado a concessões pela luta dos trabalhadores e dos povos de cada país e pela competição com os países socialistas, o capitalismo não mudou a sua natureza e por isso também não desapareceu a necessidade de construir uma nova sociedade que o supere.

Hoje - no quadro actual do sistema capitalista, perante experiências de construção do socialismo que não resultaram e cujo insucesso cria factores de incerteza e dúvida aproveitados pelos arautos da exploração capitalista -, se é verdadeiro que as condições de resistência e luta pelo progresso social são mais difíceis, é essencial ter presente que o mundo mais injusto e mais incerto em que vivemos, as consequências da adopção de soluções capitalistas na Europa de leste e na URSS, a dependência dos povos e das nações, as pretensões hegemónicas do imperialismo, e a manifesta incapacidade do capitalismo para dar resposta às



FRANCISCO LOPES
Membro do Secretariado
do CC

«O homem, com os seus problemas, características, exigências e aspirações, continua, e com ele tecem-se novas e velhas contradições sociais e desenvolvem-se anseios duma marcha histórica orientada para patamares mais elevados de justiça, liberdade e desenvolvimento.»

necessidades do homem, colocam com nova força a importância e o papel dos partidos comunistas, da cooperação entre as forças revolucionárias e da solidariedade internacional e dá renovada actualidade e dimensão humana ao ideal comunista. Um ideal necessariamente enriquecido pela experiência e pela vida, mas sempre o ideal do fim da exploração do homem pelo homem, do progresso, da igualdade, da solidariedade, da paz, do respeito pelas identidades culturais, pelos direitos dos povos e das nações, o ideal necessário no limiar dum novo século para a transformação da sociedade, no sentido de aproveitar as extraordinárias potencialidades da época em que vivemos ao serviço da satisfação das necessidades, do bem-estar e da felicidade humanos.

3 - Certamente que a situação actual coloca a necessidade de reflectir sobre os acontecimentos, as suas causas e consequências e de dar muitas novas respostas para actualizar permanentemente o nosso projecto, precisar os nossos objectivos, melhorar a eficácia da nossa intervenção como força revolucionária, como Partido Comunista Português, mas não para o descaracterizar, para mudar as nossas mais profundas convicções ou para aceitar as receitas do baixar de braços ou da rendição ao capitalismo.

Esta postura é verdadeiramente decisiva nos dias que correm para travar com êxito as batalhas políticas por mais liberdade, mais democracia e mais justiça social e para encontrar o caminho necessário para a transformação da sociedade.

OPCP, com as suas responsabilidades nacionais e internacionais, tem neste quadro a importante tarefa, já apontada na reunião do CC de Dezembro, de ao mesmo tempo que toma a iniciativa política e actua na dinamização dos movimentos e das lutas de massas contra a política cavaquista e na defesa dos seus interesses e aspirações dar o contributo indispensável para a avaliação do mundo de hoje: do sistema capitalista; do socialismo, seus êxitos e insucessos; da situação nacional; da reavaliação e enriquecimento da teoria à luz da experiência e das novas realidades; da situação e reforço do Partido. Um contributo que a partir dessa avaliação perspective a alternativa democrática à política cavaquista e um projecto atraente e mobilizador de acção revolucionária nesta nova fase da história.

Um enorme e empolgante desafio é assim colocado a todos os membros do Partido - dar o seu contributo para o acerto destas avaliações e perspectivas na grande oportunidade que constitui a preparação do XIV Congresso do PCP.



Fortalecer a Organização (II)

1. Vimos na semana passada que, nas condições actuais, a importância da organização ganha ainda maior relevo e que, apesar das dificuldades existentes, o reforço da organização é indispensável e é possível.

De acordo com uma resolução do Comité Central, realizar-se-ão muito diversas reuniões para debater os problemas organizativos, de 15 de Fevereiro a 15 de Março.

A propósito dos temas a tratar nessas reuniões lembrou-se que cada organização é um caso em si e que é muito importante perceber quais as questões que em cada organização são as prioritárias, quais aquelas que, resolvidas, melhor permitem ajudar a vencer as suas próprias debilidades e deficiências.

Finalmente, para o tratamento dos temas possíveis apresentaram-se quatro áreas:

- a direcção, a estrutura e o funcionamento da organização

- o enquadramento, a participação e a responsabilização dos membros do Partido.

- a ligação às massas por parte da organização e o seu desenvolvimento

- a propaganda e os fundos.

Tratar-se-á neste artigo de algumas das questões que se colocam na primeira área.

2. A direcção de uma dada organização desempenha sempre um papel de grande importância. Cabe, naturalmente, a qualquer direcção um conhecimento aprofundado da organização que dirige e do meio em que esta actua, um cuidado constante com o funcionamento de toda a estrutura organizativa e a sua dinamização e uma preocupação contínua com a ligação da organização às massas, com a elevação da sua influência e com o seu desenvolvimento.

Além disso, a direcção de qualquer organização deve dar o exemplo de dedicação, de comportamento, de atenção para com os outros, de modéstia.

A direcção deve ser eleita na Assembleia da respectiva organização e há que mobilizar todos os membros do Partido para uma escolha responsável e criteriosa.

Tudo isto significa que é necessário conhecer as características da direcção existente e a sua evolução, o trabalho que realiza e a forma como o faz e a aceitação que ela tem entre os membros da organização.

Tendo sempre presente que não há direcções ideais, isto é, que uma direcção não pode deixar de ser um colectivo que é parte do conjunto dos membros duma dada organização, tais como eles são, é necessário conhecer quais as debilidades e deficiências mais notórias na sua composição e na sua actuação para daí chegar à superação dessas debilidades e deficiências.

3. A Assembleia de qualquer organização é o seu órgão supremo. A sua convocação regular faz parte da existência da organização e contribui normalmente para elevar o nível do trabalho de direcção.

A Assembleia de uma organização - onde se faz um balanço ao trabalho realizado, onde se estabelecem pelo menos algumas linhas de actuação para o futuro e onde se elege a nova direcção - deve ser um momento de análise crítica e autocrítica, um marco positivo para uma nova etapa na vida da organização.

Por isso há que regularizar a convocação das Assembleias e há que aproveitar a sua realização para mobilizar os membros do Partido e melhorar a sua ligação e a sua disponibilidade e para elevar a coesão, a solidariedade e a actuação de toda a organização. É necessário contrariar as teses que, a pretexto de uma preparação exigente e ideal, acabam por inviabilizar a convocação regular das Assembleias.

4. A estrutura de uma organização é o conjunto das «traves» que a acompanham e a suportam, é formada pelos organismos existentes e as suas relações mútuas e hierárquicas, organismos que reúnem, discutem os problemas e dirigem, na respectiva esfera de acção, os militantes que estão organizados. Quanto mais capazes são estes organismos mais forte e influente é a estrutura orgânica, o conjunto da organização.

A estrutura tem por fim organizar o melhor possível os membros do Partido possibilitando a sua participação efectiva onde mais capazmente possam contribuir para a actividade partidária.

A estrutura tem de ter presente, antes de mais, as condições objectivas da área onde actua.

Em segundo lugar, ela deve ter em conta a preocupação da ligação da organização às massas onde elas trabalham, onde vivem, onde convivem, onde actuam. De acordo com



BLANQUI TEIXEIRA
Membro
do Secretariado
do CC

os Estatutos do Partido, há que prestar grande atenção às células de empresa, em particular de grandes empresas ou outros locais de trabalho. A repressão existente nas empresas não é razão para cruzar os braços, é razão para a ter em conta e para que a luta que os trabalhadores travam também a contestem e façam recuar.

Em terceiro lugar, a estrutura tem de responder a decisões de diversos organismos dirigentes, a iniciativas que são resolvidas e à preocupação constante de elevar a influência e a actividade partidárias.

Em quarto lugar, a estrutura é condicionada pela organização que na verdade existe, pelos membros do Partido que a constituem, tendo em conta os seus locais de trabalho e de residência, a sua actividade e influência, as suas experiências, as suas características.

Isto quer dizer que é natural considerar se a estrutura criada é a que melhor corresponde aos objectivos da organização e, se não for, é necessário tomar as medidas convenientes para a modificar, para a melhorar. Aliás, a estrutura duma dada organização está constantemente a adaptar-se às mudanças nas condições objectivas que a envolvem e nas condições subjectivas que a caracterizam.

5. O funcionamento da organização do nosso Partido assenta muito na realização regular de reuniões dos organismos existentes, onde se debatem as questões mais diversas mas onde se procura, particularmente nos temas mais concretos, chegar a conclusões, definindo tarefas e quem as cumpre e levando a cabo o controlo desse cumprimento.

Deve haver a preocupação de melhorar a preparação das reuniões e a sua operacionalidade e elevar o nível de trabalho dos organismos. Dado o papel principal que os organismos têm na estrutura orgânica desde os mais responsáveis a todos os outros, a qualidade das suas reuniões e do seu trabalho tem uma influência muito grande no funcionamento orgânico e em todos os aspectos da actividade da organização.

Fazem-se também muitas outras reuniões, como sejam os plenários de organização, reuniões ad hoc, assembleias e outras.

Há que procurar constantemente defender e aperfeiçoar o trabalho colectivo, estimular a vida própria de todos os organismos na sua esfera de acção, incentivar a participação dos membros do Partido, facilitar a que as suas opiniões sejam expostas e ouvidas com atenção, fortalecer um comportamento de grande respeito mútuo e uma vivência amplamente democrática.

Quer isto dizer que, ao analisar as questões relacionadas com o funcionamento do Partido, é importante conhecer o tipo e o objectivo das reuniões que se fazem, o controlo de execução das tarefas que se pratica, o estímulo que é dado à iniciativa dos organismos de nível inferior, a atenção que se presta às opiniões, sugestões e críticas que os militantes apresentam, o ambiente geral que se vive.

6. Como resultado desta súpula dos problemas mais importantes que em geral aparecem nesta área, podem apresentar-se, sob a forma de perguntas, algumas questões:

- A composição da direcção está adequada à organização que dirige? Quais as características principais da sua actuação e como melhorá-las?

- Tem a direcção sido eleita regularmente pela Assembleia da respectiva organização? Que obstáculos se têm levantado à sua regularidade e eficácia e como vencê-los?

- Como melhorar e reforçar a composição e o relacionamento mútuo dos organismos existentes?

- A estrutura existente corresponde aos principais objectivos da organização? Que medidas para a tornar mais eficaz?

- Qual o funcionamento e influência das células de empresa? Como reforçar o trabalho do Partido nos locais de trabalho?

- As reuniões dos diversos organismos respondem às necessidades do trabalho e às aspirações dos seus membros? Como elevar o seu nível?

- Que outras medidas tomar para reforçar o trabalho de direcção, a estrutura e o funcionamento da organização?

- Como melhorar o ambiente na organização?

Estas e outras questões devem estar sempre presentes no debate que não se deverá ficar pelas dificuldades e deficiências existentes mas procurar as respostas mais eficazes para as ultrapassar.



Europa, querida Europa

A coisa já estava a adivinhar-se desde os últimos dias de 1991. Num dos derradeiros **Telejornais** do ano, **Artur Albarran** confidenciava-nos, olhando displicente para o computador que ornamenta a mesa de *pivot* do **Telejornal**, pormenores exaustivos da agenda europeia do ministro dos Negócios Estrangeiros, **João de Deus Pinheiro**, para os próximos dias.

O sinal estava dado: a RTP, seguidora fiel dos passos do Governo e dos seus ministros, preparava-se também para, logo no começo de 1992, ocupar, a propósito e despropósito, os seus serviços noticiosos com a Presidência das Comunidades por parte de Portugal.

E se as coisas foram o que foram nos primeiros dias do novo ano, como serão elas nos seis meses que durar este «verdadeiro desafio à capacidade de liderança portuguesa»?

Porque, caro leitor, é nestes precisos termos que as coisas são apresentadas na RTP. Nem mais, nem menos! Num assomo de provincianismo novo-rico e grandiloquente, a RTP transferiu-se, de armas e bagagens, para o Centro Cultural de Belém e, sem olhar a despesas, daí transmitiu em directo os três primeiros **Telejornais** do ano! Sem que rigorosamente nada, lá, se passasse, pois as primeiras actividades da Presidência portuguesa e dos seus parceiros dos doze decorrerão naquele centro, como se sabe, apenas em Fevereiro. Mas havia que encher os corações dos telespectadores portugueses com o calor do «orgulho nacional» no novo ano que começava, «um ano generoso e solidário para todos» como diria, comovente, Artur Albarran, ao despedir-se, no final do primeiro **Telejornal** de 92...

Já se percebeu: esta vai ser a factura prioritária que a RTP vai apresentar a Cavaco Silva e ao seu Governo. Segundo a imprensa, os «milhões» já vêm a caminho.

A prova viria logo no dia seguinte (2.01.92) com a apresentação de um programa de informação especial intitulado «**Europa, querida Europa**». Um programa que significou, valha à verdade dizer-se, um considerável investimento de trabalho (o que vai sendo raro na casa), com um tratamento jornalístico verdadeiramente televisivo e não burocrático na montagem do material expressamente produzido e de arquivo e no tratamento audiovisual das

peças que o compunham, um diagnóstico dos vários assuntos candentes que preocupam as estruturas centrais da CEE (e se reflectirão na agenda da Presidência portuguesa) e uma certa agilidade no aproveitamento dos meios e dos temas para a construção de um programa, não inocente mas tecnicamente «limpo», através do qual, talvez pela primeira vez, muitos portugueses terão tomado conhecimento dos vários órgãos em que se subdividem aquelas estruturas e das questões polémicas e contraditórias cuja resolução, num sentido ou noutro, tem inteiramente a ver com as suas próprias vidas.

Mas o que de positivo houve, do ponto de vista formal, foi completamente subjogado, quanto ao conteúdo, pela reprodução sistemática e seguidista das posições oficiais do Governo ou das personalidades e individualidades que, no passado ou no presente, estiveram ou estão ligadas ao processo de adesão ou aos postos-chave da estrutura comunitária (em particular, dos «eurocratas»).

As organizações de trabalhadores, as associações profissionais liberais, os sindicatos, os parceiros sociais, os partidos políticos (quer tenham uma posição convergente ou diversa sobre estas questões) estiveram significativamente ausentes do programa.

À imagem e semelhança da postura arrogante de Cavaco Silva, que multiplica os apelos à convergência de todos os órgãos de soberania e de todas as forças políticas para unirem os seus esforços nesta «grande tarefa nacional» (confrontando-os depois com a total ausência de diálogo e de informação prévia e com uma estratégia política de «factos consumados»), também a RTP, neste programa, pintou as Comunidades exclusivamente com as cores azuis da sua bandeira, esquecendo-se que a governamentalização e partidarização das questões da CEE em nada contribuem para o prestígio da Presidência portuguesa.

A verdadeira crise

Outra tónica que se acentua nos primeiros **Telejornais** deste ano é a cobertura meteórica que é feita dos trabalhos da **Assembleia da República**, em consonância, aliás, com a estratégia do partido do Governo ao pretender diminuir o

número de sessões plenárias daquele órgão de soberania transferindo a discussão e o debate das grandes questões nacionais para o resguardo das Comissões Parlamentares, com ritmos de funcionamento e processos de tomada de decisão afastados dos ouvidos das galerias e dos microfones e câmaras da comunicação social - logo, dificilmente controláveis pela opinião pública.

Assim se pretende dar a ideia, por um lado, de que a actividade política se resume à actividade governativa e de que, por outro lado, «falta uma oposição forte ao governo», como insinuava (qual verdade inquestionável) o deputado do PSD **Carlos Coelho** na sua participação com o deputado **José Lello** (PS) no **Jornal de Sábado** (4.01.92) em que, após o «**Resumo do Ano Nacional**», ambos foram questionados sobre as perspectivas para o ano de 1992. Curioso o desplante do deputado da maioria expresso num programa para o qual, mais uma vez por sinal, o PCP não foi convidado!

Aliás, os partidos da oposição só quase exclusivamente são referidos nos programas de informação da RTP quando, esquecendo-se a sua actividade política regular, se trata de focar as suas rentáveis «crises internas» e, mesmo assim, tomando descarado partido!

Foi assim que, a propósito de uma reunião de «ex-militantes» do PCP (durante quanto tempo mais, continuarão a chamar-lhes, textualmente, assim?) o **Jornal de Domingo** (5.01.92) ouviu largamente um estranhamente titubeante **Pina Moura** para, no dia seguinte, desta vez o **Telejornal** se deslocar com **Cândido de Azevedo** ao recato do seu lar para de novo o ouvir em mais uma tirada sobre «a crise de referências na esquerda portuguesa». Será porque esta postura de verdadeira crise fica bem à conjuntura e vem mesmo a calhar ao Poder ou porque, da primeira vez, a coisa saiu insegura e mal amanhada?

E em que momento do «alinhamento» colocou o **Telejornal** essa oportuna entrevista? A seguir às declarações de **Carlos Carvalhas**, à saída da reunião de uma delegação do PCP com Cavaco Silva, em S. Bento! Não se estava mesmo a ver?

«Promoção publicitária» vs divulgação cultural

Ao contrário das principais estações de televisão europeias, a RTP não tem, na sua «grelha de programação», um grande programa cultural. A solução encontrada pelos responsáveis da televisão portuguesa - criação de pequenos magazines especializados em domínios específicos da cultura e das artes, como os dedicados ao cinema, ao teatro, às artes plásticas, à música - sendo plausível e indispensável, não pode substituir-se à existência de um espaço de programação alargado e pluridisciplinar onde se faça a divulgação sistemática e a recensão crítica das actividades culturais em todo o país e onde se discuta e se debata a problemática cultural e artística a nível nacional e internacional.

As simples referências à actividade editorial no campo das letras ou a exposições de artes plásticas, dispersas por serviços noticiosos, dando aparentemente um tom de «preocupações culturais» extensivas a esses serviços - o que não seria criticável -, não só entram em frequente e delicada contradição com a própria vocação e formato dos programas em que são inseridas, como se arriscam, por isso mesmo, a sofrer de uma eventual superficialidade de análise ou a reforçar a inerente subjectividade dos critérios de escolha - o que nada tem a ver, sublinhe-se, com a idoneidade dos especialistas.

Daqui não viria grande mal ao mundo se, entretanto, não ocorressem na RTP outras iniciativas nesta matéria flagrantemente contrárias ao seu carácter de serviço público - o que assume importância redobrada no momento em que se discute o novo estatuto para a empresa que a «maioria absoluta» do PSD pretende impor.

Já aqui anteriormente abordámos, de passagem, o problema. Mas torna-se, pelos vistos, necessário voltar a ele para referir uma prática porventura bem intencionada mas que resulta inadmissível e por vezes roça o escândalo. Trata-se das referências à exibição cinematográfica ou à edição discográfica feitas com carácter sistemático no «**24 HORAS**».

Quer em termos formais (pelo tipo de suportes de imagem e de som utilizados) quer em termos de conteúdo



EM FOCO



Nascimento e morte de uma TV privada

Pelo seu interesse paradigmático — já que a TV privada nos bate pela porta, com quase toda a gente a dar uma forcinha à constituição de canais privados entregues a grandes grupos económicos — traduzimos aqui uma breve história do canal de televisão **La Cinq**, desde o anúncio da iniciativa à hora da falência, que o **Humanité**, de 1 de Janeiro, publicou, salientando logo de entrada que **La Cinq**, nascida da vontade do poder socialista e colocada por este nas mãos da alta finança, nunca assumiu os objectivos de que o Chefe do Estado é o garante...

31 de Julho, 1985 — O Conselho de Ministros decide, sob proposta de Laurent Fabius, primeiro-ministro, e de Georges Filloud, ministro da Comunicação, abrir o espaço audiovisual francês à iniciativa privada.

15 de Novembro — Ao cair da noite, os deputados socialistas, que dispõem da maioria absoluta, adoptam a «Emenda Torre Eiffel» que deu entrada «urgente» por iniciativa do Governo. A TDF (televisão de França) tem a partir de agora o direito de instalar um emissor sobre os «edifícios públicos e privados». O objectivo era rodear o obstáculo que o Maire de Paris representava.

19 de Novembro — O governo acorda a concessão do canal 5, o primeiro privado e gratuito, ao tandem Berlusconi-Seydoux, associação do magnata do audiovisual italiano e do presidente do grupo Chargeurs Reunis. Sem que nenhuma explicação tivesse sido fornecida, a candidatura da Companhia Luxemburguesa de Teledifusão foi arredada.

21 de Novembro — François Mitterrand dá uma conferência de imprensa para responder às críticas que se elevam de todos os lados. Justifica a operação pela «necessidade de se não deixar ultrapassar pelo progresso». E declama: «Se nada tivesse sido previsto, um dia cairia sobre a cabeça dos produtores, dos realizadores, dos criadores, dos artistas, uma espécie de avalanche que os iria submergir: a massa dos programas concebidos lá fora. Seria nesse momento, acreditem-me, que não haveria senão programas americanos, ou baixas séries japonesas (...) É uma opção europeia e nela se encontra a linha de defesa contra a invasão do exterior».

20 de Fevereiro, 1986 — **La Cinq** arranca com a difusão dos programas.

Dezembro — O governo chefiado por Jacques Chirac e presidido por François Mitterrand, privatiza a TF1, primeiro canal público de televisão. Logo nas primeiras semanas começa a guerra das stars.

20 de Fevereiro, 1987 — A concessão acordada a Berlusconi e a Seydoux é rescindida por decreto. Vinte dias mais tarde, a Comissão Nacional da Comuni-

cação e das Liberdades coloca o duo Hersant-Berlusconi aos comandos de **La Cinq**.

Outono, 1988 — Catherine Tasca, ministra delegada para a Comunicação no governo de Rocard, declara: «Há demasiados canais generalistas em França».

10 de Fevereiro, 1989 — **La Cinq** apanha uma multa de 12 milhões de francos por desrespeito pelas quotas de difusão de obras francesas e comunitárias em 1988. Nova multa de 60 milhões em Julho. Nova sanção de 40 milhões em Dezembro por insuficiência de produção, e de 5 milhões por difusão de programas violentos.

12 de Setembro — Após o anúncio, em Julho, de um défice de 795 milhões de francos, os accionistas procedem a um aumento de capital de **La Cinq** (300 milhões) e começa a batalha entre Hersant e Berlusconi pelo controlo do canal.

28 de Maio, 1990 — O grupo Hachette toma 22% do capital de **La Cinq**, após a retirada de Seydoux, aliado de Berlusconi e do diário «Les Echos». Vice-presidente da Hachette, Yves Sabouret torna-se director-geral de **La Cinq**, em 19 de Julho, antes de substituir Hersant na presidência, em 24 de Outubro. Entretanto, a CSA autoriza a Hachette a tomar 25% do capital, aumentado de novo, e a tornar-se «operador».

10 de Junho, 1991 — Informações sobre o estado financeiro de **La Cinq** provocam uma queda de 4% nas acções da Hachette, durante o dia. Jean-Luc Lagardère desmente.

12 de Novembro — Apesar de sucessivos aumentos de capital, o défice aprofunda-se, ronda os 500 milhões de francos no primeiro semestre.

6 de Dezembro — A direcção dá a conhecer à CSA que estão a ser encarados despedimentos e anuncia uma grelha «baixa» de programação. Os trabalhadores criam um comité de defesa.

17 de Dezembro — Anúncio do plano de «sobrevivência» — 576 postos de trabalho suprimidos. O défice acumulado atinge os 3 mil milhões, desde 1987, dos quais 1,1 mil milhões só para o ano em curso.

23-27 de Dezembro — Os accionistas aprovam o plano social; Berlusconi abstém-se, Hersant não está presente. A Hachette recusa-se a empenhar-se sozinha no financiamento do prosseguimento das actividades. A CSA constata que os outros accionistas «não encaram participar numa recapitalização da empresa».

30 de Dezembro — Michel Charasse, ministro delegado do Orçamento, reafirma que o governo «não tem nada» com a situação de **La Cinq**, que se trata de um «negócio privado».

31 de Dezembro, 1991 — A declaração de falência é confirmada. Yves Sabouret põe em causa a atitude dos poderes públicos no que respeita ao conjunto do audiovisual francês e denuncia «as sucessivas incoerências, tanto no domínio hertziano como no domínio da transmissão por cabo».

(pelo tipo de textos que lhes servem de introdução) estas referências, localizadas na parte final do «24 HORAS», surgem com toda a aparência de referências publicitárias geralmente apoiadas por material audiovisual previamente preparado pelas multinacionais do filme e do disco: é só «desenlatar» e «por no ar»!

No caso dos filmes, são frequentemente exibidos os próprios *trailers* comerciais que passam nas salas de cinema ou os *videoclips* de suporte que as «majors», utilizando a economia de escala multimédia, produzem a partir das bandas sonoras! No caso dos discos, a escolha recai em registos magnéticos (RMs) de programas de televisão estrangeiros ou, naturalmente, nos *videoclips* de promoção!

Um serviço público de televisão não pode ser «vulnerável» a este ponto.

Que outro carácter (que não o publicitário) poderão ter expressões como estas: «já está em exibição nas salas...», «estreia na próxima sexta-feira...», «à venda nas discotecas portuguesas...»?

E que pensar de um texto que fazia referência (com antecedência de quatro meses!) aos concertos de **Lou Reed** no Coliseu de Lisboa em «5 e 6 de Abril próximo» - cujo «prato forte» seria o álbum «*Magic and Loss*» colocado «à venda em Portugal na próxima terça-feira» (!) - e que o «24 HORAS» (10.01.92) ilustrou com a passagem de um tema de outro álbum do mesmo **Lou Reed**, apresentado como «aperitivo, enquanto não chega o mês de Abril»?

A realidade é que tudo isto que se segue foi ouvido e visto, pelos espectadores-consumidores, nas edições do «24 HORAS» transmitidas desde o início do ano até à passada sexta-feira (10.01.92):

* 2.01.92 - «*A Bela Impertinente*» (Jacques Rivette) - *trailer* - 51s

* 3.01.92 - «*Pulsões Explosivas*» (W. Peterson) - *trailer* - 1m 49s

* 7.01.92 - «*Como Sobreviver a um Coração Despedaçado*» (Paul Ruven) - *trailer* - 50s

* 8.01.92 - «*Sevilla*» (novo álbum de Rocio Jurado) - *RM* - 1m 18s

* 8.01.92 - «*Let's Work Together*» (Kentucky Headhunters), tema musical do filme «*Harley Davidson e o Cowboy do Asfalto*» (Simon Wincer) - *videoclip* - 1m 17s

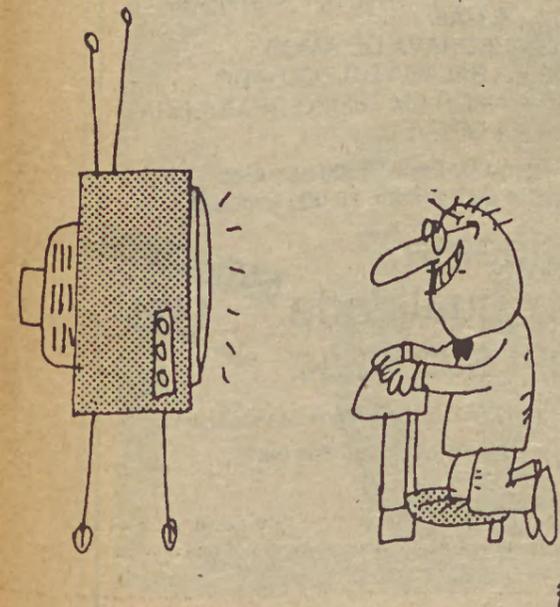
* 10.01.92 - «*Dirty Boulevard*» (Lou Reed) - *videoclip* - 1m 59s

* 10.01.92 - «*Brigada de Homicídios*» (D. Mamet) - *trailer* - 1m 55s.

Uma pergunta final: não estando naturalmente em causa a qualidade e a importância das obras de Jacques Rivette, Paul Ruven, Lou Reed ou David Mamet, quanto representam, a preços correntes das tabelas de publicidade da RTC, os 10 minutos desta «divulgação cultural» do «24 HORAS»?!

Um serviço público de televisão deve estar — iem de estar — acima de toda a suspeita.

■ Francisco Costa



PERICLI



A TV privada em França

La Cinq uma série negra

A propósito do debate na Assembleia da República da alteração ao Estatuto da RTP, o «Avante!» publicou na passada semana as intervenções dos deputados comunistas Miguel Urbano Rodrigues e António Filipe. Recordava o primeiro os maus resultados das privatizações operadas na Europa, nomeadamente na Itália e em França. E, a propósito, lembrava as declarações de Jack Lang, o ministro francês da Cultura e da Comunicação, reproduzidas em entrevistas que o «Diário de Notícias» publicara em meados de Dezembro. Declarações que Miguel Urbano Rodrigues apelidou muito justamente de autocriticas, e nas quais o ministro reconhecia que, «após cinco anos de experiência de privatizações no sector audiovisual, a França está a pagar um preço elevado por uma política que privilegiou a privatização de um património que, antes de tudo, deve ser considerado como instrumento e veículo de propaganda cultural de qualquer país».

Estas palavras antecediam de pouco a declaração de falência oficial da cadeia de televisão La Cinq, que se consumou no virar do ano. No dia 31 de Dezembro, com efeito, o conselho de administração daquele canal privado dava a machadada final no projecto que o governo francês havia lançado seis anos antes. Jack Lang, conforme lembra o deputado do PCP, contribuíra «pessoalmente para a atribuição da cadeia La Cinq aos grupos Hachette, Matra e Berlusconi». Tratara-se mais de um negócio que correu mal, do que de um «projecto de cultura» falhado. No entanto, nem toda a gente perdeu dinheiro com isso. Se os 850 trabalhadores de La Cinq vêem com apreensão o seu futuro, os grupos que agora desfazem o negócio continuam ganhando bem.

Tirar o cavalo da chuva

Aliás, a operação falência começou desde logo a dar dividendos. No final de Dezembro, ao mesmo tempo que o presidente de La Cinq dizia aos jornalistas que não sabia como continuar, depois de anunciada a retirada do grupo Hachette, Jean-Luc Lagardère, chefe desse grupo, podia já esfregar as mãos de contente. Com efeito, e segundo o Humanité de 31 de Dezembro, as acções do grupo, ao anúncio desta retirada, subiam, na Bolsa de Paris, nada menos que 7,8%. A meio dessa manhã, 27 mil títulos haviam mudado de mãos.

Era como se os accionistas achassem que finalmente a Hachette houvesse saído de um mau negócio. Esta retirada, que o grupo ameaça concretizar desde há alguns dias, nomeadamente informando os seus accionistas de que não estava disposta a «injectar» mais dinheiro em La Cinq, produziu um efeito imediato, ainda segundo o jornal do PCF, elevando de 10% o valor dos títulos do grupo.

Mas subsistiam algumas esperanças, com o próprio jornal televisivo La Cinq, ao mesmo tempo que declarava ser quase certa a falência, a avançar com a hipótese da «criação de uma sociedade de telespectadores»...

Assim se ia aproximando do fim um projecto que o

governo francês acalentou, encorajou e pôs em andamento, para depois tirar o cavalo da chuva e vir dizer que não tinha nada com isso. Efectivamente, quando em 17 de Dezembro foi anunciado um plano de reestruturação prevendo o despedimento de 576 trabalhadores — citamos o Humanité —, e a Hachette o «explicava» em razão do défice de 1112 milhões de francos em 1991, o governo afirmava que tal lhe não dizia respeito. «Trata-se de um negócio privado», declarou o ministro do Orçamento, «e não vejo por que razão os poderes públicos teriam de ser implicados»...

Preto e branco

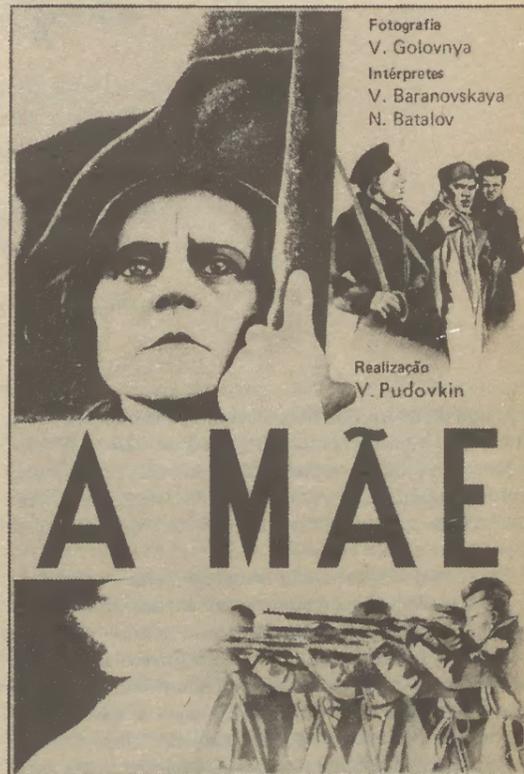
Para os 850 trabalhadores do canal, o ano começa em negro. O que vai passar-se, que futuro para o trabalho, que irão receber, como e quando, são as questões que os trabalhadores se colocam. Mas coloca-se também a necessidade de lutar para que, de uma forma ou de outra, a falência declarada no princípio do ano não seja o fim completo desta televisão que, apesar dos défices, deixou dinheiro nos bolsos dos grupos que a deixaram cair. «Seja ou não liquidada», transcrevo o Huma de 1 de Janeiro como sendo a posição dos trabalhadores, «enquanto a antena existir continuaremos a assegurar o trabalho e bater-nos-emos para que La Cinq continue, sob uma ou outra forma. E para que os trabalhadores sejam tratados correctamente, com todos os seus direitos».

Não foi essa a posição do presidente da Direcção, Sabouret, que, embora lamentando, deu o facto por consumado, após consultas com o Conselho Superior do Audiovisual (CSA) e com o presidente do Tribunal do Comércio. Afirmou que o primeiro recusou qualquer medida tendente a encerrar um futuro para La Cinq, enquanto que o segundo se preparava para nomear um administrador provisório. Nada mais quanto ao futuro, apesar de garantir os pagamentos e indemnizações devidos aos trabalhadores e ajuda para lhes encontrar... emprego.

Ainda segundo o Huma, Sabouret proferiu várias acusações contra «os políticos», metendo-os todos no mesmo saco e responsabilizando-os de «não terem compreendido os problemas de La Cinq». Estas acusações não lhe valeram a simpatia do pessoal que reagiu denunciando «a responsabilidade e os erros cometidos pela Hachette, os esbanjamentos — tais como o gasto de 80 milhões de dólares para a aquisição do catálogo Berlusconi, e ainda os 8 milhões de francos recentemente investidos na construção de um décor de estúdio para um jogo televisivo — e lembrando-lhe as facturas não pagas durante meses, de compras de cassetes, do pagamento do telefone que acabou por ser cortado e da compra de jornais»...

Conta o jornal do PCF que os trabalhadores puseram em causa a gestão de Lagardère e de Sabouret, reagindo vigorosamente às lágrimas de crocodilo que este último verteu ao anunciar o «desastre» que foi «para a televisão francesa» o encerramento de La Cinq.

É que os trabalhadores sabiam bem que, se o ano se apresenta negro para eles, as cores ficaram para Lagardère — com a alta subida das acções Hachette na Bolsa. Quanto aos lucros acumulados pelo grupo Matra, também controlados pelo mesmo senhor, somaram, entre 1987 e 1990, 1800 milhões de francos!



Fotografia
V. Golovnya
Intérpretes
V. Baranovskaya
N. Batalov

Realização
V. Pudovkin

A MÃE

Sormovo é uma povoação fabril cuja sorte dos habitantes é demasiado pesada e dependente da vontade dos donos da fábrica.

Vlasov é um velho ferreiro que bebe muito e que bate na sua submissa mulher, Nilovna. Por um copo de vodka, juntamente com um grupo de marginais e a polícia, ele ataca os trabalhadores que estão em greve, entre os quais está o seu filho Pavel. Vlasov, o filho mais velho, é morto por uma bala perdida. A polícia chega a casa dos Nilovna, para procurar as armas escondidas por Pavel. Na esperança de salvar a vida do seu filho, Nilovna mostra-lhes o esconderijo. Pavel é preso e juntamente com outros trabalhadores é condenado a trabalhos forçados.

Somente agora a velha mãe compreende o seu filho. E quando Pavel, ao fugir da prisão saltando o muro, é morto pelos soldados, Nilovna toma a bandeira das suas mãos e levanta-a bem alto. Igualmente ela é morta pelos soldados.



SÉRIE FILMES SOVIÉTICOS

- 001 - O COURAÇADO POTEMKINE
- 002 - A MÃE
- 003 - ESCRAVA DO AMOR
- 004 - A BALADA DO SOLDADO
- 005 - AMOR EM TEMPO DE GUERRA
- 006 - A GREVE

Preço Unitário: 3500 escudos
Pacote de 3 filmes: 10 000 escudos

Cinema
de qualidade
em sua casa

DESCONTO ESPECIAL
15%

Via CTT À cobrança (Zona Grande Lisboa)

Faça os seus pedidos para:

crac serviços, CRL
VIDEO cracfilmes
Apartado 90
Queluz Ocidental
2746 QUELUZ CODEX

Fundamentalismo: raízes de uma maré

Creio ser justo afirmar que o mundo árabe atravessa uma das crises mais profundas da sua História.

Nas décadas de 50, 60 e 70 o movimento nacional de libertação, que abrangeu um significativo número de países, alcançou, na luta contra o colonialismo e o imperialismo, um grande prestígio e ganhou para a sua causa as grandes massas dos povos e dos países árabes.

O povo argelino, a FLN da Argélia, congregando um leque amplo de forças políticas e individualidades, escreveram no Livro da História páginas das mais dignas e exaltantes, pagando por tal façanha mais de um milhão de mortos, mas conquistando o bem supremo por que lutaram, a independência da Argélia.

Revoluções de carácter nacionalista eclodiram na Síria, no Iraque, na Líbia e de orientação bem mais progressista no Iemen.

O exemplo de Nasser no Egipto, de enfrentamento com o colonialismo e o imperialismo, era para os povos árabes uma afirmação de dignidade de uma cultura e de uma civilização dominadas durante séculos e séculos e que tinha dado à Europa e ao Mundo muito do que hoje somos.

Por contraposição, no Golfo e na Península Arábica, os britânicos iam largando territórios depois de lá deixarem instalados cheiques, emires, sultões, com vistas ao que hoje se vê.

Sendo toda a região um centro nevrálgico no plano da sua localização (zona de confluência e de entrada para a Europa, a África e a Ásia), possuindo riquezas petrolíferas de que depende o Ocidente, ela não poderia deixar de estar na sua mira e cobiça.

Os dirigentes nacionalistas árabes tiveram o apoio dos povos para o enfrentamento com aqueles que, para eles, representavam a razão do atraso, do subdesenvolvimento em que a chamada «nação árabe» se encontrava.

De facto, depois de à entrada do Renascimento a civilização árabe ter sido dominada pelo império turco e ter jazido mais ou menos adormecida, sucedeu o levantamento nacional no pós-guerra.

A civilização árabe perdeu um dos momentos mais ricos a que correspondeu também um avanço de ideias e perspectivas democráticas e progressistas da Europa.

Renasce num contexto de luta contra o colonialismo e o imperialismo e afirma-se nesse contexto.

Mas as debilidades das classes dirigentes, a sua falta de tradições democráticas, a desconfiança das massas e das suas organizações, a cumplicidade de algumas monarquias e similares, as sucessivas conspirações do imperialismo, a força de Israel e dos seus aliados ocidentais, vão agravar todos os problemas do mundo árabe, apesar do apoio da URSS à causa árabe.

O aproveitamento do sector público em muitos países árabes para a formação de uma burguesia compradora parasitária, a corrupção, o afastamento da vida do povo e a consequente repressão para manter privilégios, a falta de democracia a todos os níveis dos partidos dirigentes, do Estado e da sociedade, permitiram às forças hostis ao pro-

gresso organizarem-se entre o povo e servirem-se das debilidades do regime para irem avançando, em muitos casos, contra o conceito de progresso.

Os fundamentalismos nascem nesse período na Arábia Saudita que os exporta para a Argélia, Síria, Iraque, Iemen, Egipto e outros países para exactamente amortecer esse ímpeto nacionalista de cariz mais ou menos anti-imperialista.

A criação dos «irmãos muçulmanos» tem as suas raízes no seio das monarquias reaccionárias do Golfo. Nessa altura, o «Ocidente» olhou para o fenómeno com certa cumplicidade pensando, quiçá, que os inimigos dos inimigos eram aliados ou amigos... e vendo ainda no fenómeno uma certa bizarria islâmica.

Apesar de a «Sharia» (lei corânica) estar em vigor na Arábia Saudita, no Paquistão (em versão moderada), no Sudão, não foram feitas campanhas contra esses países, alguns deles aliados dos EUA e da Europa na guerra do Golfo.

A enorme frustração que varre hoje o mundo árabe não pode ser desligada da opulência que determinados regimes patenteiam, em contraste com o atraso e a miséria em que vivem as massas árabes.

Nem pode ser desligada da divisão que reina entre os países, por motivos muitas vezes mesquinhos, de seita e de grupo ou de hegemonia regional.

Nem ainda das sucessivas derrotas militares face a Israel.

Nem também da incapacidade para apoiar a causa do povo palestino, mas antes de muitas vezes dela se servirem para proveitos próprios nas suas negociações inter árabes ou com os adversários e inimigos.

Nem da política de Camp David que levou Anwar al Sadat a desprezar os outros árabes e a reconciliar-se com Israel, no seguimento da política dos pequenos passos empreendida por Henry Kissinger, ex-secretário de Estado dos EUA.

Nem ainda da invasão do Kuwait pelo Iraque de Saddam Hussein, a qual veio contribuir para dividir ainda mais todo o mundo árabe, colocando em posições militares antagónicas países que sempre tinham estado lado a lado contra Israel.

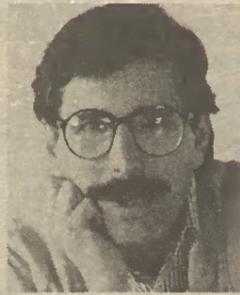
E, por último, do esmagamento do Iraque pelos EUA.

A derrota militar foi humilhante e tocou seguramente a consciência dos povos árabes que se viram combatendo uns aos outros, enquanto os EUA, chefe de fila militar do Ocidente, esmagava os seus «irmãos» iraquianos.

Escrevi, na altura, que a derrota militar do Iraque iria trazer, na psicologia colectiva das massas árabes, sentimentos de frustração profunda.

E eis agora como o fundamentalismo cresce.

O «igualitarismo» do Corão serve hoje de alimento às massas populares despojadas de grandes ideais em nome dos quais abusivamente lhes negam direitos e liberdades duramente conquistados, como no caso da Argélia, ao cabo de mais de 10 anos de luta de libertação nacional contra a França.



DOMINGOS LOPES
Membro Suplente do CC

«A criação dos «irmãos muçulmanos» tem as suas raízes no seio das monarquias reaccionárias do Golfo. Nessa altura, o «Ocidente» olhou para o fenómeno com certa cumplicidade pensando, quiçá, que os inimigos dos inimigos eram aliados ou amigos...»

A morte de Boumediene na Argélia e o deslize do país para a direita enfraqueceram os laços dos dirigentes com o povo, aceleraram o crescimento de uma burguesia parasitária, fizeram aumentar a corrupção e do Estado um elemento distante e repressivo.

A queda do valor do petróleo e das matérias-primas que a Argélia exportava, a degradação do valor de troca no plano mundial, fizeram aquele país entrar numa crise de que é expressão a actual dívida externa de 29 mil milhões de dólares que asfixia o país.

O crescimento demográfico tornou-a um dos países mais jovens do mundo - 60% da população é jovem. Mas, sem emprego, sem habitação e sem perspectivas, é presa mais fácil de quaisquer semeadores de ilusões.

A xenofobia, o racismo crescente em França e no Ocidente não deixam de pesar também na viragem para a FIS na Argélia.

Hoje o paradoxo dos paradoxos é real: em nome da democracia, a FIS usa-a para a liquidar, como anuncia, e implantar a sharia num país que é uma potência regional e de grande peso em todo o Mediterrâneo, à beira de onde nos situamos.

Estes são tempos difíceis porque o desmoronar de sonhos e ideais gera irracionalidade e apego a concepções saudosistas que o homem tem dentro de si há séculos.

Após retumbante vitória nacional contra o colonialismo francês, que anunciava grandes perspectivas que se começaram a vislumbrar, depois de privadas pela frustração dos dirigentes argelinos da sua dignidade de cidadãos, humilhadas por sucessivos fracassos árabes, marginalizadas como imigrantes pelo racismo e a xenofobia, eis que grande parte das massas árabes se vira para o «igualitarismo» islâmico consubstanciado no fundamentalismo da FIS.

Será, sem dúvida, uma maré passageira, mas que causará gravíssimos prejuízos à causa árabe, à democracia e ao progresso social.



Notas para (talvez) desenvolver

■ Sérgio Ribeiro

1. Em Dezembro de 1991, uma Comunidade de Estados (mais ou menos) membros transformou-se em União, e uma União de República (des)fez-se em Comunidade.

Melhor, ou precisando: a nova União são duas, uma Económica e Financeira e outra Política, embora só a monetária pareça ser para já, isto é, para o fim da década; a nova Comunidade não se sabe muito bem o que é, ou o que vai ser, embora se saiba que serviu para que a União deixasse de ser.

Não se trata, evidentemente, de uma mera mudança de nomes, de crises em processos de crescimento. Os novos nomes reflectem outras mudanças pois as realidades que assim se passaram a chamar sofreram, e estão a sofrer, transformações muito significativas.

As antigas Comunidade e União, agora União e Comunidade, eram referências e, como referências, estes processos em que acabaram por trocar de nome muita perturbação provocaram. Sobretudo no caso da União que era de Repúblicas e Socialistas e Soviéticas e que deixou de o ser para vir a chamar-se Comunidade, comunidade que não é, pelo menos ainda, e que dificilmente o virá a ser.

2. Numa mesa-redonda promovida pela revista Seara Nova, há algum tempo — e como o tempo mudou tanta coisa neste curto espaço de tempo... —, no meio das intervenções cruzadas, enquanto falava um companheiro dessa busca de entendimentos/desentendimentos, ganhei (para mim) um esclarecimento, que depois traduzi em réplica, ficou gravado, foi publicado, e estaria condenado a ficar sepultado naquelas páginas se não tivesse, de vez em quando, uma necessidade (muito pessoal) de o retomar. Como agora.

Falando-se já então — e ainda a procissão ia no adro! —, do desaparecimento das referências que eram os países socialistas para a esquerda, sobretudo para a esquerda organizada em partidos comunistas, e insistindo-se na orfandade que isso provocava/provocaria, reagi. Primeiro, bem cá dentro, com a recusa reflexa de estar, ou me sentir, órfão e sentindo nascer a ideia que foi tomando forma e continua a moldar-se; depois, com a argumentação em que se traduziu, e ali morreria se não resuscitasse de vez em quando.

Quis então dizer, como agora o quero (melhor... se for capaz) repetir, que há mais que um tipo de referências para um comunista, e muito mal estaria ele se só tivesse como suas referências as factuais, as do chamado socialismo real, as das experiências que em seu nome se vão fazendo, por mais importantes que sejam ou tenham sido.

Isto não pode servir para que se negue, ou para que se conclua que neguemos, que tais países fossem referências, e muito importantes, para nós, comunistas. Mais: não pode servir para negar — ou para deixar que se diga que negamos — que o continuam a ser, pelo que foram, pelo que deixaram de ser e pelo modo como o deixaram, o que não é o mesmo que fazer uma valoração ou uma profissão de fé, até porque as referências têm aspectos positivos e negativos e não são/não devem ser faróis, guias, «modo de emprego», manuais.

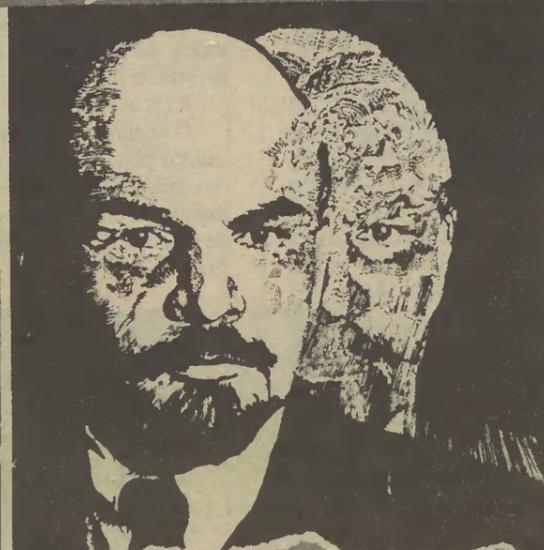
Há, sim, outras referências para nós, para a nossa luta, para a nossa vida, e elas estão interpenetradas com essas referências factuais, devendo ser capazes de contribuir para o entendimento, por vezes doloroso, do que se passou e está a passar, valorizando-se com as experiências

históricas, por mais negativos que sejam alguns dos aspectos dessas experiências.

Órfãos ficaram e ficarão os que, episodicamente comunistas ou sempre anticomunistas, confinaram as suas referências aos países socialistas, se confiaram a modelos mal conhecidos, tudo fizeram depender, para si, para o seu país, para a sociedade, dos resultados do que noutros lugares se construía/desconstruía.

Isto é, não usaram essas experiências como aquilo que efectivamente deveriam ser, umas referências entre outras e entre si se avaliando, e levaram até ao extremo o que era mais fácil e a todos tocou: fazer das referências modelo.

3. Nesta verdadeira hecatombe de referências, há uma, a de Lênine, que me parece particularmente significativa. Lênine é, ao mesmo tempo, referência factual e referência ideológica/conceptual. Por um lado, é o maior «responsável» pela Revolução de Outubro, por outro lado, a sua contribuição, no plano da luta das ideias, tem justificado que se fale do marxismo-leninismo como um corpo teórico mais ou menos coeso, e vivo porque posto em prática.



Não obstante muitos outros nomes, e sobretudo as massas populares, se deverem juntar ao nome de Lênine para a partilha dessa «responsabilidade» histórica de uma revolução socialista ter sido vitoriosa num país e, depois, de se ter criado um sistema de países socialistas, e não obstante esse corpo teórico ter «beneficiado» de sistematizações redutoras como foram as de Estaline e tenha tido prolongamentos com este e outros nomes como o de Mao, é Leninegrado que passa a São Petersburgo, é o seu túmulo que corre o risco de vir a ser atracção turística ou folclórica sabe-se lá onde, e é contra Lênine que mais se assanham os intelectuais como se traídos por ele tivessem sido e muito se explicasse pela infeliz coabitação que durante décadas ligou Marx a tal criatura.

Tudo isto choca, e provoca um sentimento de injustiça, se fosse adequado ter tais sentimentos para circunstâncias como estas.

É indiscutível a relevância histórica de Lênine, com o é a sua «responsabilidade» nos factos e a sua contribuição pelos escritos. Tendo sido deturpado o marxismo-leninismo para o divulgar de forma redutora, parece hoje

querer corrigir-se esse enorme erro arrumando a fórmula, e o que ela poderia representar, no arquivo das coisas falhadas, e por culpa do leninismo que se juntou ao marxismo. Assim a modos de quem deita fora o bebé juntamente com a água do banho, tal como na imagem que tem sido muito usada, para esta e outras ocasiões.

4. Ao recusar-se o «modelo marxista-leninista» esquece-se que é intrínseco ao marxismo-leninismo — ou deveria sê-lo — a recusa de toda a ideia de modelo ou doutrina pré-estabelecida. Aliás, Lênine foi muito claro na afirmação, ao mesmo tempo teórica e prática, de que se deviam, sempre, procurar respostas concretas para as situações concretas.

Exorcizar Marx foi preocupação que acompanhou, sempre, as lutas contra as tentativas, teóricas e práticas, de mudança real de sociedade. O que parece, agora, muito significativo é que sejam alguns consequentes lutadores por essa mudança real de sociedade, que se afirmam revolucionários — e que o serão nas intenções e nas práticas —, que pareçam os mais aguerridos nos esforços de exorcização de Lênine.

Quando, hoje, o imperialismo se mostra mais evidente, forte, agressivo, embora com expressões e aparências novas, quando a sempre necessária inclusão de mecanismos mercantis-monetários na economia global, quando a articulação das formações económicas recupera o que nunca deveria ter sido desvalorizado, como o papel e a função da iniciativa e das empresas privadas, e tudo isto deverá ter em Lênine uma referência teórica e, também, uma referência de experiência prática — NEP —, esquecer ou negar Lênine em nome de uma opção estratégica, ou de opções estratégicas que se sucedam, será esvaziar estas de referências inestimáveis. Como, aliás, o são as tentativas — de interpretação ou de acção — falhadas, mal iniciadas, não continuadas, desviadas ou perversas.

5. Neste momento (histórico), está a publicar-se muita coisa sobre o que se passa no que, para simplificar, se chama a esquerda. E a questão das referências ganha grande importância, e é sinal revelador de alguma perturbação. Dos livros que li nos últimos meses, guardei uma im-

pressão geral de que eram muito irregulares, alguns com trechos excelentes de análise e reflexão, ou até de conteúdo humano («não me sinto, francamente, expulsa de uma terra prometida nem órfã de uma doutrina tomada obsoleta...» ou «últimos mohicanos de uma história cujas páginas se fecham, estaríamos, assim, condenados a apagar-nos para nos fazermos ouvir, ou a ser ignorados se persistíssemos em querer afirmar-nos pelo que somos?», como escreve Francette Lazard, *La Révolution Inattendue*), coexistindo com outros em que, no mínimo, se traduz desorientação, procura precipitada de respostas. Ou não o será a defesa de que o que deverá fixar os traços da identidade dos comunistas são as elaborações estratégicas que se definiriam congresso a congresso?

Parece-me evidente que «os comunistas têm necessidade de não perder o fio da história das lutas de classes e do modo de pensar que as estruturou» (mesma autora) e, nessa vital necessidade, ao mesmo tempo que se denuncia o modo como «o exorcismo de toda a perspectiva de mudança de sociedade...» não se pode cair no erro de exorcizar Lênine por razões estratégicas.

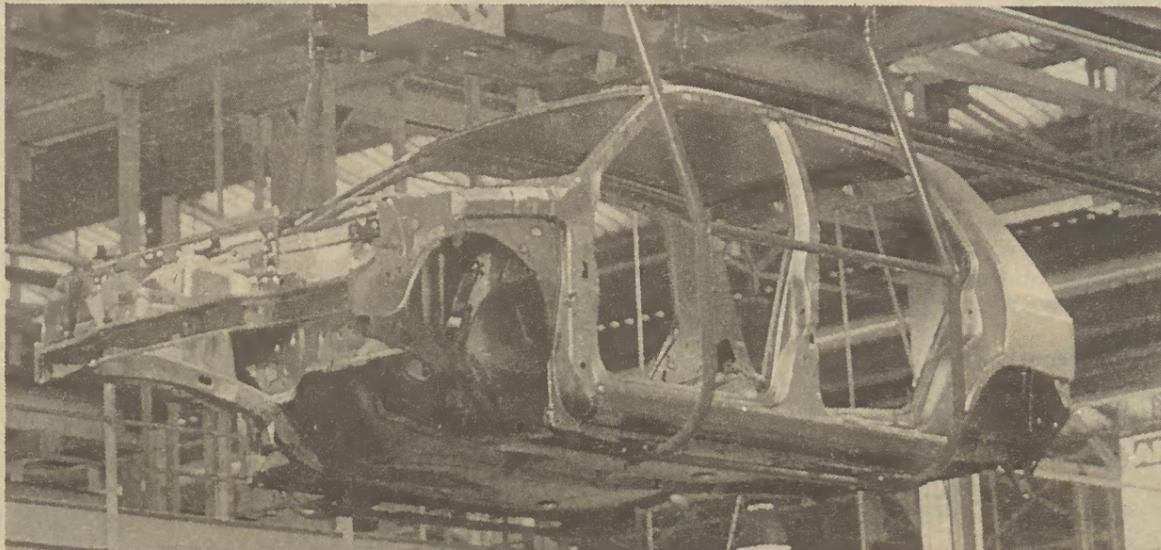
Em 1992 a Alemanha dominará metade do investimento estrangeiro nos países do Leste europeu

A Alemanha aprofunda cada vez mais o fosso que a separa dos outros países - incluindo os Estados Unidos e o Japão - na conquista do Leste. No conjunto das exportações industriais para os países da Europa central a Alemanha detinha em 1988 uma quota de 21%, contra 17% em 1985; em 1990 esta quota atinge entre 30 e 40%, nomeadamente no referente aos países mais próximos, mas atinge igualmente crescimentos assinaláveis em relação à URSS.

O desequilíbrio entre a Alemanha e, por exemplo, a França, acentua-se fortemente mesmo em mercados onde os franceses realizavam de algum tempo grandes esforços de penetração. Um dos casos mais evidentes é a «ultrapassagem» já este mês da Regie Renault pela Mercedes Benz na constituição de uma empresa conjunta com a fábrica de veículos pesados checa Avia, facto tanto mais significativo quanto a Avia e Renault tinham acordos desde 1968. Desde esse ano eram fabricados na Avia, nos arredores de Praga, camiões Renault-Saviem, essencialmente destinados à exportação para a antiga URSS e para África.

A Renault perdera já igualmente a corrida para a compra das fábricas dos automóveis Skoda, realizada pela Volkswagen, enquanto o gigante alemão da electrónica-Siemens adquiria a maioria das instalações da Skoda para fabrico de locomotivas eléctricas. E a realidade é que hoje 19% das importações da Checoslováquia provêm da Alemanha, enquanto apenas 2,2% de França.

Mas, como sublinha Maryse Lelarge no «L'Humanité», as trocas comerciais não são o único elemento que revelam a dimensão da penetração alemã: até Março de 1991, por exemplo, o capital alemão captou 40% dos 3000 acordos de associação estabelecidos entre empresas polacas e ocidentais, e 50% de idênticos acordos com empresas checoslovacas. Isto sem entrar em linha de conta com a quota assumida por filiais e associadas de empresas alemãs, nomeadamente austríacas.



E, se se tiverem em conta os projectos e contratos já estabelecidos para 1992, no final deste ano os investimentos directos alemães na indústria e serviços da Europa central terão passado dos 28,5% de 1991 para 52,8%.

Longe de contribuir para a recuperação económica e social, sublinha ainda Maryse Lelarge, a penetração alemã tem agravado brutalmente as desigualdades, na medida em que um dos essenciais objectivos procurados é a obtenção de mão-de-obra barata. As economias dos ex-países socialistas encontram-se em situação de fragilidade, fruto do desmantelamento das estruturas económicas anteriores e da submissão impiedosa à ofensiva de privatizações, com custos que as quebras de produção industrial traduzem com clareza: de 1989 para 1990, -16% na Bulgária, -20% na Roménia, -25% na Polónia.

Esta crise conduziu a um brutal aumento de desempre-

go com reflexos imediatos em baixos salários, considerando que, pelas diferenças de regalias sociais existentes e de toda a estrutura, os salários médios eram já mais baixos do que os praticados na Alemanha. Com a anexação da ex-RDA, o capital alemão assegurou desde logo um exército de mão-de-obra em que os salários são 50 a 60% inferiores aos praticados nos territórios da ex-RFA, mas a penetração na Checoslováquia pode permitir diferenças ainda superiores. O que, paralelamente, exerce um efeito de contenção no mundo do trabalho da ex-RFA, com particular incidência no trabalho emigrante.

No «Monde Diplomatique», Laurent Carroué afirmava recentemente que a Alemanha «já dominante na CEE, vê abrir-se diante de si um espaço fragilizado sobre o qual parece poder estender a sua influência sem encontrar de momento quaisquer resistências».

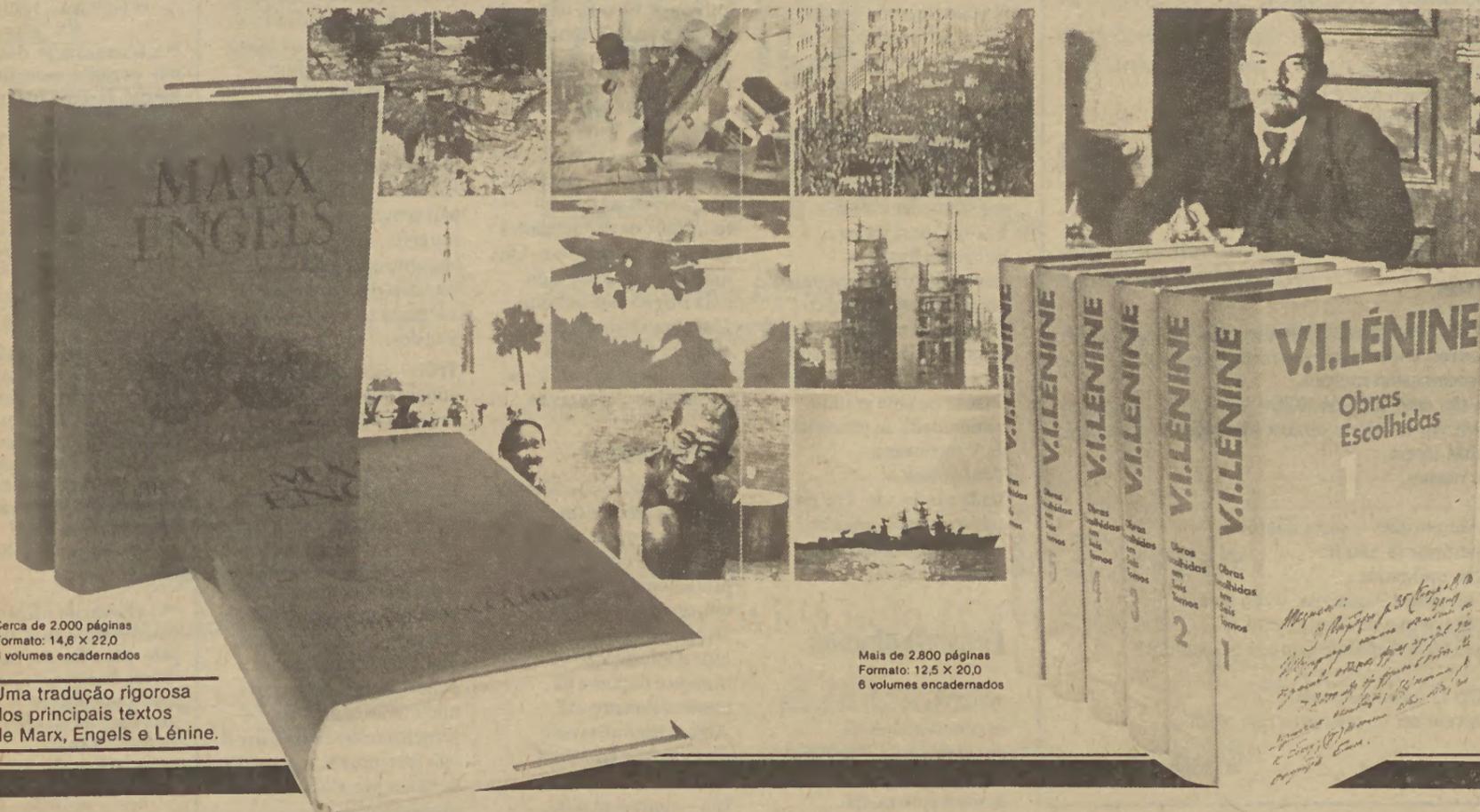
Os clássicos do marxismo-leninismo

As obras fundamentais de Marx e Engels que nos facultam a chave da compreensão da sociedade e da natureza para transformar o mundo.

Obras Escolhidas de Marx-Engels em 3 tomos

Esta edição das Obras Escolhidas de V. I. Lênine permite ao leitor formar uma ideia do leninismo como teoria integral e harmoniosa da época contemporânea.

Obras Escolhidas de V. I. Lênine em 6 tomos



Cerca de 2.000 páginas
Formato: 14,8 X 22,0
3 volumes encadernados

Uma tradução rigorosa dos principais textos de Marx, Engels e Lênine.

Mais de 2.800 páginas
Formato: 12,5 X 20,0
6 volumes encadernados

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Ocasião

João de Deus altaneiro
come Europa com toucinho.
Dizem uns que ele é Pinheiro
eu acho que ele é de pinho.

O seu sonho era jogar
o golfe, e jogá-lo bem.
Pode agora aproveitar.
Doze buracos já tem...

Quase KO

Em tempos de crise brava
evangélico, o Japão
disse ao Bush que o ajudava
apenas por compaixão...

A América engole a afronta
no «ring» com os novos reis
enquanto o samurai conta
um, dois, três, quatro, cinco, seis...

Retrato

Tareco ossudo e reles de voz grossa.
Ratinho da pequena ocasião.
Cameloideu com aluguer de bossa.
Pode alguém ter mãos limpas. Ele, não.

Desbragado espantinho a arder na fossa.
Beijo de enxofre a quem lhe estende a mão.
Capaz só de em mulher dar uma coça.
Terão outros, amigos. Ele, não.

Alvar, larvar e sempre um ar de arrote.
Quis um dia ser rio, hoje é esgoto
a ardêr no lamacento frenesim.

Tributário senil do Rei Cifrão.
Outros vivam de sonhos — ele, não.
E muitos não rastejam — ele, sim.

«Análise»

Cavaco não é liberal
nem é exclusivamente de direita
(diz um novo endireita
da esquerda nacional).

Em Setúbal, por acaso,
segundo informações
já os salários em atraso
são mais de dois milhões...

E os delegados sindicais
perseguidos
ofendidos
despedidos?
Ora nem mais.
Prova-se, desta feita
que Cavaco não é certamente
exclusivamente
de direita...

Pelo menos, segundo o truque
do democrata «new look»...

Pois

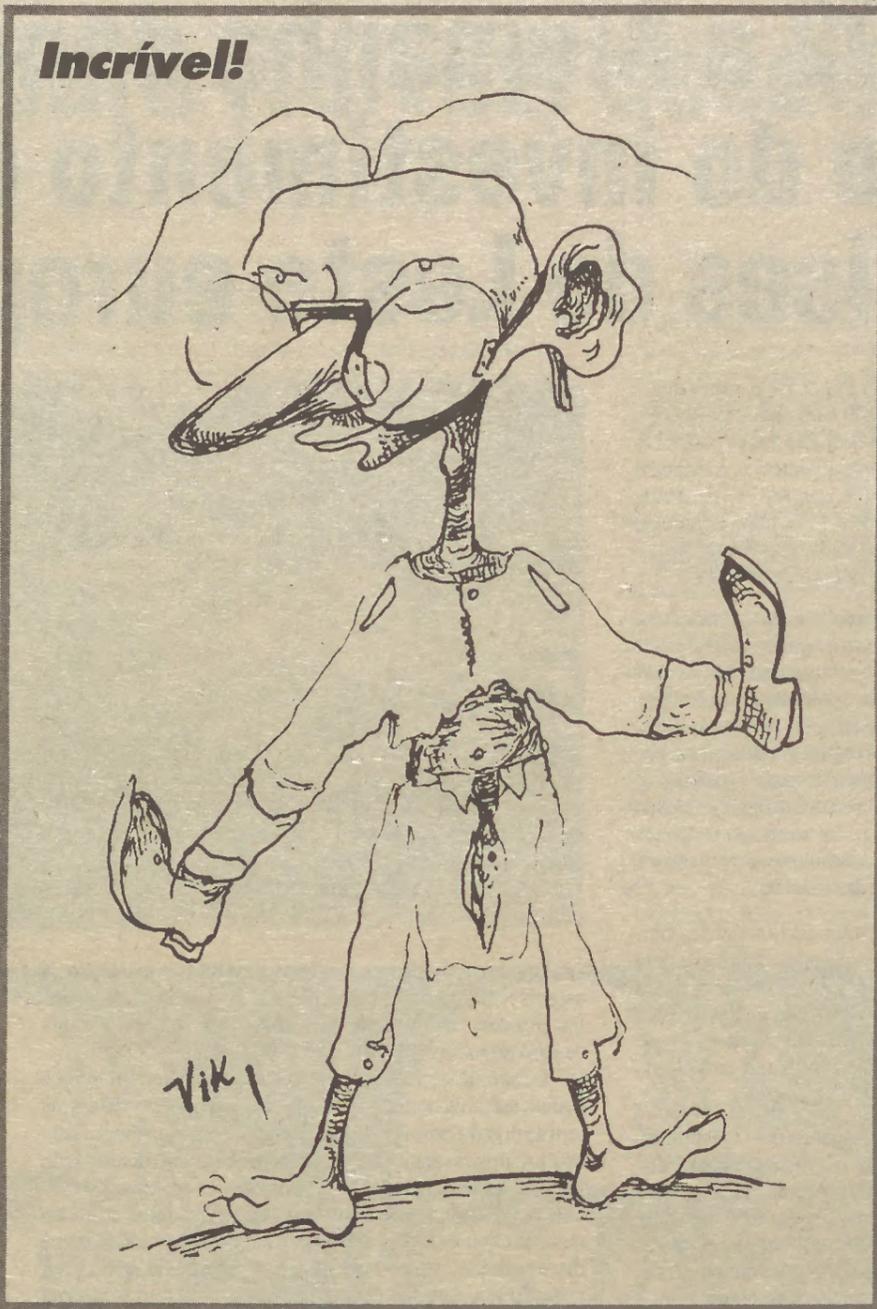
O ideólogo falou. E disse:
morreu a ideologia
o comunismo morreu.
Ia tão embalado na tolice
nem viu como ele obrava ideologia.
Aliás teoria
de museu.

«Até porque — dizia doutoral —
operários já não há
nem oprimidos.»
Tem graça! Nesse dia, o seu jornal
contava que no Norte, para já,
operários trinta mil iam ser despedidos!

Não te incomodes, pá.
Devem ser os operários que não há...

■ IGNOTUS SUM

Incrível!

Um novo
geoestratego

O deputado, do PS, Eurico de Figueiredo regressou à Assembleia da República, depois de uma ausência profissional de vários anos. Mas não regressou apenas. Regressou transfigurado por razões geo-estratégicas, que o levaram a aderir de imediato à Comissão de Defesa da Assembleia, num íntimo convencimento de estar fadado para outros voos.

Há dias debutou neste novo visual psicológico. Como convém a um geoestratego com rabos de esquerda, lá produziu uma ardente profissão de fé anticomunista, depois discreto sobre as comunidades e a nova Europa, para numa girândola final nos desvendar o seu gigantesco projecto geoestratégico. Disse ele sem vacilar um instante: «Devemos estar atentos ao desafio para a criação de uma grande comunidade de povos indo de Vancouver a Vladivostok.» Nada exagerado. Por este andar ainda o convidam para comentador do «24 horas».

Estremunhados

O PSD já havia habituado os observadores da Assembleia da República ao rame-rame do aprova-aprova, da

sonolência e da pura e simples ausência. E eis que, de repente, os deputados da maioria que, convenhamos, não têm muito trabalho porque o Governo lho faz todo e não permite vozes discordantes, se manifestam em corropio de grande actividade. Eles falam, eles esgotam o tempo. Sobretudo, passaram a... estar lá. Que teria sucedido? Alguma vitamina mágica? Nada disso. Simplesmente uma... multa. Conforme veio a lume na imprensa, Cavaco não esteve com meias-medidas e terá aplicado uma senhora multa — diz-se que de 40 contos — aos ausentes sem justificação. Parece que os deputados se queixam. Que não havia razão. Que a lista dos faltosos estava mal feita. Que os denunciadores não denunciaram bem. Que mais valia ser apanhado pela Brigada de Trânsito. Mas como os protestos não valeram um cavaco, à cautela, desunharam-se na efectividade de funções...

Ignorâncias

Infelizmente, no jornalismo há muita ignorância. Não falamos daquela ignorância salutar que faz o profissional ir à cata da informação. Mas daquela, arrogante, que parece ter toda a informação na barriga e depois a dá inevitavelmente mal. Alguns exemplos dela puderam ser lidos esta semana.

Um — uma simpática

repórter-viajante vai à Rússia e descobre, não sabemos em que condições, que os russos nem sequer têm palavras para designar o vírus da SIDA. Por acaso têm. A sigla é SPID. Mas por que foi a repórter perguntar justamente a um ignorante?

Dois — no «Público» do dia 13 — deve ter sido azar — faz-se o estendal dos deputados portugueses ao Parlamento Europeu. A ignorância levou a melhor, e, apesar de terem sido divididos entre «famosos», «discretos» e «ignorados», o trabalhador encarregado da lista não conseguiu atinar com todos os deputados do PCP. Carlos Carvalhas, por exemplo, já lá não é deputado. Sérgio Ribeiro e Rogério de Brito não aparecem. E Joaquim Miranda, que certamente é bastante conhecido, vem na lista dos «ignorados». Para a semana talvez se siga a lista dos... «esquecidos»...

Três — este exemplo atingiu quase todos. Foi o caso dos «dez mil» manifestantes «conservadores» em Moscovo. Que, segundo a polícia, eram cinquenta mil. Curiosamente não costuma ser assim que a ignorância reportagística se manifesta, havendo aquela que prefere dar os números da polícia. Também é verdade que a polícia é que costuma dar números menores que os jornalistas. Se calhar isto não foi ignorância e nenhum jornalista viu a manifestação...

frases
da
Semana

«A Santa Sé, pela sua parte, não desperdiçou nenhuma ocasião, tanto no plano eclesial como no plano diplomático, para convidar aqueles que têm uma responsabilidade e se preocupam com o bem-estar deste território (Timor) a trabalharem para pôr fim a estes diferendos, que já duraram demasiado.»

☞ (João Paulo II, discurso perante o corpo diplomático acreditado no Vaticano — «Público», 14.01.92)

«Centenas de milhares de trabalhadores polacos responderam ontem ao apelo da central sindical Solidariedade para a realização de uma greve geral de uma hora em protesto contra a política económica do governo.»

☞ («Diário de Notícias», 14.01.92)

«O ministro do Trabalho não conseguiu convencer os dirigentes sindicais da inoportunidade da greve geral, apesar de ter invocado o estado desastroso em que se encontra a economia polaca.»

☞ (Idem)

«Todos os documentos soviéticos relativos à crise dos mísseis de Cuba foram entregues a historiadores norte-americanos e vão ser integralmente traduzidos em inglês para posterior publicação.»

☞ («Semanário», 11.01.92)

«Ruslan Khasbulatov, o influente presidente do parlamento russo, formalizou ontem, na prática, a sua condição de adversário do Governo russo, ao criticar duramente as reformas económicas lançadas no princípio do ano pelo Presidente Boris Ieltsin e ao sugerir a demissão do Executivo.»

☞ («Público», 14.01.92)

«A liberalização dos preços não permite remediar a situação, já que não favorece o desenvolvimento do mercado de consumo, nem estimula a livre iniciativa, nem a produção, e a situação, que se encontra num impasse, piorará ainda mais (...).»

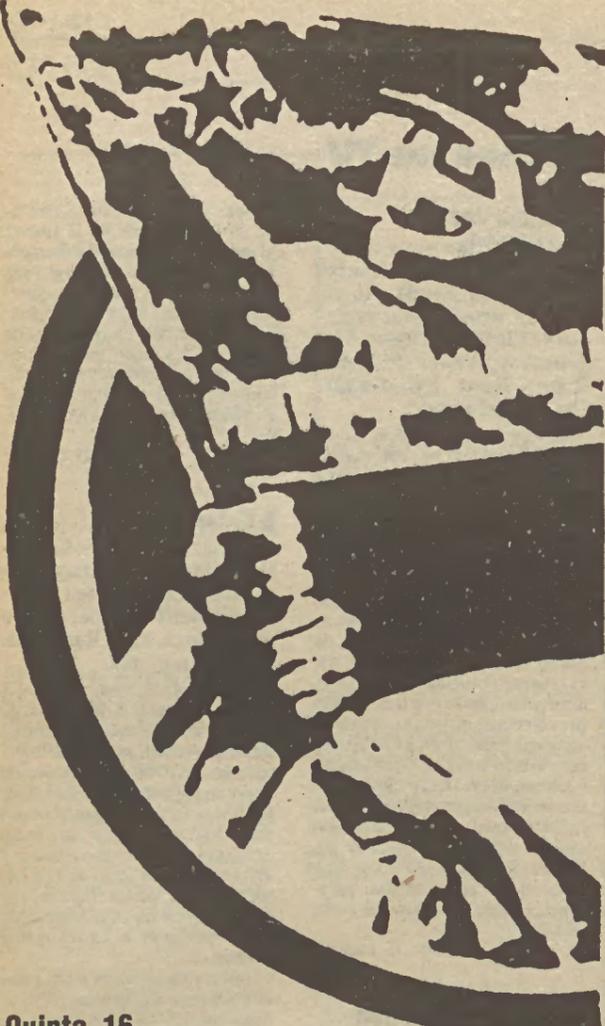
☞ (Aleksei Emelianov, membro do Conselho Presidencial da Rússia — «Diário de Notícias», 14.01.92)

«Ieltsin poderá demitir o actual Governo, responsável pelas recentes reformas económicas, de forma a impedir que o descontentamento popular afecte fatalmente a sua imagem, segundo previsões de um jornalista russo divulgadas na TV.»

☞ («Diário de Notícias», 14.01.92)

«O cliente do «Kremlin» é, sem dúvida, o mais divertido pela filosofia da casa. Nas outras discotecas é tudo mais bem-comportado e as pessoas chegam ao «Kremlin» e desinibem-se.»

☞ (Gonçalo Rocha, proprietário da discoteca «Kremlin» — «O Diabo», 14.01.92)



Agenda



COMÍCIO



ALMADA

17 - JANEIRO - 92 21.00 H

Com

ÁLVARO CUNHAL

Secretário Geral do Partido Comunista Português

SALA DE CINEMA
ACADEMIA ALMADENSE

ESPECTÁCULO

com TONI DA COSTA

Comissão Concelhia de Almada  Partido Comunista Português

Quinta, 16

ALHANDRA

Reunião de militantes das empresas de Vila Franca de Xira: às 21.00, no Centro de Trabalho de Alhandra, com a participação do camarada Alexandre Teixeira.

Sexta, 17

ALMADA

Comício promovido pela Comissão Concelhia do PCP, na Sala de Cinema da Academia Almadense, com a participação do camarada Álvaro Cunhal. Às 21.00.

COIMBRA

«Análise do Novo Regime da Avaliação dos Alunos dos Ensinos Básico e Secundário» - sessão de trabalho promovida pela Direcção da Organização dos Professores de Coimbra do PC. Às 21.30, no Centro de Trabalho.

ÁGUEDA

Plenário da Organização Concelhia: no Centro de Trabalho, às 21.30.

Sábado, 18

RIO DE MOURO

Plenário da organização de Rio de Mouro sobre a situação política e o próximo Encontro de Quadros da ORL, com a participação do camarada António Abreu. Às 16.00.

LOURES

Reunião de militantes jovens, para preparação do

próximo Encontro de Quadros da ORL. Às 15.00, no Centro de Trabalho de Loures.

Plenário de militantes do Partido dos bairros de Bosques, Cruzes e Salgadas. Às 15.00, no Centro de Trabalho.

CASCAIS

Debate-convívio, com entrega dos novos Cartões 92/93 aos militantes da organização de Cascais. A partir das 16.00, com a participação do camarada Carlos Grilo.

MATOSINHOS

Sessão-debate promovida pela CDU sobre o Plano Director Municipal. Às 15.00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Matosinhos.

Domingo, 19

CASCAIS

Entrega de cartões e convívio da organização da Freguesia do Estoril e sector de Hotelaria. Às 15.30, no CT de Cascais, com a participação do camarada José Casanova.

ESTORIL

Encontro CDU com os moradores da Galiza, a partir das 10.30. Participação do vereador Carlos Sota e de eleitos na Freguesia do Estoril.

CACÉM

Plenário dos militantes da célula da Portucel (Albarraque). No CT do Cacém, às 10.00.

«Deter o Fogo
Defender a Floresta»

seminário
promovido pela CNA

Sábado das 14.30 às 17.30
no Salão das Piscinas
COIMBRA

O AUTOR DO LEITOR

Sessões sobre livros
de autores portugueses
no Centro Vitória,
às 21.00 horas

21 de Janeiro

«O Evangelho Segundo Jesus Cristo»
com José Saramago
e Manuel Gusmão

6 de Fevereiro

«Violeta e a Noite»
com Urbano Tavares Rodrigues
e José Manuel Mendes

As sessões terminarão com venda de livros
autografados pelos autores

Organismo de Direcção do Sector de Artes e Letras
de Lisboa do PCP

Excursão à Serra da Estrela
promovida pela JCP/Lisboa

8/9 Fevereiro

Transporte+ alojamento+alimentação — 3.500\$00

Inscrições na sede da JCP
355 73 49-355 73 64

Televisão

Quinta, 16

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Estilos
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Última Vez que Vi Paris
(ver «Filmes na TV»)
16.35 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Os Simpsons
21.50 Um Romance à Medida
22.40 João Braga no S. Luiz
23.45 24 Horas
00.20 Remate
00.30 O Teatro de Ray
Bradbury

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das
Estrelas
12.25 Curso de Inglês
12.40 Sotão do Zé Lúcio
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.25 Recreio do 2
16.40 Guarda Florestal
17.30 A Aventura Espacial
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Aventura do
Conhecimento
19.55 Música no Dois
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Doobie Brothers
22.35 A Ilustre Casa de Black
Adder
23.05 O Castigo da Justiça
(ver «Filmes na TV»)
00.45 Especial Desporto

Sexta, 17

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Estranhos
(ver «Filmes na TV»)
15.35 Cover Story
16.00 Ponto Por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.05 Caderno Diário
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Maxie e a Outra
(ver «Filmes na TV»)
22.50 Cheers, Aquele Bar
23.20 24 Horas
23.55 Remate
00.15 Quem Ama Quem
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Alemão
12.45 Sotão do Zé Lúcio
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.05 Burlescos
18.00 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.25 B.I.

20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 A Árvore
22.30 Pantanal
00.05 Rotações
01.05 Visões

Sábado, 18

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa-Tudo no País
dos Gigantes
14.20 A Guerra dos Mundos
15.10 The Bee Gees
16.30 00 1/4 e os Bikinis de Oiro
(ver «Filmes na TV»)
17.55 Nómadas
18.50 Paraíso
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.25 Casa Cheia
22.10 Araponga
23.20 As Minhas Noites são
Mais Belas que os Vossos Dias
(ver «Filmes na TV»)
01.00 Contradições
02.05 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.10 Agarra o 2
14.15 A Gaiivota Negra
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.05 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 19

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.25 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Os Jovens Cowboys
14.05 O Mundo Animal-II
14.55 Top+
15.40 Raptado
(ver «Filmes na TV»)
17.45 ET - Entretenimento
Total
18.50 Os Golos da Jornada
18.55 McGyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araponga
22.20 Domingo Desportivo
23.30 Conversa Afiada
00.30 No Calor da Noite
01.40 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Revolução Azul
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
18.30 O Meu Amigo Mordomo
19.25 Crónica
20.15 Palavra Puxa Palavra
21.00 Nós 2
22.00 O Sr. Almaníaco
22.05 Artes e Letras: «TV
Dante» (1ª parte)
22.50 Destinos nas Trevas
(ver «Filmes na TV»)
00.35 Tauromaquia

Segunda, 20

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz



■ Jeremy Irons vai surgir nos pequenos ecrãs da RTP duas vezes durante uma semana. «Récita de Amadores» e «O Ganso Selvagem» (adaptação de uma peça de Ibsen) são as obras em causa que exemplificam as capacidades excepcionais do actor britânico, galardoado com um Oscar para o melhor actor, já conhecido dos telespectadores como protagonista da série «Reviver o Passado em Bridghead»

13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 Encontro com o Amor
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.25 O Preço Certo
22.55 As Noivas de Cristo
23.45 24 Horas
00.35 Remate
00.45 O Dia da Cobra
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Francês
12.45 Sonhos de Rock
12.55 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.45 As Aventuras
de Black Beauty
17.00 Aventuras
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Falar Claro
22.35 Ópera - «Boris Godunov»

Terça, 21

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.15 Ricardina e Marta
12.05 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Nave Terra
14.00 Brinca Brincando
14.35 A Sétima Mulher de
Henrique VIII
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Ponto por Ponto
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
22.20 Rainha da Sucata
21.20 A Lei de Murphy
22.55 Primeira Página
23.55 Carol & Companhia
00.30 24 Horas
01.05 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Goolies

12.20 Curso de Inglês
12.35 Sotão do Zé Lúcio
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 Férias Aquáticas
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.00 Atenção à Direita
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Pop Off

Quarta, 22

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Ricardina e Marta
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Final Feliz
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca Brincando
14.35 O Ganso Selvagem
(ver «Filmes na TV»)
16.15 Tu Cá, Tu Lá
17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.30 Récita de Amadores
(ver «Filmes na TV»)
23.10 24 Horas
23.45 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Alemão
12.35 Sotão do Zé Lúcio
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2
16.30 Fora de Horas
17.00 Patinagem Artística
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.15 Uma Questão de Palavras
19.40 Bernstein: Concerto
para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz:
«Quarta-feira»
22.40 Sinais do Tempo:
«De Lénine a Gorbachov»

Filmes na TV

A Última Vez

que Vi Paris
«The Last Time I Saw Paris»
(EUA/1954). Realização de
Richard Brooks. Interpreta-
ção de Elizabeth Taylor, Van
Johnson, Walter Pidgeon,
Donna Reed, Eva Gabor.
Cor, 112 minutos.

Baseado numa história de F. Scott Fitzgerald, foi em virtude dessa paternidade que «A Última Vez que Vi Paris» concitou nos Estados Unidos, aquando da estreia, aceradas críticas, com Brooks e os seus co-argumentistas acusados de traição à história, atmosfera e intenções do texto original. Mas, como aconteceu com tantos outros filmes americanos dessa época, da Europa (e em primeiro lugar dos «Cahiers du Cinéma») não tardaria a chegar a opinião que desde então prevaleceu: passe a evidente «transgressão», Brooks construiu com esta história de escritores alcoólicos, amores frustrados e pecados redimidos um respeitável melodrama bem representativo do cinema americano dos anos 50. Mesmo Elizabeth Taylor e Van Johnson, os protagonistas, parecem hoje menos maus do que então se disse...

Quinta, 14.35, Canal 1

O Castigo da Justiça

«Where the Sidewalk Ends»
(EUA/1950). Realização de
Otto Preminger. Interpreta-
ção de Dana Andrews, Gene
Tierney, Gary Merrill, Karl
Malden. P/B, 91 minutos.

O par mágico de «Laura», exibido há duas semanas, volta a protagonizar este outro policial «negro» de Preminger, geralmente cotado como um bom exemplo desse género cinematográfico e um dos títulos cimeiros na filmografia do realizador, não obstante o pouco apreço em que o próprio parecia tê-lo. Dana Andrews dá aqui corpo à personagem de um detective da polícia de métodos violentos que um dia mata acidentalmente um suspeito. Esconde o crime, mas - tanto mais que entretanto se apaixonou pela viúva da vítima - a consciência da culpa vai perseguir o irremediavelmente. Um fio narrativo impecável, desenvolvido através da sábia justaposição de factos e sentimentos, aparências e equívocos, e um «preto e branco» deslumbrante conferem a este «O Castigo da Justiça» aquele sombrio tom melodramático que torna fascinantes os grandes filmes negros da época.

Quinta, 23.05, Canal 2

Estranhos

«The Strangers» (telefilme,
Grã-Bret/?). Realização de
Michael Winterbottom. Inter-
pretação de Anne Marie
McMin, Mark Robinson.
Cor, 55 minutos.

Na ausência de outras referências, anote-se quanto a este filme, realizado especialmente para televisão, que a acção se situa na Irlanda do Norte e «tenta reflectir sobre as raízes do mau-estar nessa conturbada região».

Sexta, 14.35, Canal 1

Maxie e a Outra

«Maxie» (EUA/1985). Realização de Paul Aaron. Interpretação de Glenn Close, Mandy Patinkin, Ruth Gordon. Cor, 94 minutos.

As atribuições de um jovem casal, que ao alugar o apartamento de uma falecida atriz de Hollywood se vê confrontado com o fantasma da dita, que «toma conta» do corpo da nova locatária para assim prosseguir o seu percurso de estrela... Trata-se pois de mais uma comédia de fantasmas, previsivelmente divertida q.b. e um quase certo triunfo: Glenn Close, uma atriz que nunca passa despercebida.

Sexta, 21.15, Canal 1

Quem Ama Quem?

«In Shallow Grave» (EUA/1987). Realização de Kenneth Bowser. Interpretação de Michael Biehn, Maureen Mueller. Cor, 126 minutos.

Adaptação ao cinema de um romance de James Purdy e estreia de Kenneth Bowser na realização,

«Quem Ama Quem» conta a história de um veterano da II Guerra Mundial que regressa desfigurado e por isso se recusa a encerrar a sua antiga namorada, com quem entretanto prossegue a sua relação através de cartas. Não será por causa do óbvio «happy end» que o filme pode ser considerado vulgar, embora admirável seja a interpretação de Michael Biehn no principal papel.

Sexta, 00.05, Canal 1

A Gaiivota Negra

«The Frenchman's Creek»
(EUA/1944). Realização de
Mitchell Leisen. Interpreta-
ção de Joan Fontaine, Arturo
de Cordova, Basil Rathbone.
Cor, 108 minutos.

Joan Fontaine veste de novo a pele de uma heroína de Daphne du Maurier neste filme de aventuras de sabor romântico, passado na Inglaterra do séc. XVII e protagonizado por uma mulher da alta sociedade londrina que um dia resolve abandonar o seu cretino marido e todos os idiotas que a rodeiam e passar a viver numa casa junto ao mar. Af conhece um pirata francês por quem se apaixonou e irá acompanhar numa perigosa e extravagante aventura...

Décor sumptuosos e um guarda-roupa que deram lugar a Oscars nesse ano de 1944 são elementos de uma das mais dispendiosas produções da Paramount até então, que constitui também um dos grandes triunfos artísticos do realizador, Michael Leisen, um grande mestre da comédia sofisticada e não apenas o director artístico «de bom gosto» por que o tomaram a maior parte dos seus contemporâneos.

Sábado, 13.45, Canal 2

00 1/4 e os Bikinis de Oiro

«Dr. Goldfoot and the Bikini Machine» (EUA/1965). Realização de Norman Taurog. Interpretação de Vincent Price, Frankie Avalon, Wayne Hickman, Susan Hart. Cor, 85 minutos.

Para imaginar o que pode ser este filme, será de relembrar que Norman Taurog foi o realizador habitual de Jerry Lewis: hábil na construção de gags, situações mais ou menos fantásticas, seqüências «brilhantes» como é de prever que haja neste filme povoado de «beldades» em biquíni dourado...

Sábado, 16.30, Canal 1

As Minhas Noites são Mais Belas que os Vossos Dias

«Mes Nuits sont Plus Belles que Vos Jours» (Fr/1988). Realização de Andrzej Zulawski. Interpretação de Sophie Marceau, Jacques Dutronc, Valérie Lagrange. Cor, 116 minutos.

Um filme pouco recomendado de Zulawski, dramaticamente inconsistente e tecnicamente incipiente. É (pretenderia ser) uma história de amor trágica entre um homem precocemente envelhecido e uma jovem parisiense desenhada, conduzidos ao desespero e à morte.

Sábado, 23.20, Canal 1

Raptado

«Kidnapped» (GBR/1959). Realização de Robert Stevenson. Interpretação de Peter Finch, James MacArthur, Bernard Lee, Peter O'Toole. Cor, 91 minutos.

«Raptados» é uma produção de Walt Disney assinada por Robert Stevenson, adaptação de uma obra de Robert Louis Stevenson e recriada com a habitual qualidade técnica e destreza narrativa. Entre os actores, para além da proverbial qualidade do trabalho de Peter Finch, é assinalável a participação de Peter O'Toole, que aqui teve o seu primeiro papel no cinema.

Domingo, 15.40, Canal 1

Destinos nas Trevas

«Play Misty For Me» (EUA/1971). Realização de Clint Eastwood. Interpretação de Clint Eastwood, Jessica Wal-

Cinema

ter, Donna Mills. Cor, 98 minutos.

Primeiro filme realizado por Clint Eastwood, que assim passava de forma promissora para o outro lado das câmaras, «Destinos nas Trevas» é um «thriller» inquietante sobre a perseguição de uma psicopata a um disk jockey de uma estação de rádio. Agil e hábil, Clint Eastwood colhe expressamente inspiração no estilo do seu até então realizador habitual, Don Siegel, a quem de certa forma homenageia, fazendo-o intervir no filme como intérprete de um pequeno papel.

Domingo, 22.55, Canal 2

Encontro com o Amor

«Just the Way You Are» (EUA/1984). Realização de Edouard Molinaro. Interpretação de Kristy McNichol, Michael Ontkean, Robert Caradine. Cor, 92 minutos.

Recheada de acidentes foi a produção deste filme do francês Edouard Molinaro em Hollywood: iniciado em 1982, completado dois anos depois, não seria de esperar que o produto final não se ressentisse. Sem resultados dramáticos, porém: a história de uma flautista inibida pela sua deficiência física é curiosa e divertida - uma espreitadela «européia» à forma como a sociedade (americana) encara e trata os deficientes. Notável é a interpretação de Kristy McNichol.

Segunda, 14.25, Canal 1

O Dia da Cobra

«Day of the Cobra» (EUA/1986). Realização de Enzo Castellari. Interpretação de Franco Nero, Sybil Danning, William Berger. Cor, 92 minutos.

Franco Nero em acção: um policial violento, como é costume.

Na tradição que já vem sendo a destes «Fora de Horas» das segundas-feiras no Canal 1, uma espécie de hora-semanal-do-muro...

Segunda, 00.45, Canal 1

A Sétima Mulher de Henrique VIII

«Carry On... Henry» (GBR/1971). Realização de Gerald Thomas. Interpretação de Sidney James, Kenneth Williams. Cor, 87 minutos.

Outra praga: a interminável e insuportável série «Carry On...» em que a RTP periodicamente reinde.

Terça, 14.35, Canal 1

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Anos de Fogo	★★	—	★★
B Brigada de Homicídios	★★★	—	★★★
C A Vida, o Amor... e as Vacas	★★	—	—

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Pat O'Conner — Quarteto/4 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. David Mamet — King/2 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45); Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Ron Underwood — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

Atenção à Direita

«Soigneta Droite» (Fr/1987). Realização de Jean-Luc Godard. Interpretação de Jean-Luc Godard, Jacques Villeret, François Perrier, Jane Birkin. Cor, 79 minutos.

Terça, 22.00, Canal 2

O Ganso Selvagem

«The Wild Duck» (Austrália/1983). Realização de Henri Safran. Interpretação de Jeremy Irons, Liv Ullmann. Cor, 93 minutos.

A obra de Ibsen sobre os itinerários de uma família perdida nos seus sonhos e devaneios subitamente obrigada a encarar uma realidade dramática, numa excelente realização de Henri Safran e com dois excelentes actores: Jeremy Irons e Liv Ullmann.

Quarta, 14.35, Canal 1

Récita de Amadores

«A Chorus of Disapproval» (GBR/1988). Realização de Michael Winner. Interpretação de Anthony Hopkins e Jeremy Irons. Cor, 95 minutos.

Jeremy Irons patenteando pela segunda vez nesta quarta-feira o seu enorme talento de actor, aqui ao lado do também admirável Anthony Hopkins, numa comédia onde de forma implacável se retrata a vida de uma pequena comunidade inglesa dos nossos dias. Michael Winner foi o realizador e autor do argumento, baseado numa obra teatral de Alan Ayckbourn.

Quarta, 21.30, Canal 1



TEATRO

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. A MISSÃO, de Heiner Müller, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia (estreia hoje)

ACARTE

Centro de Arte Moderna, Rua Nicolau Bettencourt. 3ª e 4ª às 18.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. NUNCA NADA DE NINGUÉM, de Luísa Costa Gomes, encenação de Ana Tamem (até 19/1).

MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto (ao fundo da Calçada de Carriche). Tel. 9388770. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. OS CAVALEIROS DA TÁVOLA REDONDA, de Christoph Hein, encenação de José Peixoto, pela companhia do Teatro da Malaposta.

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16., HOTEL DA BELA VISTA, de Odon von Horváth, encenação de Hellmut Reinke.

TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: PLAY IT AGAIN, SAM, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 4ª, 5ª e 6ª às 21.30: UMA FLORESTA DE ENGANOS, de Gil Vicente, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: PRANTO DE MARIA PARDA, de Gil Vicente, versão e interpretação de Maria do Céu Guerra. (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala J: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17, MÁ SORTE TER SIDO PUTA, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00, FOMOS A VOTOS, de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Av. Fausto de Figueiredo, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. LANONNA, de Roberto Cossa, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. DIAS INTEIROS NAS ÁRVORES, de Marguerite Duras, encenação de Joaquim Benite.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO S. LUÍS

Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 2ª e 3ª às 21.30. TOTÓ, textos de Tóó e Tossan, adaptados e interpretados por Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. 5ª, 6ª, sáb. e dom. às 19.15. O PROFESSOR DE PIANO, de Jaime Salazar Sampaio.

TEATRO VARIEDADES

Parque Mayer. Tel. 3466665. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. O ÚLTIMO DOS MARIALVAS, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também às 16. QUEM MUDA A FRALDA À MENINA?, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

Para crianças

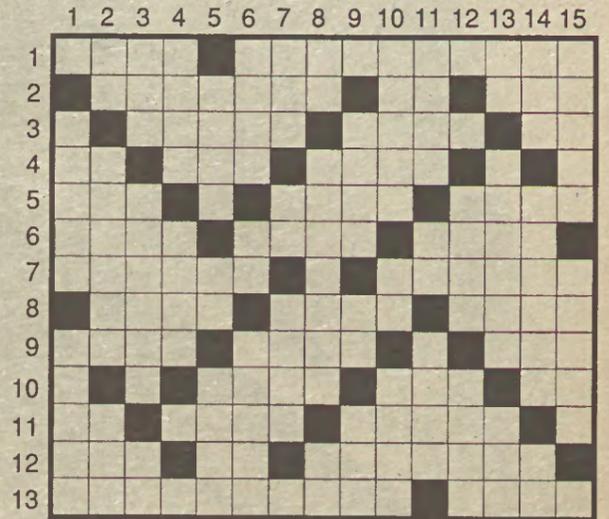
TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinha das Freiras. Tel. 7145178. Sáb. às 16.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Compôs a Portuguesa; o hino Nacional. 2 — Cuminçamentara; Bário (símb.); substância açucarada produzida pelas abelhas. 3 — Partida; meia dúzia; magnésio (símb.) 4 — Atmosfera; República Democrática Alemã (sigla); rija. 5 — Rio que passa por Leiria; Santo que para acreditar teve que ver; transpirar. 6 — Capas de irmandade; demónio; dar uma queda. 7 — Aflição; deitam cheiro. 8 — Senhor; licor de erva-doce; rio que banha Setúbal. 9 — Também no baralho se chama sota; primeiro nome do autor de «Viriato Trágico»; maior. 10 — Local de embarque e desembarque de passageiros; ovário de peixes; livro de poemas de António Nobre. 11 — Muar; avarenta; humilha. 12 — Período de tempo; dirija-se; apelido do historiador português autor da «Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné». 13 — Peritos em sociologia; país da África Ocidental.

VERTICAIS: 1 — Palidez; romancista francês autor de «Os Três Mosqueteiros». 2 — Estás; bordoadas; ligo. 3 — Caminhavas; princesa judia que com as suas danças obteve de Herodes a cabeça de São João Baptista; língua falada a sul do Loire. 4 — Luz do Sol reflectida na Lua; remedeia. 5 — Filha do rei de Tiro e irmã de Pigmalião; nota musical; esconderijo. 6 — Pequeno pão de farinha ordinária; entrega; vulgar. 7 — Agora; a ti; canção. 8 — Batráquio; subjugas; Prata (símb.). 9 — Suco; vogal no pl.; ensejo. 10 — Fecundo; art.; morteiro. 11 — Cidade fronteiriça ao Porto; cádmio (símb.); nova cidade do dist. de Aveiro. 12 — De boa saúde; amarram. 13 — Prep.; desmorreram-se; estava. 14 — Prep.; charruas; art. árabe. 15 — Despenhadeiro; residuo.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

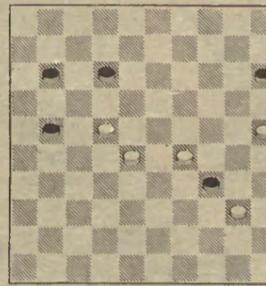
HORIZONTAIS: 1 — Já; Jerónimos; a.C.; 2 — Ornava; idiota. 3 — Atava; Gil; Elvas. 4 — Ouça; patim; aido. 5 — Rã; Caneças; nó. 6 — Oliva; anulo. 7 — Um; Ana; cão; fi. 8 — Bar; Tolstoi; aos. 9 — Aroma; USA; sadia. 10 — Lá; agora; af. 11 — Ar; sina; aval; dá. 12 — Sul; finados; gás. 13 — Mão; solas; Dão.

VERTICAIS: 1 — João; cubatas. 2 — Artur; mar; rum. 3 — Nação; rol; lá. 4 — Java; lâ; mas. 5 — Eva; cinta; lf. 6 — Ra; pavão; anis. 7 — Gana; Lugano. 8 — Noite; isso; al. 9 — Liça; tarada. 10 — Mi; manco; avós. 11 — Ode; suais; às. 12 — Sila; lô; aal. 13 — Ovino; adi; Ga. 14 — Atado; foi; dão. 15 — Caso; risadas.

DAMAS

CCCXXXVIII — 16 de Janeiro de 1992
Proposição Nº 1992 D005
Por: U. BURGGRAAFF
1972

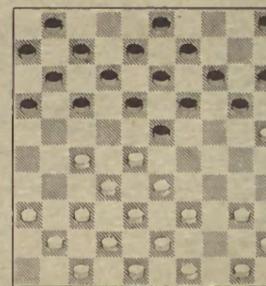
Pr.: [5]: 11-12-15-21-34
Br.: [5]: 22-25-28-29-40



Branças jogam e ganham [3T]

Proposição Nº 1992 D006
Por: LOUIS CADDUX
Campeonato de França, 1978

Pr.: [18]: 1-3-5-6-7-8-9-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-23
Br.: [18]: 25-27-28-32-33-36-37-38-39-40-41-42-43-45-47-48-49-50



Pretas jogam e ganham 2 peões [Pr.+2]

Soluções do Nº CCCXXXVIII
Nº 1992 D005: 1. 22-18, (12x32); 2. 25-20, (15x3); 3. 40x7+

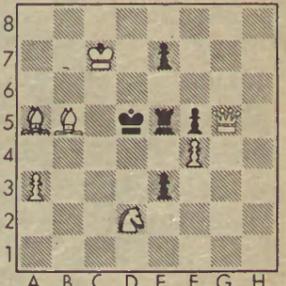
Nº 1992 D006: 1. ..., (23-29); 2. 33x24, (19x30); 3. 25x34, (18-22); 4. 27x28, (13x35) N+2

A. de M. M.

XADREZ

CCCXXXVIII — 16 de Janeiro de 1992
Proposição Nº 1992 X005
Por: ANTONIO PIATES
Menção Honrosa 6º Concurso Temático Sinfonie Scaechistiche, 1970

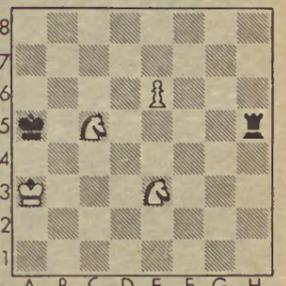
Pr.: [5]: Ps. 63, 67, f5-T65-Rd5
Br.: [7]: Ps. a3, f4-Cd2-Bs.a5, b5-Dg5-Rç7



Mate em 3 lances

Proposição Nº 1992 X006
Por: M. EISENSTADT
Schachmatny Listok, 1931

Pr.: [2]: Th5-Ra5
Br.: [4]: P66-Cs, f5, 63-Ra3

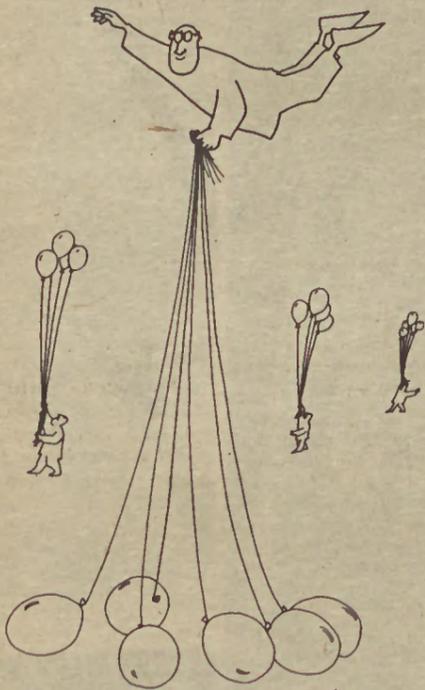


Branças jogam e ganham

Soluções do Nº CCCXXXVIII
Nº 1992 X005 [A.P.]: 1. Dg7 [Am.: 2. D:e5]
1. ..., T64; 2. Bç6+ Rç5; 3. Bb6++
1. ..., T66; 2. Bç4+ Rç5; 3. Bb4++
1. ..., T66; 2. Bç4, Rç5; 3. Bb4++

Nº 1992 X006 [M.E.]: 1. 67, Th8; 2. C66, T68; 3. Cç7!! e ganha. Se: 3. Cç4? Rb5; 4. Cd6+, Rç6; 5. T:c, Rd7=

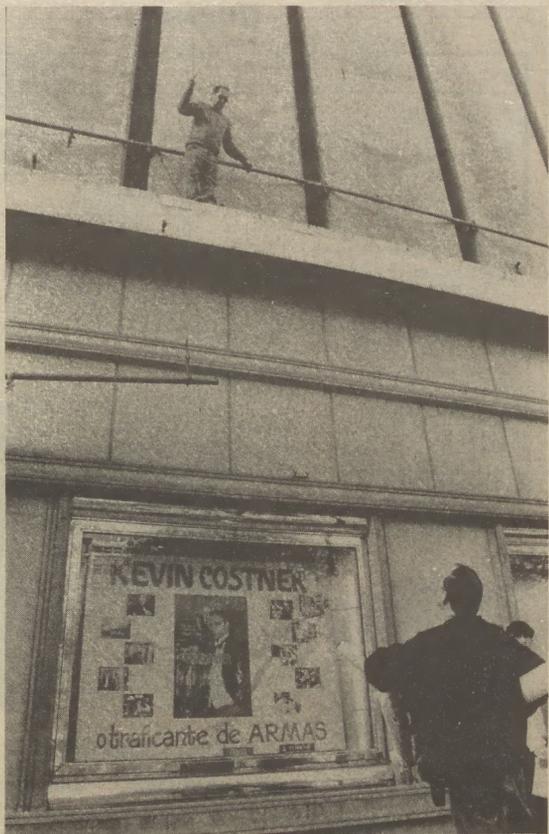
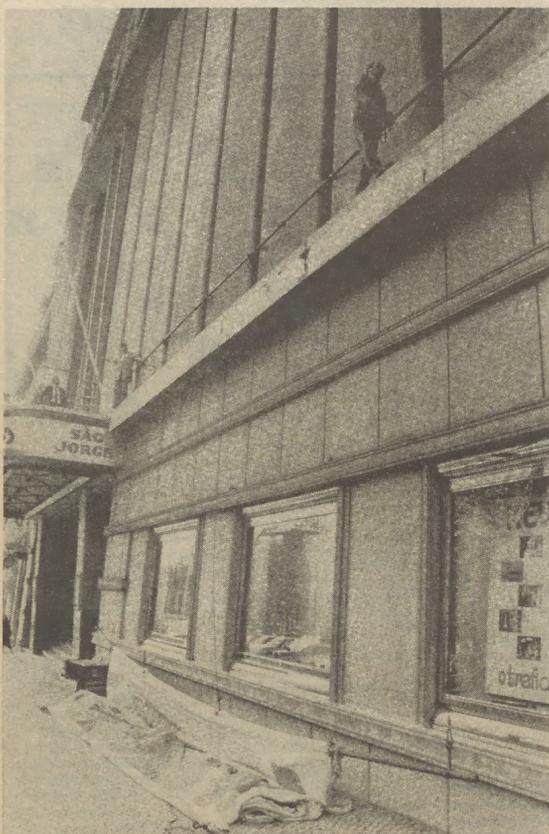
A. de M. M.



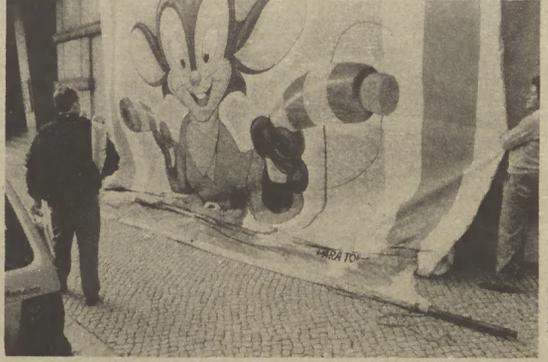
Tempo

Para Sábado e Domingo:
Céu geralmente pouco nublado. Vento em geral fraco de Leste. Formação de geadas. Neblinas ou nevoeiros matinais.

Um filme



Contos há muitos. Na tradição portuguesa, «quem conta um conto acrescenta-lhe um ponto», o que talvez explique por que tantos caem «no conto do vigário». Um dia destes assistimos à subida em cena dum «conto americano», esforçadamente posto ao alto pelos funcionários de um cinema da capital. Tratava-se naturalmente de uma história à americana mas contada em português, porque se destina ao público infantil e os americanos querem que toda a gente os entenda. Aliás, todo o País é obrigado a entender os americanos, ou não passe ele a vida a ver filmes do Tio



Sam bem menos inocentes que o «Fievel». Aí, de contribuição portuguesa para a 7.ª Arte ficam as legendas nos filmes americanos e o esforço de lhe pôr de pé a publicidade. Cada um tem a Hollywood e o cinema que o deixam ver. O que dava um belo conto português.

Fotos Jorge Caria



americano

ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

Os leitores agradecem

Alguns cronistas da nossa praça descobriram nos últimos dias que o país está a sofrer de um mal terrível: assim como que uma espécie de consenso aguda, doença quicá mortal, derivada da - espante-se - ausência de oposição ao governo.

E se bem o descobriram melhor o escreveram, em crónicas que a História certamente registará como lapidares exemplos da sua capacidade de análise, discernimento, objectividade, isenção e sabe-se lá que mais.

Temos assim no Público de domingo um naco de prosa dito de «Retrato da Semana», devidamente assinado pelo senhor António Barreto, que revela aos leitores, em soluçados parágrafos embõra, problemas e preocupações que deveriam andar na boca do mundo mas que, oh desgraça, só ele parece ter apercebido. A linhas tantas aponta o secretismo governamental no tratamento das questões da União Europeia e o recente encontro de Cavaco Silva com dirigentes do PS, PCP, CDS e PSN sobre a mesma matéria e a presidência portuguesa da CEE. Ignorando estrategicamente Carlos Carvalhas, de quem diz apenas ter ido a mando de Álvaro Cunhal ao encontro com o Primeiro-Ministro, o cronista regista o facto de que todos os restantes ofereceram a sua solidariedade a Cavaco na tão espinhosa missão de presidir aos destinos da Comunidade nos próximos seis meses. Perante isto, lança-se no parágrafo seguinte em nada menos do que cinco interrogações em que manifesta profunda perplexidade sobre a falta de oposição ao Governo. Presume-se que tenha perdido o rasto do PCP no parágrafo anterior. A mesmíssima coisa - ele há cada coincidência! - aconteceu com outro cronista cá da terra, Paulo Portas de seu nome, que no Independente da semana passada ergue igualmente a sua pena para clamar contra a preocupante falta de oposição no país, citando a propósito a tal audiência com Cavaco para garantir que os chefes dos partidos se afirmaram dispostos a com ele colaborar em tudo o que for preciso colaborar e apoiar tudo o que for preciso apoiar.

Raladíssimo, Portas alerta para que «Portugal está a entrar num ritual horrível», em que «só o governo existe, a oposição desiste». Em seu entender, o país anda por aí todo distraído com coisas de somenos importância e só ele - Portas - qual ilha deserta em encapelado mar, se dá conta da profunda gravidade da situação nacional.

A crónica termina num patético apelo: «Os leitores agradecem que a oposição seja menos delicada, menos protocolar e menos preguiçosa. Os leitores agradecem que a oposição, sem precisar de berrar, sirva para alguma coisa». Comovidos até às lágrimas, foi com estupefacção que descobrimos no Semanário de sábado uma breve com a foto de Carlos Carvalhas onde se pode ler que «Portugal ainda mal começou a exercer a presidência, e o PCP já se desdobra em críticas», justamente a propósito do encontro com Cavaco Silva.

A dúvida é legítima: será que estamos no mesmo país, a falar das mesmas coisas, a comentar os mesmos factos?

No que respeita a alguns cronistas parece que não. Só assim se explica que mesmo vendo e ouvindo o PCP consigam continuar a fazer de conta que não exista, excepção feita quando se trata de lhe atribuir as malvadezes do costume. Paraphraseando Paulo Portas, apetece dizer que os leitores agradecem que certos cronistas sejam menos preguiçosos e, sem precisarem de berrar, sirvam para alguma coisa.

AF

Professores devem receber de acordo com o NSR

É totalmente ilegal a nota enviada às escolas pelo Ministério da Educação informando de que os vencimentos dos professores não iriam ser processados, a partir de Janeiro de 1992, de acordo com os novos índices e escalões previstos na escala indiciária constante do anexo I ao DL n.º 409/89, de 18 de Novembro, em vigor.

Isso só aconteceria, afirma-se, após a aprovação da Lei do Orçamento do Estado e respectiva regulamentação. É uma razão totalmente destituída de fun-

damento legal e portanto falsa. A ilegalidade é dupla por se pretender, pela via de uma circular, suspender a aplicação de um decreto.

Com efeito, o DL n.º 409/89, que aprova a estrutura da carreira docente e estabelece as normas relativas ao seu estatuto remuneratório, determina, no artigo 12.º e em outros, que, a partir de 1 de Janeiro de 92, o Novo Sistema Retributivo estaria plenamente estabelecido, ultrapassados os dois momentos anteriores (1989-90 e 1991) de transição do regime de fases para

o Novo Sistema Retributivo. Está legislado por uma lei da República Portuguesa: é, portanto, uma norma universal e obrigatória.

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, perante esta situação, em que não assiste ao Governo o mínimo de legitimidade ou legalidade, exige a revogação, pura e simples, da circular enviada às escolas.

Só a revogação desta Circular e o cumprimento do DL 409/89 significarão o restabelecimento da legalidade.

Ao mesmo tempo que dirige esta exigência ao Governo, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP apela a todos os professores portugueses a que não abdicuem da luta pelos seus direitos e declara o seu inteiro apoio a todas as acções que tenham em vista a satisfação desses direitos tão arduamente conquistados.

13.1.92

A Comissão
para as Questões
da Educação e do Ensino,
do PCP

PCP/Madeira em pré-campanha com presença de Álvaro Cunhal

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, deverá participar no Funchal, até ao Verão, numa iniciativa promovida pelos comunistas madeirenses destinada a assinalar a fundação do Partido.

Na Madeira, um conjunto de iniciativas estão agendadas, no âmbito de uma estratégia tendo em vista preparar o Partido para as eleições regionais deste ano.

O PCP/Madeira anunciou a realização de um debate público sobre política internacional, que será orientado pelo jornalista Miguel Urbano Rodrigues, a ter lugar durante o mês de Fevereiro.

Para além do lançamento de um jornal intitulado «Vozes», da responsabilidade dos jovens comunistas madeirenses, o PCP/Madeira realiza a 25 de Janeiro, no Funchal, com a presença do dirigente do Partido, Domingos Abrantes, um encontro regional de activistas sindicais.

Disposição para a luta em Lisboa

A disposição dos trabalhadores de Lisboa para a luta em defesa das condições de vida e dos direitos ameaçados pela ofensiva do executivo PSD/Cavaco Silva é demonstrada pela existência de «um volume grande de movimentações de carácter contratual, reivindicativo e contra as intenções do Governo e do patronato de virem a aplicar o pacote laboral e um tecto salarial» - afirma a direcção da organização do PCP da cidade, numa nota à comunicação social sobre a sua mais recente reunião. Das lutas em curso, a direcção concelhia dos comunistas de Lisboa destaca as da Função Pública, Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, TAP, CTT, Petrogal, EDP, banca e seguros, Dialap, Indepe e Metropolitano, bem como a luta dos trabalhadores do município pela revogação da legislação do Governo que pode levar ao despedimento de 1100 pessoas na CML.

A Direcção da Organização do PCP na Cidade de Lisboa manifestou «clara e frontal oposição» à intenção do Governo de transferir para o

município a transportadora Carris.

Foi avaliado na reunião o «intenso e positivo trabalho» desenvolvido pelos eleitos da CDU nas listas da coligação «Por Lisboa», ao mesmo tempo que se verificou ser «fundamental que nas organizações da cidade se tomem as medidas necessárias para a concretização das linhas de acção aprovadas no encontro de quadros autárquicos de Novembro último».

O PCP decidiu apelar à luta da população de Lisboa contra o aumento das propinas escolares. Na reunião da DOCL foi ainda avaliada de forma positiva a participação dos comunistas da capital nas campanhas de solidariedade para com o povo de Timor-Leste e pelo levantamento do embargo a Cuba.

A direcção lisboeta do PCP saudou a convocação do 14º Congresso do Partido e apelou à participação activa de todos os militantes na sua preparação, e nomeadamente, desde já, nos debates do encontro de quadros da ORL marcado para dia 25.



18 de Janeiro

Faz anos depois de amanhã o movimento insurreccional que ficou conhecido como o levantamento da Marinha Grande contra a fascização dos sindicatos. A resistência armada ao fascismo foi esmagada em 1934, mas as suas sementes frutificaram na democracia, na unidade e na independência do movimento sindical. Na foto: monumento na Marinha Grande

Reformados na AR

Organizações de reformados apelam à presença nas galerias da Assembleia da República, amanhã às 10.30 horas, altura em que vai ser discutida uma petição exigindo que sejam alargadas as limitações geográficas, de horários e de idade para a utilização dos passes sociais da terceira idade.

para os filhos dos homens
que nunca foram meninos

ESTEIROS
ESTEIROS

Soeiro Pereira Gomes

edições
Avante!